Programa de Pós-Graduação em Economia

CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA

A INVESTIDA NEOLIBERAL NA AMÉRICA LATINA E AS NOVAS DETERMINAÇÕES DA DEPENDÊNCIA

Marisa Silva Amaral

Uberlândia – MG

2006

A INVESTIDA NEOLIBERAL NA AMÉRICA LATINA E AS NOVAS DETERMINAÇÕES DA DEPENDÊNCIA

Marisa Silva Amaral

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de concentração: Economia

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dias Carcanholo

Uberlândia – MG

2006

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A485i Amaral, Marisa Silva, 1982-
A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência / Marisa Silva Amaral. - 2006.
172 f. : il.

Orientador: Marcelo Dias Carcanholo.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia.
Inclui bibliografia.

1. Desenvolvimento econômico - Teses. 2. Dependência - Teses. 3. Neoliberalismo - Teses. I. Carcanholo, Marcelo Dias. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDU: 330.34

Elaborado pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de Catalogação e Classificação

A INVESTIDA NEOLIBERAL NA AMÉRICA LATINA E AS NOVAS DETERMINAÇÕES DA DEPENDÊNCIA

Marisa Silva Amaral

Banca examinadora constituída pelos professores:

_____

Prof. Dr. Carlos Eduardo da Rosa Martins (REGGEN)

_____

Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho (IE/UFU)

_____

Prof. Dr. Marcelo Dias Carcanholo (IE/UFU)
Orientador

Ao povo brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Inicio agradecendo ao Marcelo, meu orientador, pelo comprometimento, pela paciência absoluta, pela tenacidade, generosidade e pelas precisas observações sem as quais esse trabalho não teria sido possível. A ele devo muito do que aprendi e dedico enorme admiração e respeito. Espero que nos tornemos bons amigos a partir daqui.

Ao Programa de Bolsas da CAPES, cujo financiamento foi de fundamental importância para a realização deste trabalho em condições tão privilegiadas.

Ao Prof. Edílson pelos comentários estimulantes na ocasião da minha qualificação.

Ao Prof. Niemeyer, a quem agradeço, para além do incentivo irrestrito e da confiança em mim depositada, pela humanidade e sensibilidade características.

Ao Prof. Carlos Eduardo Martins, pela generosidade intelectual que demonstrou possuir a partir das observações feitas na ocasião da defesa e por ter me aberto tão boas perspectivas e horizontes. Minha indescritível gratidão e apreço.

A todos os professores do IE/UFU, sem exceção, que me proporcionaram momentos de intensa reflexão e debate crítico, essenciais para o meu desenvolvimento acadêmico e pessoal. Agradeço particularmente aos professores José Rubens, Marisa, Arlete, Henrique, Heládio, Rosana, Vanessa, Paulo Gomes, Eduardo, Ebenézer, Adir e Téo.

A todos os funcionários do IE/UFU, especialmente aos queridos Vaine, Ana, Tereza, Rejane, Maura, Sirlene, Sr. Diógenes e Álvaro, sempre muito solícitos e disponíveis.

Importantíssimo agradecer também ao Jair e a toda a turma do Colégio São Judas de Uberaba (atual Colégio Rubem Alves), pela oportunidade e pelo apoio indispensável quando da minha formação.

A todos os colegas do mestrado, em especial, André Luiz, Fernanda, Diana, Tiago, Luciana, Ricardo "Rio", Daniel, Bianca e Hugo. À turma do Grupo PET, em especial ao Thales e ao Gregório, ótimas cabeças e ótimas pessoas!

A todos os amigos que fiz em Uberlândia que, embora não saibam, tiveram importância crucial na minha vida, Marcelo "D2" e Claudiene, Ricardo, Clésio, Kelly, Fernandito, Chicão, Eliomar, André e Sabrina, Leandro, Gra, Cínthia, Silvana e Josué, Cançado, Osmar e Rachel, Luciano, Alexandre Ferreira, Michelle, Rômulo, Alex e Lorena, Junito, Claudim, Lívia, Valéria, Paula, Paulo, Edmilson, Daniel, Alexandre Faria, Tiago "Maringá", Zé Aparecido, Rondinele, Sergim, David, Guilherme, Betânea, Pedro, Lima, Henrique, Ana Luísa (a quem agradeço, para além da amizade – e até mesmo por conta dela –

pela ajuda quando do levantamento dos dados utilizados neste trabalho). Aos amigos que fiz em outras curvas da minha estrada e que carrego comigo pelo resto do caminho, Gebry, Lelê, Dri, Érika, Ju, Dani, Pascotto, Salvador, Leandro "Rio", Aline e Ricardo, Diogo, Sesimara, Maicon. Vocês todos são o que eu tenho de melhor, os melhores amigos que eu poderia desejar. Amo vocês!

Agradeço também à D. Vivi e ao Sr. Agnaldo "Bem", pessoas especialíssimas para mim, pais por opção. Obrigada pelos ótimos momentos e pelo carinho de sempre.

Ao Antonio Maria, meu pai eletivo, meu grande amigo, uma das pessoas mais brilhantes e mais especiais que já conheci em toda a vida e que deixa uma saudade irreversível e uma marca terna e permanente.

Aos meus pais, Evandro e Alcione; pai, obrigada pelas conversas nem sempre consensuais (aliás, quase sempre conflitantes), pelo crescimento pessoal a que forçosamente me submeteu, pelo suporte imprescindível; mãe, você é tudo para mim e tudo ao mesmo tempo! Obrigada por ter se tornado essa grande amiga, por tudo que me ensinou na vida e sobre ela, pela pessoa na qual me transformou, pelo alento, tudo. Amo vocês!

Aos meus irmãos Marcos e Murilo, obrigada pelos grandes amigos que vocês são, obrigada pela força. Aos meus sobrinhos Ana Carolina e Frederico, minhas alegrias, meus companheiros quando eu resolvo ser criança de novo. Agradeço muito à minha tia Tânia por tantas boas conversas, por ser essa grande amiga, grande influência e interlocutora. À minha cunhada Luciana pelo carinho e amizade. Ao meu padrinho Cacau, falecido recentemente, por quem tenho enorme afeição e imensa saudade. Amo todos vocês!

Agradecimento especial merece o Tiago, que dividiu comigo boa parte das alegrias e tristezas, das lágrimas e sorrisos, do suor e do frescor ao longo deste período. Você soube de todo o meu bom e de todo o meu ruim e, até onde foi possível, tornou tudo muito mais leve, mais bonito e mais gostoso de ser vivido. Obrigada por tudo!

Finalmente, agradeço ao Raul pelo apoio imprescindível, pela paciência e companheirismo nos momentos finais e cruciais da execução deste trabalho e mesmo nos desdobramentos que têm ocorrido a partir dele. Tudo isto teria sido impossível sem a sua interferência tão inesperada e tão providencial neste momento da minha vida! Obrigada por isso e todo o resto!

“A cabeça da gente é uma só e as coisas que há e que estão para haver são demais de muitas, muito maiores, diferentes e a gente tem de necessitar de aumentar a cabeça para o total.”
(Guimarães Rosa – Grande Sertão Veredas)

"Uma vez que se penetra na conexão interna das coisas, cai por terra toda a fé teórica na necessidade constante da atual ordem vigente, antes mesmo que essa ordem vigente desmorone na prática."
(Karl Marx)

RESUMO

A dependência, nos termos da teoria marxista da dependência, pode ser entendida como uma situação de condicionamento a partir da qual o desenvolvimento das economias centrais ocorre às custas do subdesenvolvimento das economias periféricas, fato este marcado pela intensificação do processo de transferência de valores produzidos na periferia e acumulados nos países do centro. Isto provoca a necessidade de que, na periferia, se exacerbem os mecanismos de superexploração do trabalho como forma de dar prosseguimento ao seu processo interno de acumulação de capital. O propósito deste estudo é o de demonstrar que, nos marcos do capitalismo atual – marcado pelo ganho de hegemonia da perspectiva neoliberal de desenvolvimento e pela constituição de um novo padrão exportador latino-americano –, a dependência se estabelece mediante um intenso aprofundamento da vulnerabilidade externa estrutural dos países periféricos, combinada a uma situação de intensa fragilidade financeira, ambas como resultado imediato da excessiva abertura comercial e financeira, da falta de controle da mobilidade de capitais e também do tipo de inserção externa das economias latino-americanas, em cuja pauta de exportações predominam as *commodities* e/ou produtos industriais de baixo valor agregado. Deste modo, temos que o neoliberalismo se apresenta como a forma histórica atual da dependência, a vulnerabilidade externa aparece como característica da dependência, que é agravada na nova forma histórica, e é a partir daí que se colocam as possibilidades de desenvolvimento capitalista na periferia por meio da superexploração da força de trabalho.

Palavras-chave

Periferia, dependência, superexploração do trabalho, neoliberalismo, vulnerabilidade externa.

ABSTRACT

The dependence, according to Marxist dependence's theory, can be understood as a conditioning situation from which development of the central economies occurs at the costs of the underdevelopment of the peripheral economies, this fact marked by the intensification of the process of transfer values produced in periphery and accumulated in the center's countries. It causes needs that, in the periphery, mechanisms of labor superexplotation are exacerbated as way to continue its internal process of capital accumulation. The aim of this study is to demonstrate that, in the marks of the current capitalism – marked by gain of neoliberal hegemony perspective and for the constitution of a new Latin-American pattern exporter –, the dependence is established trough an intense invigoration of the structural external vulnerability from peripheral countries, combined with a situation of intense financial fragility, both like in the immediate result of the excessive commercial and financial openess, lack of mobility capitals' control and also of the insertion's type of Latin-American economies, in whose line of exportations prevails commodities and/or industrial products with low added value. Thus, we have that the neoliberalism is presented as a historical current form of dependence, the external vulnerability appears as characteristic of dependence, which is exacerbated in the new historical form, and as a result, the possibilities of capitalist development are put in the periphery through the workforce superexplotation.

Key words

Periphery, dependence, labor superexplotation, neoliberalism, external vulnerability.

LISTA DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS

Quadro 1.1 - Transfomação dos Valores em Preços de Produção _____ 45

Tabela 3.1 - Composição dos Depósitos Bancários da Argentina: 1988-1998 (em US$ bilhões) _____ 82
Tabela 3.2 - Evolução do Desemprego e Subemprego (1990-2003) _____ 104
Tabela 3.3 - Criação de Emprego nos Períodos 2002-2003 e 2003-2004 _____ 105
Tabela 3.4 - Evolução do Emprego Formal: 3º Trimestre de 2004 comparado ao 2º Trimestre de 2004 _____ 106
Tabela 3.5 - Renda Média dos Assalariados Segundo Condição de Registro e Tempo no Posto de Trabalho (em pesos para o 1º semestre de 2004) _____ 107
Tabela 3.6 - Índice de Salários Nominal e Real Segundo Condição do Trabalhador ___ 108
Tabela 3.7 - Renda por Domicílio _____ 109
Tabela 4.1 - Indicadores do Nível e Composição da Renda, 1991 e 2000_____ 136
Tabela 4.2 - Taxa de Desemprego Total, por Regiões Metropolitanas (em %) _____ 137
Tabela 4.3 - Proporção de ocupados que trabalham acima de 44 horas semanais, por Regiões Metropolitanas (em %) _____ 138
Tabela 4.4 - Rendimento Médio Real dos Ocupados, por Regiões Metropolitanas (em Reais de janeiro de 2006) _____ 139
Tabela 4.5 - Porcentagem da Renda apropriada por Faixas da População, 1991 e 2000_ 140
Tabela 4.6 - Indicadores Sintéticos da Desigualdade de Renda, 1991 e 2000 _____ 140
Tabela 4.7 - Trabalho Escravo no Brasil - 1997-2003 _____ 141

Gráfico 3.1 - Argentina: Juros/Exportações (%) _____ 91
Gráfico 3.2 - Argentina: Dívida Externa Líquida/PIB (%) _____ 92
Gráfico 3.3 - Argentina: Reservas Internacionais/Dívida Externa Total (%)_____ 93
Gráfico 3.4 - Argentina: Dívida Externa Líquida/Exportações (anos)_____ 94
Gráfico 3.5 - Argentina: Juros/Reservas Internacionais (%) _____ 96
Gráfico 3.6 - Argentina: Serviço da Dívida Externa/Reservas Internacionais (%) _____ 96
Gráfico 3.7 - Argentina: Déficit em Transações Correntes (% do PIB)_____ 97
Gráfico 3.8 - Argentina: Serviço da Dívida Externa/Exportações (%) _____ 98
Gráfico 3.9 - Argentina: Serviço da Dívida Externa/PIB (%) _____ 98

Gráfico 3.10 - Dívida Externa Argentina (US$ milhões) 101
Gráfico 3.11 - Estrutura do Saldo em Transações Correntes da Argentina (US$ milhões) 101
Gráfico 3.12 - Taxas de Pobreza e Indigência (1989-2001: Grande Buenos Aires; 2003-2004: total do país) 110
Gráfico 4.1 - Brasil: Juros/Exportações (%) 124
Gráfico 4.2 - Brasil: Dívida Externa Líquida/PIB (%) 125
Gráfico 4.3 - Brasil: Reservas Internacionais/Dívida Externa Total (%) 127
Gráfico 4.4 - Brasil: Dívida Externa Líquida/Exportações (anos) 128
Gráfico 4.5 - Brasil: Juros/Reservas Internacionais (%) 129
Gráfico 4.6 - Brasil: Serviço da Dívida Externa/Reservas Internacionais (%) 130
Gráfico 4.7 - Brasil: Déficit em Transações Correntes (% do PIB) 131
Gráfico 4.8 - Brasil: Serviço da Dívida Externa/Exportações (%) 132
Gráfico 4.9 - Brasil: Serviço da Dívida Externa/PIB (%) 133
Gráfico 4.10 - Dívida Externa Brasileira (US$ milhões) 134
Gráfico 4.11 - Estrutura do Saldo em Transações Correntes do Brasil (US$ milhões) 135

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO _____ **14**

CAPÍTULO 1 - A TEORIA DA DEPENDÊNCIA: UMA INTERPRETAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO PERIFÉRICO _____ **18**

1.1 Versão weberiana da dependência: a concepção de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto _____ **22**

1.2 Versão marxista da dependência _____ **30**

1.2.1 Acumulação capitalista, exército industrial de reserva e superexploração da força de trabalho _____ 33

CAPÍTULO 2 - O NOVO PADRÃO DE DEPENDÊNCIA _____ **57**

2.1 Neoliberalismo e dialética do capital fictício: a nova fase da dependência _____ **57**

2.2 Neoliberalismo e dependência no capitalismo atual _____ **69**

CAPÍTULO 3 - ABERTURA E DESREGULAMENTAÇÃO *VERSUS* VULNERABILIDADE E DEPENDÊNCIA: O CASO ARGENTINO _____ **78**

3.1 O neoliberalismo argentino: do governo Menem ao atual governo Kirchner ___ **79**

3.1.1 Implementação das reformas estruturais no início dos anos 90 _____ 80

3.1.2 O atual governo Néstor Kirchner _____ 86

3.2 Evolução estrutural/conjuntural dos indicadores de vulnerabilidade a partir das crises externa vividas no período _____ **90**

3.3 Superexploração da força de trabalho: precarização no mundo do trabalho e distribuição de renda _____ **103**

CAPÍTULO 4 - NEOLIBERALISMO TARDIO NO BRASIL: DO GOVERNO COLLOR AO ATUAL GOVERNO LULA _____ **112**

4.1 O ajuste do início da década de 90: os governos Collor e Itamar Franco _____ **114**

4.2 O governo FHC e a panacéia da estabilidade monetária _____ **117**

4.3 O atual governo Lula _____ **120**

4.4 Evolução estrutural/conjuntural dos indicadores de vulnerabilidade a partir das crises externa vividas no período _____ **123**

4.5 Superexploração da força de trabalho: precarização no mundo do trabalho e distribuição de renda _____ **136**

CONSIDERAÇÕES FINAIS _____ **142**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____ **146**

ANEXO 1 _____ **155**

INTRODUÇÃO

A evolução do sistema capitalista e de sua lógica de acumulação tem como fator intrínseco a diferenciação entre países e regiões, especialmente em termos políticos, econômicos e sociais, e é justamente esta característica sistêmica que motiva e sustenta a efervescência teórica das décadas de 60 e 70 no sentido de encontrar explicações para a existência de desenvolvimento e subdesenvolvimento dentro de um mesmo todo. Neste contexto surge a chamada "teoria do desenvolvimento", numa tentativa de oferecer explicações e análises acerca dos determinantes desta evolução, com a idéia geral de que o subdesenvolvimento é apenas uma fase preliminar para que seja alcançado o desenvolvimento pleno e superior.

Como contraposição a esta visão, surge a teoria da dependência numa tentativa de demonstrar que, na verdade, o modo de produção capitalista é intrinsecamente desigual e excludente e que desenvolvimento e subdesenvolvimento são fenômenos antagônicos – por se tratarem de situações distintas dentro de uma mesma lógica de acumulação – e, ao mesmo tempo, complementares. Isto se justifica pelo fato de que a lógica mundial de acumulação capitalista possui características que produzem o desenvolvimento de determinadas economias na mesma medida em que produzem o subdesenvolvimento de outras, de tal forma que a dependência é uma característica estruturante das economias periféricas.

Haveria três formas históricas iniciais de dependência, quais sejam, a dependência colonial, a dependência "financeiro-industrial" e a dependência "tecnológico-industrial", caracterizadas pela existência de um intercâmbio desigual entre as economias periféricas e centrais, o que redunda na transferência de valor da periferia em direção ao centro. Isto implica numa forte saída estrutural de recursos, que traz consigo graves problemas de estrangulamento externo e restrições externas ao crescimento. Diante disto, a única atitude que torna possível às economias periféricas garantir sua dinâmica interna de acumulação de capital é o aumento da produção de excedente através da superexploração da força de trabalho – e este é o eixo principal através do qual se constrói a teoria marxista da dependência, vertente que tem como principais expoentes Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, adotada como referencial teórico para o desenvolvimento deste trabalho.

Também como reflexo da evolução do capitalismo mundial, a perspectiva neoliberal de desenvolvimento ganha espaço teórico e ideológico no último quarto do século XX e é justamente nos países periféricos que sua efetiva implementação ocorreu de forma pioneira e

concentrada. Esta perspectiva emerge como uma forma de superação da crise do capitalismo mundial ocorrida nos anos 70 e é fundamentada na idéia de que a retomada das altas taxas de investimento e o crescimento econômico com distribuição de renda são objetivos alcançáveis apenas mediante a introdução de reformas estruturais que incentivassem o funcionamento dos mercados, apoiado na iniciativa privada e na menor presença estatal nas atividades econômicas.

É manifesto o fracasso das políticas neoliberais no sentido do cumprimento destes objetivos de crescimento e desenvolvimento econômico. O que se tem, na verdade, é um acréscimo da vulnerabilidade externa das economias que adotam essas políticas liberal-conservadoras e uma ampliação da fragilidade financeira e da dependência de capitais externos quando do financiamento de suas contas, além de um quadro de alta concentração de renda e riqueza.

Á luz do exposto, nosso argumento é o de que, em tempos neoliberais, tem se firmado uma nova fase do capitalismo, que representaria uma nova forma histórica da dependência – a quarta forma histórica –, caracterizada, principalmente, pela transferência de recursos na forma financeira, através do pagamento de juros e amortizações em razão de endividamentos externos crescentes. Deste modo, o neoliberalismo se apresenta como a forma histórica atual da dependência e a vulnerabilidade externa aparece como característica da dependência, que é agravada na nova forma histórica.

Nossa tentativa, então, é a de demonstrar que, nos marcos do capitalismo atual, a dependência se estabelece mediante um intenso aprofundamento da vulnerabilidade externa dos países periféricos frente aos centrais e é a partir daí que se colocam as possibilidades de desenvolvimento capitalista na periferia por meio da superexploração da força de trabalho.

Para tanto, no primeiro capítulo da presente dissertação serão analisadas as contribuições dos autores que conformam a vertente marxista da teoria da dependência[1], mostrando que o desenvolvimento capitalista aprofunda a condição dependente e não o contrário. No intuito de nos aprofundarmos na compreensão destes argumentos, faz-se necessária uma recuperação da Lei Geral da Acumulação Capitalista, desenvolvida por Marx em *O Capital*, para que o caráter estrutural destas questões fique claro, no sentido de que esta abordagem, em termos gerais, reflete uma tendência sistêmica de ampliação da produtividade,

[1] Muito embora esta seja nossa teoria de base, trataremos de maneira sucinta das idéias principais defendidas pela vertente do capitalismo dependente associado (ou da teoria da interdependência) de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, que representam uma outra importante concepção no interior da teoria da dependência. Trata-se de uma abordagem divergente da realizada pelos marxistas, especialmente no que diz respeito às suas conclusões, e, justamente por isto, vale a pena recuperar seus aspectos principais, até para que se tornem claros os motivos que nos guiaram em nossa "filiação teórica".

que, por sua vez, faz crescer o exército industrial de reserva, exacerbando os mecanismos de superexploração do trabalho.

Para além disto, no segundo capítulo, analisaremos a dialética do capital fictício, que se apresenta como a característica essencial desta nova fase do capitalismo, e avançaremos no sentido de demonstrar seus impactos em termos da ampliação da vulnerabilidade externa que se apresenta como característica da nova fase da dependência. Ou seja, argumentaremos na direção de explicitar a idéia de que o neoliberalismo se apresenta como a forma histórica atual da dependência e a vulnerabilidade externa aparece como característica da dependência, que é agravada na nova forma histórica.

Nos dois capítulos subseqüentes a proposta é a de comprovar, no plano empírico, as idéias desenvolvidas na análise teórico-abstrata. Sendo assim, serão avaliadas as estratégias de desenvolvimento adotadas pela Argentina (Capítulo 3) e pelo Brasil (Capítulo 4)[2] – sustentadas nos matizes políticos e ideológicos próprios do neoliberalismo –, a partir da década de 90, bem como os impactos mais concretos provenientes desta estratégia, através dos quais poderemos inferir aspectos a respeito da fragilidade financeira, da abertura comercial e, principalmente, da vulnerabilidade externa desses países. Sendo assim, a intenção última é a de realizar um levantamento dos indicadores tradicionais de vulnerabilidade externa e dos indicadores de vulnerabilidade ligados ao passivo externo para ambas as economias, de modo a tornar palpável a demonstração de que o aumento da vulnerabilidade externa (ou uma piora nos seus indicadores) evidencia o aprofundamento da dependência em sua nova forma, a neoliberal.

O objetivo é, portanto, o de demonstrar empiricamente que os valores produzidos pelos países periféricos são crescentemente transferidos para os países centrais (e, portanto, apropriados por eles) e, para isto, pretendemos mostrar que houve pioras constantes nas contas do balanço de pagamentos que refletem a ocorrência destas transferências. Em segundo lugar, nossa pretensão é a de demonstrar que a superexploração do trabalho nestas economias é crescente e, para tal, nos baseamos em dados comprobatórios da piora em termos de distribuição de renda, participação dos salários no PIB e precarização do trabalho de uma maneira geral.

[2] O estudo dos casos argentino e brasileiro se justifica, primeiramente, porque ambas são as maiores economias do Cone Sul da América e, em segundo lugar, porque estes países passaram por estratégias de desenvolvimento semelhantes – adoção de políticas neoliberais de abertura externa e desregulamentação dos mercados – e num mesmo marco histórico.

Com isto, e levando em consideração as palavras de Marini (2000: 107) de que *"as categorias marxistas devem ser aplicadas, pois, à realidade como instrumentos de análises e antecipações de seu desenvolvimento posterior"*, acreditamos poder confirmar, no plano empírico, os elementos da análise mais abstrata apontados em nossa teoria de base.

Só então, baseados num olhar mais crítico acerca destas questões, poderemos concluir nosso trabalho com considerações a respeito da condição de dependência destes países em relação aos centrais, à luz da vertente marxista da teoria da dependência, como já expresso. Para além disto, poderemos também visualizar possíveis alternativas àquelas de caráter liberal-conservador para que estes países consigam atenuar sua condição dependente, em que pese o fato de não poderem superá-la mediante a manutenção das relações de produção ora vigentes.

CAPÍTULO 1

A TEORIA DA DEPENDÊNCIA: UMA INTERPRETAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO PERIFÉRICO

A evolução do sistema capitalista e de sua lógica de acumulação traz em seu bojo uma diferenciação entre países e regiões, especialmente em termos políticos, econômicos e sociais, a ponto de que a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras economias. A partir disto é que se constrói o debate acerca da dependência dos países periféricos em relação aos ditos centrais.

A chamada "teoria do desenvolvimento" surge justamente para oferecer explicações e análises acerca dos determinantes desta evolução. Este surgimento se dá como resultado da superação do domínio colonial e do aparecimento de burguesias locais com pretensões de expandir sua participação na economia mundial e cuja característica principal era a *"visão do subdesenvolvimento como uma ausência de desenvolvimento"*, de modo que o *"'atraso' dos países subdesenvolvidos era explicado pelos obstáculos que neles existiam a seu pleno desenvolvimento ou modernização"* (DOS SANTOS, 2000: 21). Então, em face do surgimento de novas nações, impulsionado pelos processos de descolonização, torna-se latente a busca por explicações acerca das desigualdades promovidas pelas relações econômicas internacionais. É justamente com a finalidade de fornecer estas explicações que surge a teoria do desenvolvimento, assentada na idéia de que *"ele [o desenvolvimento] corresponde ao desdobramento do aparelho produtivo, em função da conhecida classificação deste em três setores: primário, secundário e terciário"* (MARINI, 1992: 71). Deste modo, os países "avançados" se encontrariam no extremo superior de um *continuum* evolutivo que se caracteriza pelo pleno desdobramento do aparelho produtivo, ao passo que os países "atrasados" se veriam num estágio inferior de desenvolvimento, com baixa expressão em termos desse desdobramento, sendo que estas condições de desenvolvimento e as respectivas disparidades entre as nações apenas eram captadas no âmbito quantitativo da questão, sem maior aprofundamento no que diz respeito aos aspectos estruturais que fundamentam estas desigualdades.

> Recapitulando: o elemento central da teoria do desenvolvimento é a idéia do desenvolvimento como um *continuum* e do subdesenvolvimento como uma etapa prévia ao desenvolvimento pleno, que seria assim acessível a todos os países que se esforçassem por reunir as condições adequadas para isso. (Ibidem, p. 72)

Nestas circunstâncias, tomam corpo o institucionalismo conservador rostowiano, bem como a concepção heterodoxa de desenvolvimento da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina – dos anos 40 e 50, especialmente com as contribuições de Prebisch (1949) e Furtado (1959). Em relação ao primeiro, Rostow (1978) segue muito proximamente as linhas gerais do que foi exposto anteriormente em relação ao *continuum* evolutivo – que tem como ponto de partida o subdesenvolvimento caminhando em direção ao pleno desenvolvimento, ponto final desta escala evolutiva –, advogando que o desenvolvimento deve se dar através de cinco etapas seqüenciais, de modo que nenhuma delas pode ser burlada justamente porque todas seguem uma ordem lógica (ou uma escala evolutiva) que, se respeitada, leva a uma situação ótima de desenvolvimento a ser alcançada por todas as economias. Esta situação ótima seria a formação de uma sociedade de consumo em massa. Adotando a sociedade americana como uma espécie de sociedade ideal, o próprio autor afirma que *"é possível enquadrar todas as sociedades, em suas dimensões econômicas, dentro de uma das cinco seguintes categorias: a sociedade tradicional, as precondições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa"* (Ibidem, p. 16). Estar em qualquer destes pontos significa que já se esteve num ponto imediatamente anterior e que se estará necessariamente num ponto posterior até que se atinja o pleno desenvolvimento, a sociedade consumista.

A concepção cepalina do desenvolvimento representa um avanço em relação à teoria clássica no sentido de que percebe os problemas vividos pela periferia como sendo decorrentes das relações estabelecidas no âmbito do capitalismo mundial e das relações econômicas internacionais. Esta percepção deriva do diagnóstico de que, dado o comércio internacional, há uma tendência permanente à deterioração dos termos de troca que desfavorece os países exportadores de produtos primários – ao contrário do que apregoa a teoria tradicional das vantagens comparativas[3] –, fazendo com que haja transferência de renda da periferia em direção ao centro. Esta deterioração se dá porque, como as economias primário-exportadoras não desenvolvem seu setor industrial, elas são incapazes de promover uma elevação em seus níveis de produtividade e são também incapazes de incorporar maior

[3] A lei das vantagens comparativas foi desenvolvida pela teoria clássica do comércio internacional e defende que cada país deve se especializar na produção de bens em que tenha certa "vocação natural", de modo a ter ampliados seus índices de produtividade e suas condições de competitividade quando expostos ao mercado mundial.

quantidade de mão-de-obra ao processo produtivo. Ambos os aspectos levam a que se tenha um excedente de força de trabalho e uma redução salarial generalizada para toda a economia, o que promove uma redução nos custos e, por conseguinte, nos preços das mercadorias produzidas. Contrariamente, o componente salarial nos custos das firmas dos países centrais é muito maior do que o que prevalece na periferia[4]. Sendo assim, mesmo com alta produtividade, os preços nos países desenvolvidos não caem em relação aos subdesenvolvidos, tendo em vista que seus custos são mantidos em função dos aumentos salariais.

Muito embora tenha representado um progresso frente à teoria ortodoxa do desenvolvimento, a concepção cepalina se mantinha

> fiel à idéia do desenvolvimento econômico como *continuum*, (...) [pois] não considerava o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como fenômenos qualitativamente diversos, marcados pelo antagonismo e a complementaridade (...) mas tão somente como expressões quantitativamente diferenciadas do processo histórico da acumulação de capital. (MARINI, 1992: 77-78)

Assim sendo, haveria possibilidade de desenvolvimento capitalista na periferia, desde que fosse aplicada uma política econômica adequada, com medidas corretivas direcionadas ao comércio internacional, numa espécie de desenvolvimento autônomo que atingiria, em algum momento, seu estado pleno e superior. Nestas circunstâncias, a proposta de política da Cepal vinha no sentido de atuar contra a inserção externa dos países subdesenvolvidos, num argumento pró-industrialização que defendia a centralização do câmbio – de modo que toda compra e venda de dólares deveria ser feita sempre por intermédio dos Bancos Centrais –, a canalização de diferentes taxas de câmbio para diferentes setores de acordo com a estratégia de industrialização adotada e, por fim, uma política creditícia ativa, com criação de instituições como o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Sócio-Econômico), com seu papel de alavancar o desenvolvimento. A este conjunto de políticas deu-se o nome de desenvolvimentismo, cuja efetivação dependeria da forte presença e participação do Estado na economia através da implementação do conhecido PSI (Processo de Substituição de Importações) – cunhando a expressão "nacional-desenvolvimentismo" – e cujo resultado seria

[4] Além, obviamente, de as economias dominantes percorrerem um movimento oposto ao sofrido pelas economias primário-exportadoras no sentido da produtividade e da incorporação de mão-de-obra, uma outra explicação para essa situação está no fato de que as organizações sindicais são muito mais bem aparelhadas nos países do centro do que nos periféricos, de modo que elas pressionam muito mais para aumentos salariais em fases ascendentes do ciclo e resistem muito mais a quedas salariais nas fases de depressão.

o de garantir a correção dos desequilíbrios e desigualdades sociais e o pleno desenvolvimento econômico.

Na verdade, ao contrário do que apontam as concepções de desenvolvimento anteriores, o que a prática nos mostra é que todas as ex-colônias tinham o seu desenvolvimento limitado por sua forte dependência econômica e política em relação à economia internacional, e isto revela uma perda de relevância dessas "teorias do desenvolvimento", especialmente a partir dos anos 60.

Justamente neste período surge a teoria da dependência, num contexto histórico de superação do processo de substituição de importações e emergência do processo de integração da economia mundial intermediado pela hegemonia norte-americana. Trata-se de *"um esforço crítico para compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado num período histórico em que a economia mundial estava já constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas"* (DOS SANTOS, 2000: 26).

As idéias centrais defendidas pela teoria da dependência, segundo resumo feito por Blomström e Hettne (1990, p. 15), passam por quatro pontos específicos que se estreitam em muito com a concepção de desenvolvimento adotada por Marx (1974)[5]. O primeiro deles seria a visão de que o subdesenvolvimento está conectado de maneira estreita com a expansão dos países industrializados; o segundo contempla a idéia fundamental de que desenvolvimento e subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo universal. O terceiro aspecto se refere ao fato de que o subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista. Por fim, o quarto ponto inclui o fato de que a dependência não é só um fenômeno externo, mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna, nos âmbitos social, ideológico e político.

Deste modo, em linhas gerais, a percepção é a de que o modo de produção capitalista é intrinsecamente desigual e excludente e que desenvolvimento e subdesenvolvimento são fenômenos antagônicos – por se tratarem de situações distintas dentro de uma mesma lógica de acumulação – e, ao mesmo tempo, complementares. Isto se justifica pelo fato de que a lógica mundial de acumulação capitalista possui características que produzem o desenvolvimento de determinadas economias na mesma medida em que produzem o subdesenvolvimento de outras. Daí conclui-se que a dependência é uma característica

[5] Marx (1974) não trabalha com uma visão positiva acerca do desenvolvimento capitalista, no sentido de que não visualiza este desenvolvimento como um estado ótimo a ser alcançado, de modo que se deva atravessar outros estágios menos avançados para tal. Sua visão de desenvolvimento passa pela idéia de processualidade, no sentido de que novos elementos vão surgindo na totalidade do sistema e modificando o modo em que este último opera. No caso do sistema capitalista, como veremos, seu desenvolvimento não traz características positivas para o todo. Antes pelo contrário, provoca pobreza e desigualdade em diversos sentidos.

estruturante das economias periféricas, ou seja, à medida que prevalece a lógica de acumulação capitalista, uma vez que um país ou região se mostra dependente, será sempre dependente.

Esta seria a concepção mais geral do desenvolvimento capitalista, aparentemente comum a todas as correntes teóricas que conformam a teoria da dependência[6]. Em seguida, passaremos a tratar daquela que elegemos como a mais significativa para o estudo em questão – no sentido de que é suficientemente explicativa do fenômeno que intencionamos explicar –, qual seja, a vertente marxista da teoria da dependência. Antes, porém, se faz relevante a recuperação da versão weberiana de Cardoso e Faletto no intuito de revelar suas principais características e idéias, e as fragilidades que daí derivam e que nos levam a rejeitar esta teorização e eleger a marxista como sendo a mais contundente sob uma ótica mais crítica acerca dos problemas referentes ao desenvolvimento econômico enfrentados pela periferia do sistema em tempos mais atuais.

1.1 Versão weberiana[7] da dependência: a concepção de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto[8]

[6] Há inúmeras controvérsias em relação à melhor e mais correta classificação das vertentes teóricas dependentistas. Dos Santos (2000) adota a distinção feita por Blomström e Hettne (1990), talvez por julgar que esta seja a descrição mais correta – ou menos incorreta – destas vertentes. Segundo estes autores, Oswaldo Sunkel, Celso Furtado e Raúl Prebisch representariam a crítica ou autocrítica dos cientistas sociais ligados à Cepal, que percebem os limites de um projeto de desenvolvimento nacional autônomo; Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra estariam inseridos na corrente neomarxista, que vê como única forma de enfrentamento e superação da situação dependente a ocorrência de uma revolução socialista; Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto seriam os principais expoentes da corrente marxista mais ortodoxa, que aceita o papel positivo do desenvolvimento capitalista e a não necessidade do socialismo para se alcançar o desenvolvimento; e, por fim, André Gunder Frank, que representaria a teoria da dependência quase que numa corrente própria, distinta de todas as vertentes antes mencionadas. Hunt (1989) e Almeida Filho (2003) parecem seguir parcialmente esta divisão, no entanto incluem Frank na corrente neomarxista, sendo que Marini e Dos Santos seriam os representantes mais recentes desta escola e qualificam Cardoso e Faletto como sendo teóricos do escopo do desenvolvimento dependente-associado. Marini (1991, 2000) rejeita claramente esta nomenclatura, tendo em vista que, ao longo de sua exposição, menciona diversas vezes que aquela se trata de uma visão ou de uma formulação marxista da dependência. Diante destas polêmicas e controvérsias, fica óbvio, portanto, que as distinções relativas às correntes que conformam a teoria da dependência correspondem a um reducionismo metodológico para o qual devem ser guardadas as devidas pontuações. De nossa parte, esta classificação é também feita de maneira distinta, de modo que denominamos como marxista a vertente teórica representada por Marini e Dos Santos e como weberiana aquela versão na qual se enquadram Cardoso e Faletto, como será visto mais adiante.

[7] Embora Fernando Henrique Cardoso reivindique o marxismo como sua principal fonte teórica, denominamos como weberiana esta vertente da teoria da dependência. Primeiro em função de que os weberianos acusam os marxistas de serem economicistas, tal como Weber fez em relação a Marx e o próprio Cardoso fez em relação a Marini e Dos Santos. Em segundo lugar está a exasperação da autonomia do político, própria dos weberianos, que se repete na vertente dependentista de Cardoso e Faletto. Por último, tal como afirma Martins (2003, p. 231 apud. SOTELO, 2005: 3), *"embora [Cardoso e Faletto] utilizem categorias marxistas em vários trabalhos, esses conceitos são claramente subordinados ao uso abrangente do instrumental weberiano e perdem o vigor original"*.

Inserida dentro do escopo mais geral do aporte[9] da dependência, a versão da interdependência[10] ou do capitalismo dependente-associado de Cardoso e Faletto (1981) aparece, assim como as outras vertentes, como uma crítica às teorias do desenvolvimento antes expostas. Os autores se contrapõem abertamente às visões que defendem a existência de formações sociais de tipo tradicional que necessariamente migram para uma formação moderna por intermédio de uma sociedade que combina em sua estrutura setores arcaicos e modernos ao mesmo tempo, o chamado "dualismo estrutural". Para além disto, são também contrários aos apontamentos realizados pelos teóricos dependentistas marxistas, como veremos mais adiante na exposição, e seu foco principal de rebatimento de idéias se dá em relação à perspectiva nacional-desenvolvimentista, empreendida pela Cepal. Ou seja, o germe que motiva a concretização do pensamento de Cardoso e Faletto em relação à dependência é o fracasso do projeto de desenvolvimento nacional autônomo via Processo de Substituição de Importações capitaneado ou idealizado pela Cepal nos anos 40 e 50.

Segundo esta perspectiva nacional-desenvolvimentista, a industrialização deveria se dar, conforme já tratamos, pela via da substituição de importações, que seria garantida através de uma intensa intervenção do Estado na economia, de modo a concretizar seu fortalecimento e a própria autonomia decisória dos países latino-americanos. Esta seria a fase do "desenvolvimento para dentro", com especial atenção ao mercado interno. Conforme aponta Araújo (2001: 9), a expectativa cepalina era a de que

> a adoção da mencionada estratégia de desenvolvimento seria o meio eficaz não apenas para superar a dependência externa – e, assim, alterar a "condição periférica" responsável pela situação de subdesenvolvimento –, como também para obter a melhoria do "bem-estar mensurável das massas".

No entanto, este processo atinge seu esgotamento ao se tornar evidente o fracasso das propostas no sentido do alcance aos objetivos apontados. Em outras palavras, o projeto nacional-desenvolvimentista se esgota quando a expectativa cepalina não se efetiva, tanto no

---

[8] Como não nos compete aqui o tratamento exaustivo da obra de Cardoso e Faletto, nos limitaremos ao estudo do livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, em especial do seu segundo capítulo, apenas no intuito de verificar quais são as idéias principais dos autores relativamente à temática da dependência. Um excelente acompanhamento da evolução da obra de Fernando Henrique Cardoso foi feito por Traspadini (1998) e pode ser útil no sentido de acrescentar mais conteúdo à análise. Ficam também indicadas as leituras de Cardoso (1963, 1971, 1975, 1980, 1993, 1995, 1996).

[9] O termo "aporte" é utilizado por Almeida Filho (2003) e Hunt (1989) pelo fato de acreditarem que ainda não é consenso, na literatura especializada, a utilização da expressão teoria da dependência, haja vista que a mesma comporta um conjunto diverso de perspectivas discordantes.

[10] O termo "interdependência" é utilizado por alguns autores para o tratamento da vertente da teoria da dependência representada por Cardoso e Faletto. Entretanto, acreditamos que este não seja um bom nome para o que procura ser tratado pela categoria, em função de que deixa implícita a idéia de que os países dependem necessariamente uns dos outros e, conforme veremos, não é propriamente isto o que acontece.

que diz respeito à superação da dependência, quanto naquilo que se refere a uma melhor e mais igualitária distribuição de renda e riqueza. E este fracasso abre espaço para as críticas e para o rebatimento da proposta, tanto por parte de Marini (1992) – cuja crítica se concentra em rebater a visão cepalina de subdesenvolvimento e desenvolvimento como partes de um processo evolutivo, bem como a noção de desenvolvimento capitalista autônomo, afirmando que, na verdade, ambos são vistos *"como realidades distintas e contrapostas, ainda que estruturalmente vinculadas"* (Ibidem, pp. 88), de tal forma que o subdesenvolvimento se apresenta como uma forma especial de capitalismo, resultante do próprio desenvolvimento capitalista mundial, e não como uma etapa anterior ao desenvolvimento –, quanto por parte de Cardoso e Faletto, que utilizam o argumento de que a retomada do desenvolvimento econômico nos países periféricos dependeria de uma estratégia que rompesse com esta fase do "desenvolvimento para dentro", tendo em vista que as transformações no sistema produtivo, próprias deste processo, seriam incapazes, por si sós, de remover os problemas sociais desses países e de tornar possível a constituição de uma sociedade possuidora de certa autonomia decisória, devendo ser incluída na análise a percepção de como se deu historicamente essa diversificação produtiva quando do processo de integração das economias nacionais ao mercado global.

É neste contexto que se fortalece a concepção que aqui chamamos de weberiana da teoria da dependência, em cujo alicerce está a visão de que *"o desenvolvimento é em si mesmo um processo social; mesmo seus aspectos puramente econômicos deixam transparecer a trama de relações sociais subjacentes"* (CARDOSO e FALETTO, 2000: 497). Desta forma, o desenvolvimento seria resultado da interação entre grupos e classes, cada qual com seus próprios valores e com suas próprias aspirações materiais, que, ao serem colididas e confrontadas, modificariam a estrutura socioeconômica e política de um país (ou região), na medida mesma em que interesses específicos conseguem ser impostos ao conjunto da sociedade, seja por meio da conciliação de idéias, seja através de sua oposição e superação. Esta percepção atua no sentido de negar o processo de mudança ou de avanço a situações de desenvolvimento "superiores" enquanto produto de fatores "naturais" e de demonstrar que, ao contrário, as mudanças são fruto necessário das relações e conflitos de classe.

Para fazer estas colocações Cardoso e Faletto (2000, p. 504) se apóiam na evidência empírica de que

> as transformações históricas significativas do processo de desenvolvimento latino-americano têm sido sempre acompanhadas, se não de uma mudança radical na

> estrutura de dominação, pelo menos pela adoção de novas formas de relações, e portanto de conflito, entre as classes e grupos.

Sendo assim, em linhas gerais, esta teorização se baseia, segundo os próprios autores, no método histórico-estrutural que manifesta a forma particular como ambos entendem a dialética marxista. Acredita-se que a totalidade das estruturas sociais – correspondente à unidade das perspectivas econômica, social e política – é estruturada e hierarquizada – o que, na prática, corresponde ao capitalismo e à relação de dominação entre países centrais e periféricos, respectivamente – e esta estrutura é passível de mudanças, de modo que o processo histórico é apreendido enquanto um processo de transformação estrutural que se dá por meio da luta social, ou que é motivado e empreendido por esta luta. Ou seja, o entendimento aqui é o de que a história é um processo em aberto, de modo que são os conflitos sociais que ditam seus rumos, embora isto deva se dar dentro de uma estrutura pré-estabelecida.[11]

Partindo desta metodologia de análise é possível derivar os principais aspectos constituintes da concepção de Cardoso e Faletto acerca do desenvolvimento capitalista periférico, conforme eles mesmos fazem. Acredita-se, então – e esta é a tese comum de que partem todos os teóricos dependentistas, de modo que suas divergências passam a se dar em relação às implicações deste fato (ou desta constatação) e das possibilidades de desenvolvimento vislumbradas para a periferia considerando este condicionante estrutural –, que a dependência é um componente estrutural do desenvolvimento na periferia, de tal modo que as formas externas de exploração não são exclusivas quando da determinação da condição mais ou menos dependente da periferia, devendo haver necessariamente uma combinação entre os condicionantes externos e internos de transformação, sendo que estes últimos se compõem pela contradição existente entre as classes locais dominantes (que integram a aliança no poder) e as dominadas (que estão fora desta aliança). E é justamente o conflito entre estas classes e sua estrutura interna, ou seja, o plano político interno que conduz, em grande medida, a ampliação ou minimização da dependência da periferia em relação ao centro.

Cardoso diverge dos marxistas justamente ao criticar os autores desta vertente com a afirmação de que os mesmos são economicistas – tal como os weberianos fazem comumente

[11] Esses aspectos justificam aquele que parece ser o cerne do pensamento de Cardoso e Faletto, sintetizado na compatibilidade possível entre dependência e desenvolvimento, conforme veremos a seguir – tendo em vista que a possibilidade de transformação estrutural antes tratada diz respeito também a uma possível mudança na condição dependente dos países periféricos –, e refuta a tese da inviabilidade do desenvolvimento capitalista na periferia.

em relação aos marxistas –, estagnacionistas e tendem a minimizar os fatores internos quando da determinação da dependência. Em relação à acusação de economicismo, Cardoso afirma que a política se apresenta como uma esfera autônoma, sendo que a luta que se exerce no interior dessa esfera encontra no econômico apenas uma forma de manifestação. Quanto a isto, Marini (2000, p. 231) se defende afirmando que, *"reduzida a si mesma, a luta política se vê assim desprovida de qualquer base explicativa sólida"*, no sentido marxista de que é a própria materialidade econômica que determina em que termos se dão as relações nos níveis social, político e até mesmo espiritual. É também atribuído aos marxistas o argumento do estagnacionismo, com a afirmação de que, se para estes autores a dependência apresenta restrições externas ao crescimento, as economias periféricas não poderiam crescer e estariam fadadas à estagnação. Na verdade, o que ocorre é que, por estar inserida na lógica da acumulação capitalista – se utilizando muito fortemente, inclusive, de mecanismos de superexploração do trabalho –, quanto mais a periferia cresce, mais ela fortalece as diferenças próprias desta lógica. *"Dessa forma, em situação de dependência, maior desenvolvimento capitalista, com o crescimento da economia dependente, implica maior dependência, o que não é sinônimo de estagnação"* (CARCANHOLO, 2004a: 13). Por fim, no que diz respeito à crítica de que os marxistas supervalorizam os fatores externos enquanto determinantes da dependência, a resposta cabível envolve a idéia de que é a própria aderência dos grupos internos à ideologia e aos projetos divulgados pelos grupos externos de dominação que determina, por exemplo, a opção de inserção externa passiva feita pelos países da América Latina, especialmente na década de 90. Deste modo, o externo exerce grande influência sobre o interno, mas os grupos pertencentes a esta última esfera apenas aceitam estas imposições porque elas vão de encontro à concretização de seus interesses particulares.

Feito este parêntese, e retomando a linha de análise de Cardoso e Faletto, notamos que a percepção dos autores exclui o externo e o econômico como determinantes exclusivos da situação de dependência vigente, acrescentando a necessidade de uma combinação entre estes fatores e os fatores internos e políticos. A idéia é a de que as transformações e mudanças no sentido de condições opostas às do subdesenvolvimento são resultado do tipo de vinculação que as economias nacionais têm com o mercado mundial, sendo que esta vinculação afeta diretamente as alianças internas que se estabelecem e mesmo as alianças dos grupos internos com os grupos externos de dominação. Dito de outra maneira, a forma como se dá a integração da periferia ao mercado internacional tem por detrás as inter-relações entre os grupos sociais no interior de cada país e a vinculação destes grupos com os grupos externos

pertencentes aos centros hegemônicos. Uma passagem específica da obra *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* deixa clara esta visão:

> Como o objetivo deste ensaio é explicar os processos econômicos enquanto processos sociais, requer-se buscar um ponto de intersecção teórico, onde o poder econômico se expresse como dominação social, isto é, como política; pois é através do processo político que uma classe ou grupo econômico tenta estabelecer alianças ou subordinar os demais grupos ou classes com o fim de desenvolver uma forma econômica compatível com seus interesses e objetivos. Os modos de relação econômica, por sua vez, delimitam os marcos em que se dá a ação política. (CARDOSO e FALETTO, 1981: 23)

Deriva daí que, embora a tese geral dos dependentistas, inclusive Cardoso e Faletto, aponte para a dependência estrutural dos países periféricos frente aos centrais, as obras de Fernando Henrique Cardoso, em especial, tinham como principal objetivo enfatizar que *"havia possibilidade de desenvolvimento, dependendo das ações políticas e de surgirem novos atores sociais"* (CARDOSO, 1995: 1). Deste modo, quando se percebe a insuficiência da diversificação produtiva no sentido de impulsionar uma trajetória de desenvolvimento que se sustente ao longo do tempo e também a insuficiência das interpretações que atribuem a dinâmica do desenvolvimento exclusivamente à influência que os centros hegemônicos exercem sobre as nações subdesenvolvidas, a análise da dependência, para Cardoso e Faletto, recorre necessariamente à apreciação de como atuam as forças sociais no caso de cada país. Os fatores sociais e políticos internos, com sua vinculação "natural" (ou estrutural) à dinâmica dos centros hegemônicos, poderiam estabelecer políticas que se aproveitassem das novas oportunidades de crescimento dadas pela integração das economias periféricas ao mercado global.

Com este horizonte, desenvolve-se a idéia de que

> a dependência da situação de subdesenvolvimento implica socialmente uma forma de dominação que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação dos grupos que no sistema econômico aparecem como produtores ou como consumidores. Essa situação supõe **nos casos extremos** que as decisões que afetam a produção ou o consumo de uma economia dada são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas.[12] (CARDOSO e FALETTO, 2000: 508 – grifo nosso)

[12] Esta seria a definição de dependência na concepção dos weberianos e o único aspecto que caracteriza esta condição é a "forma de dominação", que pode se mostrar sob variadas feições, até mesmo crescimento econômico, inexistência de tecnologia, dívida externa, distribuição de renda ou desenvolvimento. Não se define ao certo quais são essas formas de dominação, deixando campo aberto para qualquer tipo de interpretação e para a adoção de quaisquer daquelas expressões fenomênicas da dependência dos países periféricos em relação aos centrais. Ademais, aquilo que para os autores se apresenta como caso extremo, parece ser, na realidade, o que de fato ocorre.

Nessas circunstâncias, se inclui o papel subordinado e associado da burguesia nacional dos países da periferia. Dado esse quadro num momento histórico de intensificação da internacionalização do mercado interno – fase da "nova dependência", tal como denominado pelos autores –, a alternativa que se apresentava à burguesia nacional, para que pudesse garantir a aceleração do crescimento econômico, era a sua associação com o capital externo e sua transferência dos setores estratégicos ou dinâmicos da economia (a saber, setores produtores de bens de capital e de consumo duráveis, que ficariam sob o domínio das multinacionais) para setores subordinados (bens primários e de consumo não-duráveis). Deste modo, se houvesse alguma possibilidade de mudança para uma condição "superior" de desenvolvimento, sua implementação estaria necessariamente sujeita à atuação de um único grupo social, a burguesia industrial.

Entretanto, o mesmo processo de associação que produz estes impactos sobre a periferia é, segundo Cardoso e Faletto, o único capaz de dinamizar estas economias e garantir algum nível de acumulação de capital e crescimento econômico, ainda que de forma concentradora e excludente.

> Assim, desenvolvimento dependente e associado é, segundo os autores, a única alternativa para que estas economias consigam obter ganhos no comércio internacional, uma vez que a internacionalização das economias e a tendência à unificação dos mercados tornam-se pressuposto fundamental da nova perspectiva imperialista. Ao invés de lutar contra a atual ordem mundial, torna-se condição *sine qua non* juntar-se a ela para que se consiga conciliar as crises e os ganhos mundiais, com as vantagens competitivas que as empresas pretendem adquirir internamente. (TRASPADINI, 1998: 34)

Note-se que há um reconhecimento por parte dos próprios autores de que o fruto imediato desta estratégia de desenvolvimento proposta é uma estrutura social extremamente concentradora e excludente, característica esta apreendida como sendo uma lei de tendência do desenvolvimento capitalista, no sentido de que este último tem na sua evolução a produção inerente de concentração de renda e riqueza. Traspadini (1998, p. 55) percebe muito bem este aspecto:

> Ora, segundo Cardoso a questão não é entender o maior ou menor grau de desenvolvimento de uma determinada economia. O autor não intenta dizer que o desenvolvimento requer mais equidade, mas sim a forma de desenvolver possível na atual etapa do capitalismo avançado. Ao que tudo indica, na sua perspectiva, a questão maior do desenvolvimento não está centrada na necessidade de uma distribuição mais eqüitativa da renda, mas sim, na tendência inexorável à transformação e complexificação da estrutura produtiva.

Considera-se que o consumo das massas é irrelevante para a acumulação capitalista, sendo que esta se mantém apenas com o consumo entre produtores, de tal forma que,

> (...) para aumentar a capacidade de acumulação desses 'produtores-consumidores' é necessário conter as demandas reivindicatórias das massas. Isto é, a política de redistribuição que ampliaria seu consumo torna-se ineficaz e mesmo, em determinadas condições, perturbadora do desenvolvimento. (CARDOSO e FALETTO, 1981: 131)

Neste sentido, o conceito de desenvolvimento dependente-associado era utilizado para expressar a coexistência dialética de dependência e desenvolvimento, num processo de aprimoramento das forças produtivas e aceleração da geração de mais-valia relativa[13] na periferia, sem maiores alusões às questões sociais de fundo e aos impactos desse processo de associação sobre a estrutura social periférica.

Sintetizando estas questões e tentando caminhar para uma crítica a esta vertente weberiana da teoria da dependência, podemos dizer que a corrente dependentista representada por Cardoso e Faletto defende o desenvolvimento capitalista periférico em associação com o centro do sistema mundial, o que se daria por meio da manutenção, por parte dos países periféricos, de condições favoráveis ao crescimento do fluxo de capitais externos, tanto no sentido de superar sua escassez de divisas, quanto no sentido de garantir, sob a forma de investimentos diretos, o crescimento econômico. O ponto crucial é que, por detrás desta necessidade de atrair capitais externos está a necessidade de abertura e desregulamentação dos mercados, o que nos leva a concluir que *"desenvolvimento capitalista associado e neoliberalismo são termos distintos para uma mesma proposta"* (CARCANHOLO, 2004a: 14)[14].

Para além disto, nos parece lícito afirmar que Cardoso e Faletto negam como características intrínsecas à situação de dependência (ou como tendências constitutivas e irreversíveis desta situação) a deterioração dos termos de troca, as remessas de excedentes das regiões dependentes às dominantes, a necessidade de que se recorra à superexploração da força de trabalho no intuito de compensar tais transferências de valores, a conseqüente distribuição regressiva da renda e uma marginalidade crescente, temas estes basilares na

---

[13] A mais-valia relativa, nos termos de Marx, diz respeito a uma redução do valor da força de trabalho – a uma dada jornada de trabalho – alcançado por meio de um aumento da produtividade nos setores produtores de bens-salário, reduzindo seu preço. Deste modo, a reprodução da força de trabalho torna-se mais barata e, portanto, seu valor diminui, provocando um aumento relativo da mais-valia.

[14] Isto pode ser afirmado no sentido de que, na prática dos momentos históricos, a teoria/ideologia da dependência associada encontrou base concreta/material para ser implantada dentro do contexto do neoliberalismo. Assim, embora dependência associada e neoliberalismo não sejam sinônimos, foram – e ainda são – compatíveis.

abordagem da vertente marxista da dependência, conforme veremos na próxima seção. Ao rejeitarem estas tendências, acreditam que, mesmo numa condição dependente, é possível que os países da periferia cresçam sem superexploração do trabalho, garantindo certo grau de absorção da força de trabalho nas fases de crescimento do ciclo, o que viria combinado com a instituição de políticas compensatórias para aqueles que não fossem absorvidos, tudo isto num contexto de consolidação da estratégia do desenvolvimento capitalista associado. O estudo da teoria marxista da dependência se encarregará, por si próprio, de rebater esta visão.

1.2 Versão marxista da dependência[15]

Iniciando com a definição de dependência, esta situação pode ser entendida como um condicionamento da economia de certos países em relação ao desenvolvimento e expansão de outras economias. Desta forma, os países dominantes poderiam se expandir e se auto-sustentar enquanto que os dependentes apenas poderiam fazê-lo como um reflexo da expansão dos anteriores (DOS SANTOS, 1970: 231). Nos termos de Marini (2000: 109), a dependência deve ser *"entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada*[16] *da dependência"*.

Analisando o processo de constituição da economia mundial que integra as economias nacionais ao mercado global, observa-se que as relações de produção são desiguais porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre às custas do subdesenvolvimento de outras. As relações tradicionais são baseadas no controle do mercado por parte das nações hegemônicas e isto leva à transferência do excedente gerado nos países dependentes para os países dominantes, tanto na forma de lucros quanto na forma de juros, ocasionando a perda de

[15] Neste trabalho não utilizamos textos mais recentes de Theotônio dos Santos porque este autor passa para uma abordagem do sistema-mundo que foge ao escopo desta nossa análise. Sendo assim, nossa ênfase se dá sobre seus trabalhos de 1970 e 2000, sendo que este último realiza um balanço geral da teoria da dependência e suas perspectivas.

[16] Nos termos da teoria marxista, o esquema de reprodução simples envolve um departamento produtor de meios de produção e um departamento produtor de bens de consumo e tem como principal característica o fato de que toda a mais-valia apropriada pelos capitalistas é gasta em consumo improdutivo, ou seja, tudo o que é ganho é também gasto em bens de consumo. No caso do **esquema de reprodução ampliada**, que envolve também os dois departamentos, o capitalista não mais irá gastar, sob a forma de consumo improdutivo, toda a mais-valia de que se apropria. Esta última é repartida em duas frações, de modo que uma delas corresponde à demanda do capitalista por bens de consumo e a outra é reinvestida em capital constante e capital variável; é, em outras palavras, acumulada. Desta forma, o que de fundamental as torna distintas não é o valor que cada uma delas é capaz de produzir, mas sim o modo como se dá a realização deste valor. Para o entendimento mais detalhado destes esquemas, consultar Marx, *O Capital*, Livro II, Seção III.

controle dos dependentes sobre seus recursos. E a geração deste excedente não se dá, nos países periféricos, por conta da criação de níveis avançados de tecnologia, mas através da superexploração da força de trabalho (MARINI, 1991), tema no qual nos aprofundaremos na próxima seção.

O resultado disto é a limitação de seus mercados internos e de sua capacidade técnica e cultural, bem como do desenvolvimento moral e psíquico de seu povo (DOS SANTOS, 1970: 231).

Desenvolvendo melhor estes aspectos, é possível distinguir três formas históricas da dependência. A primeira delas seria a dependência colonial, com tradição na exportação de produtos *in natura* e na qual o capital comercial e financeiro, em aliança com os estados colonialistas, domina as relações entre a Europa e as colônias. A segunda seria a dependência "financeiro-industrial" que se consolida ao final do século XIX, sendo caracterizada pela dominação do grande capital nos centros hegemônicos, cuja expansão se dá por meio de investimentos na produção de matérias-primas e produtos agrícolas para seu próprio consumo. Conseqüentemente, a produção nos países dependentes é destinada à exportação, isto é, a produção é determinada pela demanda por parte dos centros hegemônicos. A estrutura produtiva interna é caracterizada pela rígida especialização e pela monocultura em algumas regiões.

Por conta destas condições impostas por estas duas formas históricas iniciais da dependência, a existência de um mercado interno restrito se dava por quatro fatores: i) a maior parte da renda nacional era derivada da exportação; ii) a força de trabalho era submetida a várias formas de superexploração, o que limitava seu consumo; iii) parte do consumo desses trabalhadores se dava por meio da economia de subsistência, o que servia como um complemento a sua renda e como um refúgio durante períodos de depressão; iv) a maior parte dos excedentes acumulados era enviada para fora dos países exportadores sob a forma de lucro, limitando não somente o consumo interno, mas as possibilidades de reinvestimento.

Na década de 50, se consolida uma terceira forma histórica da dependência, a tecnológico-industrial, baseada nas corporações multinacionais que investem na indústria voltada para o mercado interno dos países subdesenvolvidos. Neste caso ocorre que a possibilidade de gerar novos investimentos depende da existência de recursos financeiros em moeda estrangeira para a compra de maquinaria não produzida domesticamente. Esta compra

é sujeita a duas limitações: i) o limite de recursos gerado pelo setor exportador[17]; e ii) as limitações de monopólios e patentes. Ocorre que os países subdesenvolvidos dependem da importação de maquinaria e matérias-primas para o desenvolvimento de suas indústrias. No entanto, estes produtos não são livremente vendidos no mercado internacional. Eles são usualmente patenteados por grandes companhias que exigem pagamento de *royalties* para sua utilização ou, na maioria dos casos, elas convertem esses produtos em capital e os introduzem na forma de seus próprios investimentos, através da instalação de afiliadas. Isto faz com que as contas de capital sejam fortemente desfavoráveis para os países dependentes, tendo em vista que o montante de capital que sai destes países (através dos gastos já citados ou pelo envio de lucros) é muito maior do que o montante que neles entra. (DOS SANTOS, 1970)

Num período mais recente – mais propriamente, em tempos neoliberais –, tem se firmado uma nova fase do capitalismo, que representaria uma nova forma histórica da dependência – a quarta forma histórica –, caracterizada, principalmente, pela transferência de recursos (valor, nos termos marxistas) na forma financeira, através do pagamento de juros e amortizações em razão de endividamentos externos crescentes. Destacando que esta é uma nova fase da dependência porque aprofunda as condições estruturais da dependência e, por outro lado, assume uma maior face na valorização do capital fictício, que é um tipo de capital que se desdobra tendo como base o capital portador de juros financiador do investimento produtivo, conforme veremos no próximo capítulo.

Cada uma destas formas de dependência corresponde a uma situação que condiciona não somente as relações internacionais desses países, mas também suas estruturas internas: a orientação da produção, as formas de acumulação de capital, a reprodução da economia e, simultaneamente, sua estrutura social e política.

A acumulação de capital em tais circunstâncias assume suas próprias características. Em primeiro lugar, ela é caracterizada por profundas diferenças em nível doméstico, no contexto local de um mercado de trabalho barato, combinado com uma tecnologia capital-intensiva. O resultado, sob o ponto de vista da mais-valia relativa, é uma violenta exploração da força de trabalho, que se dá justamente como conseqüência do já mencionado intercâmbio desigual e dos mecanismos de transferência de valor que ele reforça. Ocorre que o resultado imediato destes mecanismos é uma forte saída estrutural de recursos, que traz consigo graves problemas de estrangulamento externo e restrições externas ao crescimento. E a única atitude

[17] A primeira conseqüência desta dependência é a preservação deste setor tradicional, que limita economicamente o desenvolvimento do mercado interno pela conservação de relações de produção retrógradas e isto significa, politicamente, a manutenção de poder por parte das oligarquias tradicionais decadentes

que torna possível às economias periféricas garantir sua dinâmica interna de acumulação de capital é o aumento da produção de excedente através da superexploração da força de trabalho, *"o que implica no acréscimo da proporção excedente / gastos com força de trabalho, ou, na elevação da taxa de mais-valia, seja por arrocho salarial e/ou extensão da jornada de trabalho, em associação com aumento da intensidade do trabalho"* (CARCANHOLO, 2004a: 11). Ou seja, a dinâmica do intercâmbio desigual culmina em superexploração e não em estruturas capazes de romper com os mecanismos de transferência de valor, e isto implica necessariamente numa distribuição regressiva de renda e riqueza e em todos os agravantes sociais já conhecidos deste processo.

Acrescente-se a isto o fato de que esta exploração é bastante agravada pelo aumento dos preços dos produtos industriais reforçados pelo protecionismo, isenções e subsídios dados pelos governos nacionais. Além disto, desde que esta acumulação dependente se dá necessariamente dentro da economia internacional, ela é profundamente condicionada pela característica desigual e combinada das relações econômicas do capitalismo mundial, pelo controle tecnológico e financeiro dos centros capitalistas, pelas políticas econômicas do Estado, etc.

Ao analisar o sistema de reprodução dependente, e as instituições socioeconômicas por ele criadas, Dos Santos (1970: 235) parece ter um entendimento deste sistema como uma parte de um conjunto maior de relações econômicas mundiais baseadas no controle monopolístico de capital em larga escala, no controle econômico-financeiro de certos centros sobre outros, no monopólio de uma complexa tecnologia que leva a um desenvolvimento desigual e combinado em nível nacional e internacional.

Enfim, o que se pretende esclarecer é que, na realidade, podemos entender o que acontece nos países subdesenvolvidos somente quando vemos seu desenvolvimento enquanto um processo de produção e reprodução dependente. Este sistema é dependente porque reproduz um sistema produtivo cujo desenvolvimento é limitado por relações mundiais que necessariamente levam ao desenvolvimento somente de certos setores da economia, por condições tradicionalmente desiguais, por uma competição doméstica com o capital internacional em condições de desigualdade, pela imposição de relações de superexploração da força de trabalho doméstica com uma visão de dividir o excedente econômico, por ela gerado, entre forças externas e internas de dominação.

1.2.1 Acumulação capitalista, exército industrial de reserva e superexploração da força de trabalho

Após ter desenvolvido temas como a mercadoria, o dinheiro, a transformação do dinheiro em capital e a produção das mais-valias absoluta e relativa quando das considerações acerca do processo de produção capitalista no Livro I de *O Capital*, Marx parte para o tratamento daquilo que chamou de "A Lei Geral da Acumulação Capitalista"[18], numa tentativa de esclarecer como se dá o processo de acumulação de capital e qual a sua influência (ou quais são seus impactos) em relação à classe trabalhadora.

O argumento inicial que embasa esta discussão é o de que a procura por força de trabalho aumenta à medida que se amplia a acumulação, desde que seja mantida constante a composição do capital, devendo esta última ser entendida como a composição orgânica do capital. É necessário aqui esclarecer o significado destes termos.

A composição do capital deve ser apreciada em duas esferas: a esfera do valor (composição-valor ou composição orgânica do capital) e a esfera material – da matéria utilizada no processo produtivo – (composição técnica do capital). A primeira é determinada pelo valor dos meios de produção e pelo valor da força de trabalho (resultado da soma global dos salários), ou seja, envolve as proporções nas quais o capital se divide em constante e variável, respectivamente, e pode ser representada matematicamente na forma c/v, onde c representa o capital constante e v diz respeito ao capital variável.

A segunda, a composição técnica, se refere à quantidade de força de trabalho (FT) necessária para operar determinada quantidade de meios de produção (MP), tendo em vista que no processo produtivo todo o capital empregado se decompõe nestes dois fatores. Formalmente, a composição técnica se expressa na forma MP/FT, ou seja, quanto de força de trabalho é necessário para operar uma quantidade dada de meios de produção.

Como já dito, Marx considera a composição orgânica como sendo a própria composição do capital (e sempre que se refere àquela utiliza este último termo). Isto se justifica no reconhecimento de que a composição orgânica do capital (ou a composição do capital segundo seu valor) é determinada pela composição técnica – na medida em que a proporção de valor empregado em meios de produção e em força de trabalho depende da combinação mesma entre ambos os fatores, ou seja, depende da quantidade de cada um deles que é empregada quando do ingresso na esfera produtiva – e, ao mesmo tempo, é capaz de

[18] Marx, *O Capital*, Livro I, Capítulo XXIII.

refletir quaisquer modificações ocorridas nesta combinação de fatores. Dito de outra maneira, se aumenta ou diminui a produtividade, expressa pela composição técnica, a composição orgânica reflete isto em valor, embora não necessariamente em termos proporcionais[19]. Sendo assim, a composição orgânica do capital torna-se representativa da própria composição do capital como um todo.

Esclarecidos estes conceitos, o que Marx tenta mostrar é que, mantida constante a composição do capital – ou seja, mantida fixa a quantidade de trabalhadores necessária para pôr em funcionamento determinada massa de meios de produção, ou ainda, mantida fixa a produtividade –, quando se aumenta o capital, aumenta na mesma proporção a demanda por força de trabalho. Tendo em vista que, quando se amplia demasiadamente a procura por trabalho em relação às necessidades de acumulação chega-se a um ponto em que a oferta de trabalho torna-se menor que sua demanda, os salários a serem pagos aos trabalhadores também crescem de acordo com o ritmo de crescimento do capital, de modo que este aumento age como um "mecanismo de ajuste". Então, a ampliação nos salários é também função do ritmo de crescimento do capital a partir do momento em que a demanda por trabalho supera sua oferta, o que significa que, com um menor número de pessoas dispostas a vender sua força de trabalho, o salário pago àquelas que estão efetivamente empregadas tende a crescer quando cresce também a massa de capital constante, ou quando se amplia a acumulação de capital. Deixando claro que isto apenas é possível se for mantida a hipótese de que há acréscimo de capital sem que a composição do capital (ou a produtividade) se altere.

Ocorre que o sistema capitalista tem como lei geral uma produtividade[20] crescente. A tendência é a de que a composição orgânica do capital aumente progressivamente e que, portanto, aumente a massa de capital constante (que está na razão direta da acumulação, ou a favor dela) relativamente à massa de capital variável (que está na razão inversa da acumulação, ou contra ela, no sentido de que seu incremento faz baixarem os níveis de produtividade por trabalhador que, conseqüentemente, entravam o processo acumulativo, tornando-o mais lento). Como disse Marx (1974, p. 722-723), *"dados os fundamentos gerais do sistema capitalista, chega-se sempre, no curso da acumulação, a um ponto em que o*

[19] Isto ocorre porque o aumento de produtividade também se reflete em redução do valor individual das mercadorias.

[20] Marx explica a produtividade do trabalho como sendo a expressão da quantidade de meios de produção que um trabalhador individual é capaz de transformar em produto num dado período de tempo, de modo que esta quantidade aumenta à medida que se eleva a produtividade do trabalho, ou à medida que um mesmo trabalhador consegue transformar mais matéria-prima em produto final utilizando o mesmo tempo que no passado. O que emblematiza ou torna patente o crescimento da produtividade é justamente a crescente incorporação de meios de produção ao processo produtivo relativamente àquilo que se acrescenta em termos de força de trabalho.

desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação".

A expansão do capital depende de que a força de trabalho seja continuamente incorporada a ele, de modo que a reprodução do trabalho se confunde com a própria reprodução do capital, ou, melhor dizendo, a venda da força de trabalho por parte do assalariado age tanto no sentido de garantir sua própria reprodução quanto no sentido de garantir e, mais do que isto, intensificar o processo de acumulação capitalista. Sendo assim, acumular capital significa necessariamente aumentar o proletariado, inclusive porque o trabalho vivo por ele exercido é o único capaz de criar valor adicional, ao passo que o trabalho morto (fruto do emprego de máquinas e equipamentos no processo produtivo) corresponde à parte constante do capital total que apenas transfere valor para o produto final.

> Nesta [na produção capitalista], não se compra a força de trabalho para satisfazer as necessidades pessoais do adquirente por meio dos serviços que ela presta ou do que ela produz. O objetivo do comprador é aumentar seu capital, produzir mercadorias que contêm mais trabalho do que ele paga e cuja venda realiza também a parte do valor obtida gratuitamente. Produzir mais-valia é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável quando conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e proporciona, com o trabalho não pago, uma fonte de capital adicional. As condições de sua venda, mais favoráveis ou menos favoráveis ao trabalhador, implicam portanto a necessidade de sua revenda contínua e a reprodução constantemente ampliada da riqueza como capital. O salário (...) pressupõe sempre, por sua natureza, fornecimento de determinada quantidade de trabalho não pago por parte do trabalhador. (MARX, 1974: 718-720)

Estas observações levam à interpretação de que o assalariado produz o capital e, ao mesmo tempo, é dominado e se subordina ao seu próprio produto. Ou seja, é criador e escravo de sua própria criatura; é criador e escravo do capital. *"Na religião, o ser humano é dominado por criações de seu próprio cérebro; analogamente, na produção capitalista, ele é subjugado pelos produtos de suas próprias mãos"* (Ibidem, p. 722).

A lei da produção capitalista expressa a relação existente entre capital, acumulação e salários apenas como uma *"relação entre o trabalho gratuito que se transforma em capital e o trabalho adicional necessário para pôr em movimento esse capital suplementar"* (Ibidem, p. 721).[21] Deste modo, a elevação de salário – e a conseqüente queda de trabalho não pago –

[21] Seria a relação existente entre o trabalho pago e o trabalho não pago de uma mesma população trabalhadora. Numa tentativa de tornar mais clara esta dialética do trabalho pago e não pago, vale recordar que, conforme havia mostrado Marx, a produção de mais-valia é resultante de um tempo de trabalho excedente. Trata-se de uma extensão na jornada de trabalho para a qual não há remuneração (isto é, sem que haja também aumento salarial), ou de uma redução na remuneração mantida constante a jornada de trabalho. Seja qual for a forma em que se manifeste este trabalho excedente, ele envolve um tempo de trabalho que excede aquele tempo necessário para a auto-reprodução do trabalhador e, portanto, ultrapassa a quantidade de trabalho que o operário é pago para

se explicaria justamente pelo acréscimo de trabalho pago, que se dá em função de uma ampliação na velocidade de acumulação de capital fruto de uma também ampliação na própria quantidade de trabalho gratuito fornecido pela classe trabalhadora. Isto significa que os salários se elevam como conseqüência do pagamento de baixos salários no passado, haja vista que este último produz mais valor, faz intensificar a acumulação e, deste modo, cria a necessidade de que novos trabalhadores sejam contratados. À medida que este processo se acelera, a oferta de força de trabalho torna-se inferior à demanda e, portanto, os salários se elevam, ou, visto sob um outro ângulo, diminui o trabalho não pago.

O movimento contrário também seria verdadeiro, no sentido de que o decréscimo do trabalho não pago atinge um nível em que o capitalista já não tem mais trabalho excedente do qual se apropriar, necessitando, portanto, para dar prosseguimento à sua dinâmica de acumulação, reverter a trajetória e passar a diminuir a quantidade de trabalho pago (leia-se, ampliar a quantidade de trabalho não pago, ou trabalho excedente). Mais do que isto, a ampliação do trabalho não pago e, portanto, a queda nos salários corresponde a uma lei de tendência do sistema capitalista que, como já dito, assume o crescimento da produtividade como sendo um elemento essencial ao processo de acumulação de capital e, por isso, à própria dinâmica capitalista.

Portanto, o preço do trabalho ficaria limitado ao ponto onde ficam assegurados os fundamentos do sistema e sua reprodução em escala crescente. Como apontou Marx a este respeito,

> a lei da acumulação capitalista (...) na realidade só significa que sua natureza exclui todo decréscimo do grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possam comprometer seriamente a reprodução contínua da relação capitalista e sua reprodução em escala sempre ampliada. E tem de ser assim num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de expansão dos valores existentes, ao invés de a riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador. (Ibidem, p. 722)

Entretanto, esta relação não se dá exclusivamente nos termos antes estabelecidos, como se variações nos salários ocorressem apenas como resposta a um movimento natural dos

---

realizar, levando à idéia de que a classe capitalista acumula uma espécie de trabalho gratuito fornecido pela classe trabalhadora. Deste modo, este trabalho excedente é relativo ou corresponde ao trabalho não pago realizado pelo proletariado, ou seja, é um trabalho que o operário realiza e que vai para além daquele para o qual ele é remunerado. Contrariamente, o trabalho pago corresponde exatamente ao tempo de trabalho necessário para que o trabalhador possa garantir sua reprodução e este tempo de trabalho necessário corresponde justamente à remuneração recebida pelo trabalhador (ou ao salário pago pelo capitalista), prevalecendo a troca de equivalentes. Sendo assim, à medida que aumenta o trabalho pago, diminui o trabalho não pago e vice-versa, tendo em vista que ambos correspondem a partes opostas de um mesmo todo, qual seja, o tempo de trabalho total.

mercados. Por detrás destas questões está contida a causa fundamental que provoca, em regra, a queda nos salários dos trabalhadores, qual seja, a formação de um exército industrial de reserva (EIR) como impacto da própria acumulação capitalista. Esta última *"produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente"* (Ibidem, p. 731).

Esta população excedente é produto necessário da acumulação e é, simultaneamente, sua própria alavanca, tornando-se condição fundamental de existência do próprio modo de produção capitalista. A dialética da questão – e isto é fundamental – está no fato de que, ao reproduzir este sistema e permitir que haja ampliação da riqueza ou do capital social, a população trabalhadora produz as condições que a tornam relativamente supérflua a este mesmo modo de produção. Significa dizer que, quando ocorre um incremento na composição do capital (o que é a própria tendência no capitalismo), deve ser ampliada a produtividade do trabalho como instrumento de intensificação do processo acumulativo ao invés de ocorrer uma expansão nos níveis de contratação de trabalhadores que possam ser incluídos no processo produtivo operando os novos meios de produção ora acrescentados neste mesmo processo. Então, amplia-se a quantidade de máquinas e equipamentos e a contratação de trabalhadores não acompanha esta ampliação.

Esta população trabalhadora excedente constitui, assim,

> um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população. (Ibidem, p. 733-734)

O exército industrial de reserva é, então, vital para o "bom funcionamento" da produção capitalista e deve ser independente do incremento natural da população, no sentido de que deve existir mesmo que a população não cresça – ou, levando ao extremo, mesmo que a população decresça. Apenas deste modo é possível que o capitalista explore de maneira crescente os assalariados, seja em termos de extensão da jornada de trabalho, seja em termos de intensificação do trabalho numa mesma jornada.

Isto ocorre justamente porque a parte desempregada da classe trabalhadora que forma o exército de reserva exerce pressões sobre a parte empregada desta mesma classe – o que fica evidente quando se observa a concorrência entre ambas –, deixando àqueles que estão efetivamente empregados a forte possibilidade de se verem instantaneamente desempregados

num período subseqüente, tendo em vista que há um grupo (EIR) enorme de pessoas dispostas a ingressar no mercado de trabalho a salários inclusive inferiores aos vigentes[22]; tudo isto para que possam se ver livres, ainda que temporariamente, do desemprego tão característico e mesmo funcional a esse modo de produção capitalista. Sendo assim, os que se encontram na categoria de empregados se vêem sujeitos ao trabalho excessivo e aos ditames do capital, de modo que a exploração a que se submetem é a fonte mesma de enriquecimento da classe capitalista como um todo e de cada capitalista individualmente.

Todo este movimento de ampliação do capital constante em relação ao capital variável, com as conseqüências antes apontadas que lhe são próprias, é fortalecido por conta das modificações em termos de estrutura produtiva que passam a ocorrer à medida que o capitalismo se desenvolve (no sentido de processualidade dinâmica) por si mesmo e recria seus próprios "*métodos para elevar a força produtiva social do trabalho"* (Ibidem, p. 725), elevando, desta forma, a produção de mais-valia, cuja conversão contínua em capital acresce o capital produtivo, a produção em escala ampliada, faz crescer a produtividade, o excedente produzido e, portanto, a magnitude da acumulação propriamente dita, que tem neste último seu motor.

Estes métodos que contribuem especificamente com o aumento da produtividade envolvem a concentração e a centralização do capital, além de mecanismos de crédito que tendem a lubrificar a passagem de uma situação de concentração para uma situação de centralização. Guardando as diferenças entre ambos os estados, podemos dizer que a concentração do capital corresponde à detenção de quantidades maiores ou menores de meios de produção e ao respectivo comando sobre um exército maior ou menor de trabalhadores por parte dos capitais individuais. Por esta característica, a concentração do capital se identifica com a acumulação na medida em que cresce a partir do crescimento do capital social, ao mesmo tempo em que permite e intensifica a ampliação deste último. Ou seja, é um processo que se "auto sustenta", porque a acumulação faz crescer a concentração que, por sua vez, permite que haja mais acumulação e assim sucessivamente, estando limitado apenas pelo grau de crescimento da riqueza social e pela concorrência natural entre os diversos capitais individuais que atuam em ramos diversos da economia.

E é justamente a partir desta concorrência recíproca de todos os capitais individuais em relação a todos os outros que nasce a centralização do capital, porque, embora esta característica evidencie a repulsa entre os fragmentos do capital como um todo, há uma outra

[22] Se é assim, os salários sofrem alterações com base nos movimentos de expansão ou contração do exército industrial de reserva.

que a contraria, evidenciando a atração entre os mesmos. Constitui-se, assim, um momento em que os pequenos capitais são "engolidos" pelos grandes, que acabam por se tornar um único capital retido nas mãos de um único capitalista (ou nas mãos de alguns poucos grandes capitalistas), naquilo que Marx chamou de *"a expropriação do capitalista pelo capitalista"* (Ibidem, p. 727) e para cujo progresso não é necessário que haja incremento do capital social (ou ampliação da acumulação), tendo em vista que se trata apenas de uma mudança no modo como os capitais individuais se distribuem, passando de muitos fragmentos para poucos, ou, no limite, para um só correspondente ao todo dentro de um mesmo setor.

> Este processo [de centralização] se distingue do anterior [de concentração] porque pressupõe apenas alteração na repartição dos capitais que já existem e estão funcionando; seu campo de ação não está portanto limitado pelo acréscimo absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação. O capital se acumula aqui nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte. (Idem)

O papel do crédito neste entremeio é justamente o de facilitar a ocorrência da centralização do capital no sentido de fazer chegar aos capitalistas os recursos financeiros necessários ao domínio do pequeno pelo grande capital, o que se mostra como tendência *pari passu* ao desenvolvimento da acumulação e da própria produção capitalista. Sendo tendência, é essencial dizer que a centralização do capital fortalece o crescimento da composição do capital, acelerando, portanto, a contração de sua parte variável em relação à sua parte constante, com todos os efeitos já tratados, próprios desta transição.

Vale dizer que a superpopulação relativa – ou o exército industrial de reserva – existe sob quatro formas distintas: flutuante, latente, estagnada e em estado de pauperismo. A primeira forma, que pode ser comparada a uma situação de desemprego friccional, engloba os trabalhadores que são ora repelidos, ora atraídos – em quantidade superior à de repulsão – para determinado ramo de atividade (em regra os ramos industriais não agrícolas), chegando ao ponto em que, no geral, o número de empregados é ampliado, embora em proporção decrescente se comparada com o aumento da escala de produção. A segunda forma envolve os trabalhadores rurais que são repelidos da atividade agrícola, porque esta passa a ser permeada pela produção e acumulação capitalista. Ocorre que, ao contrário do que se percebe nas atividades não agrícolas, esta repulsão não é reposta por uma atração subseqüente, de modo que a superpopulação relativa daí derivada está iminentemente condenada a se transferir para os centros urbanos em busca de condições favoráveis de emprego. Em terceiro lugar, a forma estagnada de existência da superpopulação relativa envolve os trabalhadores que se empregam em atividades irregulares, pelo que ficam conhecidos como trabalhadores a domicílio, cuja

característica principal é a de que trabalham ao máximo e são pagos com o mínimo possível. Trata-se do subemprego ou das formas precárias do mercado de trabalho desestimulado. Esta superpopulação é formada por trabalhadores que se tornam supérfluos tanto na indústria quanto na agricultura e, portanto, aumenta *"à medida que o incremento e a energia da acumulação aumentam o número de trabalhadores supérfluos"* (MARX, 1974: 746). Finalmente, não devem ser esquecidos aqueles que vivem em situações absurdas de miséria e indigência que contribuem igualmente com a manutenção de uma superpopulação relativa absolutamente funcional ao capital no sentido de garantir a ocorrência da superexploração do trabalho e, assim, o "engrossamento" da acumulação.

Deste modo, a lei geral absoluta da acumulação capitalista, pode ser descrita nas seguintes palavras:

> Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e conseqüentemente a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce portanto com a potência da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. (Ibidem, p. 747)

É no fulcro desta construção teórica de Marx que se insere o tema da superexploração da força de trabalho, esta última apontada por Marini (1991, 2000) como sendo a característica estrutural demarcadora da condição dependente vivida pelos países da periferia em relação aos países do centro do capitalismo mundial. Sua relação com a lei geral da acumulação capitalista evidencia-se claramente, especialmente quando é tratada a funcionalidade do exército industrial de reserva para a acumulação capitalista e, ao contrário e muito mais importante, sua "disfuncionalidade" no que diz respeito aos impactos perniciosos que provoca em relação à classe trabalhadora em geral.

Tratando especificamente o tema da superexploração do trabalho, Marini nos mostra que sua ocorrência se dá em função da existência de mecanismos de transferência de valor entre as economias periférica e central[23], levando a que a mais-valia produzida na periferia

[23] Embora a existência do intercâmbio desigual se constitua, de fato, numa forma de exacerbar e fortalecer "a sede de acumulação" e a exploração do trabalho que daí deriva, Marini (2000, p. 124) nos mostra que *"não é a rigor necessário que exista o intercâmbio desigual para que comecem a funcionar os mecanismos de extração de mais-valia (...); o simples fato da vinculação ao mercado mundial e a conseqüente conversão da produção de valores de uso à produção de valores de troca que implica, têm como resultado imediato desatar um elã de lucro que se torna tanto mais desenfreado quanto mais atrasado é o modo de produção existente"*.

seja apropriada e acumulada no centro. Configura-se, assim, uma espécie de "capitalismo incompleto" na periferia (aquilo que Marini chamou de "capitalismo *sui generis*"), justamente porque parte do excedente gerado nestes países é enviada para o centro – na forma de lucros, juros, patentes, *royalties*, deterioração dos termos de troca, dentre outras –, não sendo, portanto, realizada internamente. Então, os mecanismos de transferência de valor provocam, digamos assim, uma interrupção da acumulação interna de capital nos países dependentes que precisa ser completada e, para tanto, mais excedente precisa ser gerado. E esta expropriação de valor só pode ser compensada e incrementada no próprio plano da produção – justamente através da superexploração – e não no nível das relações de mercado, por meio de desenvolvimento da capacidade produtiva. Em outras palavras, *"a apropriação de mais-valia de um capital por outro não pode ser compensada pela produção de mais-valia mediante a geração endógena de tecnologia pelo capital expropriado, estabelecendo-se, de maneira irrevogável, a necessidade da superexploração do trabalho"* (MARTINS, 1999: 128).

A explicação para este fato passa fundamentalmente pela análise da concorrência intra-setorial (dentro de um mesmo setor produtivo) e da concorrência inter-setorial (entre setores distintos de produção) e se articula necessariamente com a análise da tendência à queda da taxa de lucro – que, embora seja tratada com maior cuidado mais adiante nesta seção, merece ser aqui pelo menos apontada, pois é o eixo através do qual se desenvolvem os tipos de concorrência antes mencionados.

Tratando primeiramente da concorrência intra-setorial, ocorre que o aumento da produtividade em determinado setor faz com que, do ponto de vista de cada capitalista particular, sejam criados mais produtos no mesmo espaço de tempo, permitindo a este capitalista reduzir o valor individual de suas mercadorias a um nível inferior ao valor de mercado das mesmas e, portanto, apropriar-se de uma mais-valia extraordinária (ou superlucro) quando da realização destes produtos no mercado[24]. Considerando que o mesmo ocorre com cada capitalista separadamente, o aumento de produtividade – estimulado pela possibilidade de apropriação de superlucro – se generalizaria no ramo de atividade determinado até o ponto em que houvesse excesso de mercadorias e que, por isto, as mesmas tivessem seus preços rebaixados a um nível inferior ao de seus valores individuais, de modo a haver necessariamente uma queda na taxa de lucro para o conjunto deste mesmo setor.

[24] O valor individual refere-se à quantidade de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria numa empresa específica, o valor de mercado é a média de todos os valores individuais de todas as empresas conjuntamente (é o trabalho socialmente necessário) e a mais-valia extraordinária é a diferença entre estes dois valores quando de sua realização no mercado.

Lançando mão de certa formalização para o entendimento desta idéia, temos que três empresas distintas (I, II e III) produzem uma mesma mercadoria A (M_A) – e se encontram, portanto, no mesmo setor produtivo – com níveis distintos de produtividade, de modo que, para cada empresa, o tempo de trabalho necessário para a produção de M_A não é o mesmo. Sendo assim, (I), (II) e (III) produzem valores (V) diferentes, sendo que estes valores são medidos em horas de trabalho, tal como segue:

$V_{(I)}$ = 4 horas
$V_{(II)}$ = 6 horas
$V_{(III)}$ = 8 horas

$V_{(I)} + V_{(II)} + V_{(III)}$ = 18 horas

TTSN = 6 horas

(esquema 1)

O valor total produzido neste setor é de 18 horas e o tempo de trabalho socialmente necessário (TTSN)[25] para a produção de uma mercadoria é de 6 horas – correspondente à média do tempo total gasto por todas as empresas dentro deste mesmo setor. A empresa (I) é a mais produtiva, dado que despende menos tempo que as outras para produzir uma mercadoria. Tendo sido calculado o valor de mercado (V_M) de M_A em 6 horas (correspondentes ao TTSN), é possível afirmar que a empresa (I), portanto, se apropria de um valor superior àquele que produziu. Ou seja, ela produz uma mercadoria no valor de 4 horas, vende esta mercadoria pelo V_M de 6 horas e, assim, se apropria de um valor extra de 2 horas, sendo que estas últimas correspondem àquilo que Marx chamou de mais-valia extraordinária, medida pelo valor de mercado subtraído dele o valor da mercadoria quando sai da empresa. A mais-valia extra se dá, portanto, quando uma empresa se apropria de um valor superior ao que produziu. Seguindo a mesma idéia, a empresa (III) é a menos produtiva, com um TTSN de 8 horas, de modo que perde 2 horas em termos de valor, isto é, o valor que produz é maior que o V_M. A empresa (II) não tem do que se apropriar de forma extraordinária, haja vista que o valor que produz é exatamente igual ao valor de mercado de A. Isso nos remete à primeira lei geral do processo de produção da riqueza apontada por Marx: por conta do processo de concorrência em busca da mais-valia extra, as empresas procuram incessantemente aumentar sua produtividade, explicando-se, assim, a queda no V_M das mercadorias e, por conseguinte, a queda na taxa de lucro das empresas pertencentes ao setor em questão.

[25] O TTSN diz respeito ao tempo que a sociedade gasta para produzir uma mercadoria e corresponde, portanto, ao valor (V) da mesma.

O ponto crucial deste esquema está na noção de redistribuição que ele nos aponta. É possível notar, a partir do que foi dito, que os capitais mais produtivos se apropriam de um valor superior ao que produziram, sendo o contrário verdadeiro para o caso dos capitais menos produtivos. Ocorre que a apropriação se dá justamente como resultado de algo que foi produzido anteriormente, ou seja, não é possível que um capital se aproprie de um valor que não foi gerado. Sendo assim, se um capital se apropria de um valor superior ao que produz, de um valor maior que a sua contribuição quando da formação da massa total de valor gerada, significa que, de outro lado, há um capital gerando um valor sem se apropriar dele, há um capital produzindo algo para que os outros capitais mais produtivos se apropriem.

Transpondo estes aspectos para o nível do comércio internacional, devemos agora tratar as empresas (I), (II) e (III) como pertencentes a países distintos. Deste modo, o capital (I), mais produtivo, deve ser entendido como pertencente a um país do centro do capitalismo mundial, o capital (III) precisa ser tratado como inserido em um país periférico, exatamente por ser o menos produtivo e o capital (II) se neutraliza diante das colocações que pretendemos realizar, porque produz valor idêntico ao valor de mercado de A, em nada contribuindo com o mecanismo de redistribuição ao qual nos referimos.

Assim sendo, e recorrendo ao esquema proposto, ocorre que os países periféricos são aqueles que produzem mais valor (8 horas), tendo em vista que utilizam relativamente mais trabalho vivo que trabalho morto no processo produtivo – e é justamente o trabalho vivo o único capaz de produzir riqueza nova. Contrariamente, os países centrais (mais produtivos), por utilizarem menos força de trabalho frente ao que utilizam em meios de produção – isto é, por terem alta composição orgânica do capital (c/v) –, geram menos valor (4 horas). Contraditoriamente, quando se atinge o nível da apropriação da riqueza gerada, o processo tendencial se dá de maneira inversa: os países periféricos, embora produzam mais valor, não se apropriam dele, pois são incapazes de produzir mercadorias cujo valor esteja abaixo de seu valor de mercado; são, portanto, incapazes de reduzir seu TTSN. Inversamente, os países centrais, embora produzam menos valor, garantem sua apropriação baseados num TTSN que se encontra abaixo da média do setor, estando, assim, abaixo do V_M da mercadoria A.

Assim, torna-se cabível afirmar que a apropriação empreendida por parte dos países centrais se dá justamente às custas da ausência de apropriação por parte dos periféricos. Se assim o é, nos parece correto dizer que a periferia produz valor que não será apropriado por ela internamente, mas que será transferido para os países do centro e por eles acumulado.

O mesmo ocorre no nível da concorrência inter-setorial. Recorrendo ao esquema marxista da transformação dos valores em preços de produção e utilizando a fórmula c + v +

m (onde c representa o capital constante, v representa o capital variável, c + v expressa, portanto, o capital total investido e m diz respeito à mais-valia resultante de um período produtivo), que nos mostra o valor (V) produzido ao final de cada estágio de produção, temos que três empresas distintas (I, II e III) produzem as mercadorias A (M_A), B (M_B) e C (M_C), respectivamente – e se encontram, portanto, em diferentes setores produtivos. Elas o fazem com níveis distintos de produtividade, com uma mesma massa de capital total inicial de 100 unidades – distribuídas entre capital constante e capital variável de maneira diversa para cada empresa individualmente, dado que, como já dito, seus níveis de produtividade são igualmente distintos, ou, melhor dizendo, são empresas que se encontram em setores de diferentes níveis de produtividade, uns tecnologicamente mais avançados, outros não – e com uma taxa de mais-valia (m') de 100%[26], da maneira que segue:

Quadro 1.1 – Transformação dos Valores em Preços de Produção

	M	c + v	m' (= m/v)	m	V	l'	PP	PP - V
(I)	A	60c + 40v = 100	100%	40	140	40%	150	+ 10
(II)	B	50c + 50v = 100	100%	50	150	50%	150	0
(III)	C	40c + 60v = 100	100%	60	160	60%	150	- 10

A empresa (I) se encontra, no caso, num setor tecnologicamente mais avançado e, portanto, mais produtivo, dado que a massa de capital constante investido (60 unidades) é superior à massa de capital variável (40 unidades), ou, em outras palavras, o gasto com MP é relativamente superior ao gasto com FT, de modo que a composição orgânica do capital (c/v) é mais elevada. Seguindo o mesmo raciocínio, a empresa (III) se estabelece num setor de mais baixa produtividade, tendo em vista que a massa de capital constante (40 unidades) é inferior

[26] Aqui convém lembrar que a mais-valia é derivada do capital variável, do trabalho vivo empregado na produção de mercadorias, e apenas deste trabalho (ou deste capital), sendo expressa numa proporção dele. O que ocorre é que parte da jornada de trabalho do trabalhador é voltada para a sua própria reprodução, produzindo um valor equivalente ao da FT e a outra parte, o trabalho excedente, se destina ao capitalista, à produção de mais-valia. Sendo assim, a mais-valia é a parte excedente do trabalho vivo (ou do capital variável) da qual se apropriam os capitalistas e a taxa de mais-valia (m') expressa exatamente a relação entre a mais-valia e o capital variável (m/v). Quando consideramos que a taxa de mais-valia é de 100%, significa que, numa jornada de trabalho de 8 horas, 4 horas correspondem ao tempo de trabalho socialmente necessário para que a força de trabalho se reproduza e as outras 4 horas restantes dizem respeito ao trabalho excedente (através do qual o trabalhador gera mais-valia) do qual se apropria o capitalista. Deste modo, o valor da mais-valia produzida é, neste caso, exatamente igual ao valor da força de trabalho ou ao tempo que a mesma despende para fazer face às suas necessidades de auto-reprodução.

à massa de capital variável (60 unidades), de tal forma que o dispêndio com FT supera em termos relativos o gasto com MP.

Como a produção de mais valor depende da utilização da força de trabalho no processo produtivo e, mais do que isto, só pode se dar por intermédio desta utilização, fica notório que a empresa (I), mais produtiva, aquela que utiliza uma menor massa relativa de trabalhadores no processo, é justamente a que produz menos valor (60c + 40v + 40m = 140V). Contrariamente, a empresa (III), menos produtiva, gera mais valor (40c + 60v + 60m = 160V), tendo em vista que a utilização de trabalho vivo é relativamente maior que a de trabalho morto e que, portanto, a massa de mais-valia (m) gerada é superior. Então, a produção de valor se dá de maneira mais eficaz nas empresas menos produtivas, sendo o oposto igualmente verdadeiro. Esta é a conclusão parcial a que nos permite chegar o esquema proposto; parcial porque se limita à análise do valor gerado ao final de cada processo produtivo, ainda sem nenhuma referência a respeito de como se dá a apropriação deste excedente.

Partindo, então, para este nível de análise, temos que a taxa de lucro (l') é a própria mais-valia considerada em relação a todo o capital empregado (c + v), ou seja, em relação ao capital constante somado ao capital variável – e não mais apenas ao trabalho vivo como ocorria no caso da taxa de mais-valia –, podendo ser expressa por l' = m / c + v. Sendo assim, como consideramos que todas as empresas em seus respectivos ramos de atividade empregam um mesmo capital total de 100 unidades, as variações na taxa de lucro para cada empresa individualmente acompanham as modificações ocorridas em termos da mais-valia produzida por cada uma destas empresas, de modo que aquelas mais produtivas têm taxa de lucro mais baixa e vice-versa. Esta diferenciação em termos de l' estimula a concorrência entre os setores, de modo que capitais mais produtivos (capital I, por exemplo) se transferem para ramos de maior l' (capital III, por exemplo). Ao fazê-lo, provocam a queda na taxa de lucro das empresas pertencentes a este último ramo e a elevação de sua própria taxa de lucro. Este movimento, por sua vez, faz com que os capitais menos produtivos, agora com l' mais baixa, se transfiram para ramos mais produtivos, que conquistaram uma elevação em sua taxa de lucro. E esta oscilação segue continuamente até que os setores que competem entre si tenham sua l' igualada[27], cessando o estímulo que faz com que um capitalista vá de um setor para o outro.

[27] O processo de igualação das taxas de lucro entre distintos setores também é uma lei tendencial de funcionamento da economia capitalista, sujeita, portanto, a todos os movimentos de contratendência que lhe são correlatos, como o processo de concentração/centralização do capital, por exemplo.

Forma-se assim o lucro médio[28] (l_m), que é justamente resultado da média simples das taxas de lucro de cada empresa – considerando, ainda, que capitais de mesmo montante recebem o mesmo lucro médio. Como, no caso, a taxa de lucro média é de 50%, o l_m é, portanto, igual a 50. A partir disto são formados os preços de produção (PP) e, assim, nos aproximamos mais da questão sobre a forma como se dá a apropriação do valor gerado. O preço de produção reflete o preço contido na mercadoria quando ela sai da fábrica[29] e pode ser expresso por:

$$PP = c + v + l_m \qquad \text{(equação 1)}$$

ou, alternativamente, $$PP = V + l_m - m \qquad \text{(equação 2)}$$

Daí, percebe-se que, como o capital total investido (c + v) e o lucro médio l_m são os mesmos para cada empresa de cada setor, seus preços de produção (PP) são exatamente iguais em 150 unidades. A partir disto podemos chegar à noção das diferenças em termos de apropriação da riqueza gerada, bastando, para tal, subtrair dos PP das mercadorias seus valores (V). O resultado desta matemática simples é o de que *"uma parte das mercadorias se vende acima do valor na mesma medida em que a outra é vendida abaixo"* (MARX, 1974: 179). Há, portanto, valor sendo produzido em (III) que não é acumulado dentro deste setor (que produz um valor de 160 unidades e só consegue realizar 150 unidades dadas pelo PP). Por outro lado, o setor (I) gera 140 unidades de valor e realiza 150 unidades dadas pelo PP. Então, recorrendo mais uma vez ao fato de que não é possível que um capital se aproprie de um valor que não foi gerado, as 10 unidades acumuladas em (I) só podem ser as mesmas 10 unidades expropriadas em (III). Esta idéia, novamente transposta para o nível do comércio internacional, nos leva a afirmar objetivamente, que a periferia (representada pelo setor III menos produtivo) produz valor que será apropriado nos países do centro (representados pelo

[28] Vale ressaltar que o lucro médio deve ser entendido como tendência, porque é fruto (ou resultado) de uma outra tendência, que é a de que capitais com menor taxa de lucro se transfiram para ramos de atividade que apresentem uma l' maior e que, como tendência, pode não se confirmar, pode ser barrada por fatores contrariantes que evitem ou posterguem sua concretização.

[29] Notemos que está excluída do PP a mais-valia produzida, justamente porque esta corresponde à fatia da qual se apropria o capitalista. Ela apenas se inclui de maneira indireta na formação do referido preço, pois está embutida no l_m auferido por esse capitalista. Além disto, vale acrescentar que o PP não é correspondente ao preço de venda ou preço de mercado (P_M), pois, se ambos fossem iguais, implicaria igualdade entre oferta e demanda, fato meramente casual na dinâmica capitalista. Então, as mercadorias não são vendidas pelos seus valores, embora estes expliquem seus preços de produção. Se assim fosse, estaria anulada toda a idéia de Marx a respeito da realização de um valor superior àquele que se tem quando do ingresso no processo produtivo. Os valores simplesmente regulam as oscilações dos preços de mercado, que, por sua vez, flutuam em torno dos valores.

setor I mais produtivo). Objetivamente, o que ocorre é que as economias dependentes acabam se especializando na produção de mercadorias com menor avanço tecnológico (dependência tecnológica) e, portanto, estão sujeitas, dada a lei tendencial de igualação das taxas de lucro, a esse tipo de transferência de valor em direção aos países centrais. Com isto, nos parece irrevogável a visão de dependência desenvolvida por Marini (2000), como um processo que responde à lógica de acumulação global através da produção de valores na periferia que são apropriados no centro.

Adicionalmente, vale acrescentar que, quando se atinge o nível da concorrência inter-setorial, é introduzida a idéia de progresso técnico, inserido e liderado por um capital individual pertencente ou vinculado de forma direta ou indireta ao setor produtor de bens de consumo de luxo. Este dinamismo se justifica pelo fato de que o setor produtor de bens-salário não tem capacidade de sustentar o progresso técnico incorporado, haja vista que este último induz a ganhos de produtividade e a uma intensificação do trabalho que acabam por produzir, ao mesmo tempo, uma queda no capital variável (ou na quantidade de força de trabalho) empregado no processo produtivo em relação ao que se investe em capital constante (ou em meios de produção) e um excedente de mercadorias para o qual, conseqüentemente, não há demanda, tornando-se de difícil realização no mercado. Ou seja, trata-se de um processo contraditório, que amplia a massa de mercadorias produzida ao mesmo tempo em que reduz a possibilidade de realização dessas mercadorias mediante a diminuição relativa de força de trabalho na estrutura produtiva.

Ao contrário, o setor produtor de bens luxuosos encontra a capacidade de sustentação do progresso técnico na própria perda de participação do capital variável no processo de produção. É justamente a força de trabalho empregada que constitui a demanda para produtos suntuários, de modo que o aumento de produtividade tem limites muito mais restritos de interferência na incorporação de progresso técnico por parte do setor produtor de bens de luxo do que por parte do setor produtor de bens-salário.

Introduzida esta idéia, ocorre que a concentração da produtividade (ampliação da composição orgânica do capital, c/v) no setor produtor de bens de luxo (e seus fornecedores de bens de capital) traz à tona a necessidade de se ampliar a escala de produção, a difusão tecnológica, o consumo de matérias-primas por parte deste setor e, na esteira deste processo, também o consumo de força de trabalho, ao mesmo tempo em que é limitada a capacidade de fornecimento de mercadorias por parte do setor produtor de bens-salário – mercadorias estas indispensáveis para a reprodução da força de trabalho, inclusive a utilizada na produção de bens luxuosos –, dados os diferenciais de produtividade existentes entre ambos os setores. Ou

seja, como a produtividade no setor produtor de bens-salário é inferior àquela relativa ao setor produtor de bens de luxo, tendo em vista que a capacidade de incorporação tecnológica por parte daquele setor é bastante inferior à deste último, o primeiro é incapaz de produzir mercadorias em quantidade suficiente para repor as necessidades de reprodução dos trabalhadores incorporados ao segundo, mesmo que consiga baixar seus preços individuais a um nível inferior aos preços de mercado.

Sendo assim, os insumos fornecidos pelos produtores de bens-salário são depreciados e desvalorizados como conseqüência imediata de ampliações na produtividade, da concorrência e do conseqüente nivelamento da taxa de lucro entre capitais individuais neste setor e isto faz com que seja rompida a queda na taxa de lucro – verificada pela análise da concorrência intra-setorial – no setor produtor de bens luxuosos. Isto se explica pelo fato de que, ao cair o valor dos bens-salário, cai também o valor da força de trabalho empregada no setor de bens suntuosos, simplesmente porque a reprodução dos trabalhadores torna-se mais barata e uma parcela dos salários pode ser subtraída.

Verifica-se, assim, um aumento da mais-valia relativa no setor de bens luxuosos, conseguido em detrimento do setor de composição orgânica mais baixa (o de bens-salário), que sofre perda da mais-valia absoluta gerada em função de ampliações na produtividade e na concorrência intra-setorial para este setor específico de produção. Isto conduz a uma situação na qual seus preços são fixados abaixo do valor de suas mercadorias e para a qual a única possibilidade de compensação é a de que os preços da força de trabalho sejam também fixados abaixo de seu valor. Então, a perda de mais-valia absoluta no setor produtor de bens-salário só pode ser compensada pela exploração do trabalho justamente por conta dos encadeamentos que se dão a partir dos níveis de concorrência antes expostos, especialmente a concorrência que se dá entre setores distintos de produção. Sinteticamente, trata-se de um estado no qual são introduzidas, no espaço de circulação, inovações tecnológicas geradas por setores de composição orgânica mais elevada, de modo a estimular um crescimento da produtividade e uma depreciação das mercadorias nos setores de composição orgânica inferior, cuja perda de mais-valia não pode então ser compensada por geração endógena de progresso técnico, mas sim pela superexploração do trabalho[30].

Transportando estes aspectos para o nível das relações entre países ou regiões, podemos dizer que

[30] E é justamente isto (a maior parte do aumento da produtividade num país ou região sendo explicada pela incorporação tecnológica produzida em outro país ou região) que *"fundamenta o desenvolvimento dependente de uma região"* (Ibidem, p. 126).

> os países centrais passam a concentrar, em seu aparato produtivo, os elementos tecnológicos que articulam o crescimento da composição técnica e orgânica do capital que permitem o desdobramento internacional de D em D'. Os países dependentes são objeto dessa articulação e oferecem os elementos materiais para a especialização do centro através de sua integração à divisão internacional do trabalho. (...) Diferentemente dos países centrais, onde a relativa homogeneização da base tecnológica permite aos segmentos vinculados [ao setor produtor de bens-salário] responder tecnologicamente às inovações introduzidas pelos segmentos vinculados ao consumo suntuário, criando as bases para um mercado de massas e para a indústria de bens de capital que alavancarão de forma orgânica a industrialização no centro; os países dependentes, ao se integrarem no mercado mundial a partir de grandes desníveis tecnológicos, não poderão responder da mesma forma, recorrendo à superexploração do trabalho. (Ibidem, p. 127)

Feitos estes esclarecimentos, há quatro formas principais de superexploração do trabalho – atuando de forma isolada ou combinada (e esta última parece ser a tendência) – que possibilitam a continuidade do processo de acumulação capitalista na periferia, quais sejam, i) o aumento da intensidade do trabalho, ii) a prolongação da jornada de trabalho, iii) a apropriação, por parte do capitalista, de parcela do fundo de consumo do trabalhador – então convertido em fundo de acumulação capitalista –, valendo o comentário de que este mecanismo atua no sentido de criar *"condiciones a través de las cuales el capital termina violando el valor de la fuerza de trabajo*[31]*"* (OSORIO, 2004: 95), e iv) a ampliação do valor da força de trabalho sem que seja pago o montante necessário para tal.

A primeira destas formas de superexploração denota que, numa jornada de trabalho constante, o trabalho é intensificado e o trabalhador passa a produzir mais valor num mesmo espaço de tempo. A segunda reflete um aumento do tempo de trabalho excedente para além daquele necessário à reprodução do próprio operário, de modo que o mesmo *"segue produzindo depois de ter criado um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo"* (MARINI, 2000: 123). A terceira forma de exploração representa um mecanismo através do qual a classe capitalista se vê fortalecida no sentido de impor uma

[31] A efetiva queda no valor da força de trabalho e, portanto, a efetiva "violação" da troca de equivalentes, só pode se dar pelo aumento da produtividade nos setores produtores de bens-salário, fazendo com que os preços destes bens sejam reduzidos. Deste modo, a reprodução da força de trabalho torna-se mais barata (o proletariado consegue garantir sua subsistência gastando menos recursos) e, portanto, seu valor diminui, provocando queda nos salários e, conseqüentemente, aumento relativo da mais-valia. Um arrocho salarial que se dê por outros motivos diferentes deste (o aumento do EIR, por exemplo) não implica em queda do valor da força de trabalho. Estas observações nos remetem, inclusive, a uma diferença crucial entre a exploração do trabalho predominante no centro e a exploração do trabalho que predomina na periferia. Osório (2004: 94) nos mostra que, no primeiro caso, a "*explotación se apoya en el 'aumento de la capacidad productiva', lo que puede alcanzarse respetando el valor de la fuerza de trabajo y propiciar mejores salarios y mayor consumo"* e que, no segundo caso, *"las formas de explotación se sustentan en la violación del valor de la fuerza de trabajo"*. Esta observação não significa que a acumulação no centro e na periferia se dê exclusivamente destas formas; apenas que a superexploração da força de trabalho, nas economias dependentes, tende a se aprofundar por ser a alternativa de acumulação interna de capital, frente à transferência de valores produzidos na periferia e que são acumulados no centro da economia mundial.

queda nos salários a um nível inferior àquele correspondente ao valor da força de trabalho. A ampliação do EIR é um bom exemplo disto, dado que os trabalhadores empregados se submetem a uma situação de arrocho salarial, tendo em mente a existência de pressão por parte dos desempregados, que se sujeitariam a uma remuneração inferior em troca de trabalho. Finalmente, a quarta forma está relacionada à idéia de que a determinação do valor da força de trabalho é histórico-social e, com o avanço das forças produtivas e, portanto, das necessidades humanas, esse valor sobe e, se não é pago integralmente, temos uma nova forma de superexploração do trabalho.

Neste momento, é relevante dizer que os quatro mecanismos expostos têm como característica fundamental

> ... o fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se assim seu esgotamento prematuro; no último, porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. (Ibidem, p. 126)

Significa dizer, de maneira geral, que o trabalho se remunera abaixo de seu valor e isto, por si só, deixa patente a existência de superexploração.

Marini (2000) ainda estabelece uma comparação entre a superexploração própria do regime escravista e a exploração do trabalho própria do sistema capitalista de produção, mostrando a superioridade deste último no sentido da extração de mais valor. Esta superioridade se assenta na incompatibilidade que há entre o regime de trabalho escravo e a superexploração do trabalhador. Isto porque o primeiro cria empecilhos ao rebaixamento indiscriminado dos salários, tendo em vista que os recursos necessários à reprodução do trabalho escravo são independentes de seu próprio trabalho, ou seja, esta quantidade de recursos é fixa mesmo havendo variações nos níveis de exploração que tornem estes trabalhadores mais ou menos produtivos; a remuneração é determinada exclusivamente pelas necessidades físicas dos escravos. Absolutamente não é o que ocorre no caso do trabalhador assalariado que, como já dito, é remunerado abaixo de seu valor. Desta feita, seu tempo total de existência – que inclui pontos mortos do ponto de vista da produção ou seu ócio improdutivo, tais como lazer, descanso, etc. – é de sua própria responsabilidade e não mais do capitalista, que passa a responder apenas e exclusivamente por sua força de trabalho, ou pelo tempo em que o trabalhador é "utilizável" no processo de produção de mercadorias. Vale ainda considerar que a redução do trabalho improdutivo ou dos tais pontos mortos é uma

tendência do sistema capitalista[32] que reforça a idéia da acumulação crescente à custa e em detrimento do proletário que sofre ampliação na exploração de seu próprio trabalho, seja por meio de redução no tempo despendido para sua reprodução, seja por meio de intensificação de seu trabalho, seja por meio de contração salarial.

Recuperados os mecanismos de superexploração do trabalho, torna-se relevante, por fim, relacioná-los mais diretamente com a existência do exército industrial de reserva – abordado por Marx e devidamente reproduzido nesta seção – e mesmo a relação deste último com a taxa de lucro capitalista, no intuito de completar os apontamentos feitos anteriormente quando iniciamos o tratamento da superexploração em si e de revitalizar a idéia de que a teoria marxista é indispensável quando do tratamento da real dinâmica de funcionamento do sistema capitalista de produção e, conseqüentemente, da explicação dos fenômenos que configuram e caracterizam a condição dependente.

Relacionar o EIR com a superexploração significa mostrar sua ação no sentido de exacerbar as formas ou os mecanismos de extração de mais-valia antes apontados. Sua atuação mais geral é a de fortalecer a ocorrência da superexploração do trabalho e, sendo assim, provoca impactos simultâneos sobre os mecanismos de extensão da jornada de trabalho, de intensificação do trabalho e de queda salarial. Logo, implica em elevação da taxa de mais-valia (m/v) e conseqüente elevação da taxa de lucro (l'). Isto ocorre porque, como já dito, a existência de uma massa de trabalhadores que se encontram excluídos às margens do mercado de trabalho (massa de desempregados) exerce uma pressão sobre aqueles trabalhadores que se encontram efetivamente empregados, forçando a que estes se submetam a todas as formas de superexploração existentes sob pena de se verem substituídos e desempregados por "trabalhadores da reserva" num momento futuro. Ou seja, a oferta de trabalho é muito maior que a demanda, há trabalhadores desempregados (ou subempregados) vivendo em condições de pobreza inferiores às dos assalariados e tudo isto cria, evidentemente, um ambiente de competição entre os próprios trabalhadores, cada qual na tentativa de se ver empregado, seja através de manutenção ou de ingresso no mercado de trabalho. Com isso, fica clara a funcionalidade do EIR para a acumulação capitalista, que se sustenta justamente baseada na superexploração, tanto através de ampliação da mais-valia absoluta quanto da mais-valia relativa. Mais do que isto, esta é a tendência mesma do sistema capitalista, isto é, ampliar a composição do capital, engrossar a massa de trabalhadores que

[32] Esta tendência, levada ao extremo, teria como situação ideal, dentro da lógica capitalista, aquela na qual o tempo de existência do trabalhador fosse exatamente igual ao seu tempo produtivo.

compõem o EIR para, com isso, ter as portas abertas à ampliação da superexploração baseada nos quatro mecanismos de extração citados e, conseqüentemente, para o fortalecimento da acumulação.

Indo mais adiante nestas colocações, é possível estabelecer ainda uma relação entre o EIR e a taxa de lucro, ou seja, é possível estabelecer até que ponto a ampliação da superpopulação relativa contribui para que haja elevação da taxa de lucro – contrariando sua tendência à queda[33] –, de modo que este objetivo final justifica, do ponto de vista capitalista, os próprios mecanismos de superexploração fortalecedores do EIR, considerando que a possibilidade de auferir maiores lucros forma uma relação direta com a possibilidade de engrossar o exército de reserva e reforçar a expropriação do trabalho.

Numa breve recuperação acerca da lei da queda tendencial da taxa de lucro (LQTTL), podemos dizer que a mesma aparece como um desdobramento de toda a construção teórica de Marx e daquilo que este autor mostrou ser a real dinâmica de funcionamento do sistema capitalista de produção e de suas leis de acumulação. Trata-se de uma lei de tendência porque está calcada na ampliação ilimitada da composição orgânica do capital (c/v), configurando uma busca incessante por maiores produtividade e lucratividade, sendo este último o grande objetivo da classe capitalista e a primeira, o meio através do qual se chega a este fim.

À medida que se desenvolve o modo de produção capitalista, o que se percebe – e isto já foi explorado anteriormente nesta seção – é que a classe capitalista como um todo tende a ampliar sua produtividade como forma de ampliar também a acumulação de capital, de modo a produzir mais mercadorias num mesmo espaço de tempo.[34] Este aumento de produtividade se configura, em primeira instância, numa ampliação daquilo que Marx chamou composição técnica do capital, que nada mais é do que a relação entre meios de produção e força de trabalho (MP/FT) utilizados no processo produtivo. Ou seja, para que ocorra aumento de produtividade, o capitalista deve utilizar mais trabalho morto quando da produção de mercadorias, em detrimento do que aplica em trabalho vivo, que sofre redução ainda que relativa. Isto significa dizer que a composição orgânica do capital, ou a relação entre capital constante (c) e capital variável (v) investidos, também se amplia, mesmo que seja em

[33] Esta tendência à queda da taxa de lucro foi brilhantemente percebida por Marx e tratada em toda a Parte Terceira do Livro III de *O Capital*, sob a denominação de Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro (LQTTL). Os fatores contrariantes a esta lei de tendência estão referidos no Capítulo XIV deste mesmo livro e dentre eles se enquadra a própria tendência à ampliação da superpopulação relativa, no sentido de que sua atuação provoca elevações momentâneas na taxa de lucro a depender da fase do ciclo em que se encontra a economia.

[34] O que justifica este aumento de produtividade será esclarecido um pouco mais adiante.

proporção menor que aquela outra[35]. Em outras palavras, o que se percebe é uma maior participação de c em relação ao capital global – e, portanto, numa participação reduzida dos salários em relação a este último. E, como

> a taxa de lucro é uma função da taxa de mais-valia e da composição orgânica do capital[36], [pressupondo uma taxa de mais-valia constante], o crescimento da composição orgânica do capital leva necessariamente à queda da taxa de lucro. Esta é a lei da queda tendencial da taxa de lucro. (CARCANHOLO, 1996: 15)

Tratando a questão em seu aspecto individual, é possível afirmar que, mesmo sendo observada esta tendência, cada capitalista individualmente ainda se sente estimulado a produzir aumentando sua produtividade. Isto se explica pela busca por uma mais-valia extraordinária que se apresenta quando este capitalista consegue produzir mercadorias cujo valor individual se encontre abaixo do valor de mercado. Este valor individual refere-se à quantidade de trabalho necessário para a produção de uma mercadoria numa empresa específica, o valor de mercado é a média de todos os valores individuais de todas as empresas conjuntamente (é o trabalho socialmente necessário) e a mais-valia extraordinária é a diferença entre estes dois valores quando de sua realização no mercado. Ora, fica assim evidente que, quando uma empresa é mais produtiva, a massa de mercadorias que ela produz é maior e, conseqüentemente, o valor individual dessas mercadorias fica abaixo do valor de mercado, de modo que, quando as mesmas são vendidas, esta empresa obterá um superlucro (mais-valia extra). E o mesmo ocorre com cada empresa separadamente.

O aspecto total (consumo do capital) da questão se dá no sentido da existência de concorrência entre as empresas, de forma que empresas menos produtivas, atraídas pelas altas lucratividades de outras em situação oposta, tendem a ampliar sua composição técnica e, portanto, sua composição orgânica do capital, tornando-se então mais produtivas e gerando mercadorias cujo valor individual se situe abaixo do valor de mercado, no intuito de também se apropriar de um superlucro ou uma mais-valia extraordinária. O processo se desenvolve de tal maneira que todas as empresas conseguem baixar os valores individuais de suas mercadorias e a conseqüência imediata disto é uma queda no valor de mercado, já que este é calculado pela média de todos os valores individuais.

---

[35] O que ocorre é que a produtividade provoca dois efeitos: i) queda no valor individual da mercadoria e ii) ampliação da massa de produtos (valores de uso) produzidos. Como: c = valor total dos MP = ↑ nº de MP x valor individual ↓ , então, c tende a subir porque o crescimento da massa de MP é ilimitado, enquanto que o valor individual encontra um limite na queda, pois deve ser sempre maior que zero.

[36] Formalmente, esta função se dá sob a forma: $l' = \frac{m/v}{(c/v) + 1}$, sendo l' a taxa de lucro, m/v a taxa de mais-valia e c/v a composição orgânica do capital.

A queda da taxa de lucro se apresenta, então, como uma tendência do sistema capitalista de produção, justamente porque o aumento da composição orgânica do capital é a tendência nesse mesmo sistema, pelos motivos já expostos. Acrescente-se a isto o fato de que existem fatores que agem no sentido de elevar a taxa de lucro. São os fatores contrariantes da lei ou contratendências[37], tais como elevação do grau de exploração da força de trabalho, compressão dos salários, aumento da superpopulação relativa, barateamento dos elementos do capital constante, comércio exterior, aumento do capital por ações, ampliação no número de rotações do capital por período. No entanto, estes fatores não agem no sentido de romper com a lei, porque todos eles esbarram em limites para sua ocorrência, todos estão condicionados a questões quantitativas, seja de tempo ou de valor, e isto impede que sua aplicação promova uma tendência à alta da taxa de lucro. O máximo que permitem é a elevação desta taxa – ou o enfraquecimento e retardamento de sua queda – em alguns momentos, mas isto não rompe com a idéia de tendência à queda, justamente por esta ser fruto de uma lei geral da acumulação capitalista (aumento da composição orgânica do capital) que ocorre ilimitadamente.

Partindo disto, o que aqui nos interessa é demonstrar como um de seus fatores contrariantes, notadamente aquele que diz respeito à ampliação da superpopulação relativa, contribui para que haja elevação da taxa de lucro – e tem, portanto, sua ocorrência justificada do ponto de vista dos capitalistas, considerando que esta elevação é o objetivo característico desta mesma classe.

Esta contribuição se efetiva justamente quando se percebe o impacto do EIR sobre as formas de superexploração, especialmente no que diz respeito aos salários. Trata-se de um movimento circular através do qual o aumento da composição orgânica do capital – ampliando-se a massa de capital constante frente à massa de trabalhadores empregada no processo produtivo – faz crescer a superpopulação relativa, o que redunda na abertura à aplicação de mecanismos intensificadores da superexploração do trabalho, tanto por meio de extensão e/ou intensificação da jornada de trabalho, quanto através de uma pressão baixista sobre os salários, o que se constitui num *"dos fatores mais importantes que detêm a tendência à queda da taxa de lucro"* (MARX, 1974: 270) ou que a paralisam, ainda que temporariamente.

[37] Para maiores detalhes ver Marx, *O Capital*, Livro III, Capítulo XIV, com a ressalva de que a contratendência referente à ampliação no número de rotações do capital por período não está n'*O Capital*, mas está nos *Grundrisse* (1971).

Levando em consideração que a taxa geral de lucro é formada pelo nivelamento das taxas de lucro individuais dos vários setores de produção e que estas últimas são correspondentes à massa de mais-valia resultante do produto entre a taxa de mais-valia e o número de trabalhadores empregados a esta taxa, tanto maior será a taxa geral de lucro quanto maior for a massa de mais-valia e, portanto, os graus de expropriação do trabalho. É também verdade que a intensidade desta expropriação é positivamente relacionada com a existência, em maior ou menor grau, de uma massa de trabalhadores às margens do mercado de trabalho, ou, para usar os termos de Marx, é tanto maior quanto mais forte se fizer a presença de superpopulação relativa. Deste modo, fecha-se o círculo através do qual a ampliação da taxa de lucro aparece como conseqüência da existência de EIR e dos mecanismos de exploração do trabalho a que este último remete e, ao mesmo tempo, reforça, facilita e até justifica a continuidade na formação desta superpopulação relativa através de ampliação na composição orgânica do capital, reforçando, também, a ocorrência dos próprios mecanismos de superexploração através dos quais ela é gerada ou acrescida.

CAPÍTULO 2

O NOVO PADRÃO DE DEPENDÊNCIA

Inicia-se aqui o tratamento daquela que constatamos ser a nova fase da dependência que se configura especialmente a partir da década de 90, quando se torna hegemônica a estratégia neoliberal de desenvolvimento – imposta pelos países do centro do capitalismo mundial aos países da periferia do sistema e abundantemente incorporada por estes últimos –, apoiada no discurso globalizante que se desenvolve e dissemina a partir de então.

Esta nova fase da dependência e do capitalismo em geral distingue-se das anteriores por conta de uma característica que lhe é peculiar: a forte *"generalização do movimento especulativo do capital"* (CARCANHOLO e NAKATANI, 1999: 1) ou, conforme se convencionou chamar na literatura recente, a presença de um intenso processo de financeirização da economia, que se exacerba ao ponto de tornar a lógica especulativa predominante sobre a lógica produtiva, isto é, ao ponto de o capital produtivo se subordinar ao capital financeiro (ou capital fictício nos termos de Marx).

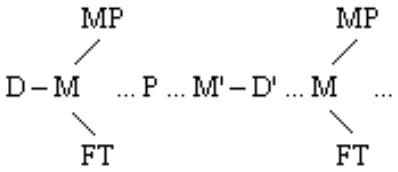
Para que se chegue ao entendimento deste processo característico da globalização e do capitalismo em sua fase atual, é necessário percorrermos um caminho que parte da análise marxista acerca do capital em suas funções específicas de capital-mercadoria, capital-produtivo e capital-dinheiro – formando o conceito de capital industrial – e atinge a idéia de capital fictício, que se concretiza mediante a autonomização daquelas formas funcionais do capital[38] – convertidas em capital comercial, capital produtivo e capital portador de juros, respectivamente –, mais especificamente baseada na substantivação do capital portador de juros, e que apresenta em seu cerne uma dialética baseada na existência simultânea de funcionalidades e disfuncionalidades que ora estimulam, ora prejudicam o processo de acumulação de capital.

2.1 Neoliberalismo e dialética do capital fictício: a nova fase da dependência

[38] Marx tratou exaustivamente estes temas em boa parte do Livro Terceiro de *O Capital*.

Analisando o processo de circulação do capital desenvolvido por Marx, observamos que parte de todo o capital social existe sob a forma de mercadorias (M), submetidas à esfera da circulação para que possam ser convertidas em dinheiro, e a outra parte se constitui em dinheiro (D), que também se move para a circulação no intuito de adquirir mercadorias especiais, quais sejam, meios de produção (MP) e força de trabalho (FT). Trata-se de uma seqüência, na qual mercadorias são convertidas em dinheiro, que, por sua vez, é convertido em mercadorias e assim sucessivamente. Considerando que a circulação capitalista de mercadorias segue a lógica compra → venda (comprar para vender), o funcionamento desta seqüência se traduz na fórmula D – M – D', onde D' considera a mais-valia já incorporada ao final de um período de produção.

Especificando melhor este processo, o dinheiro, convertido em MP e FT, não se retira para a esfera do consumo, mas parte para a produção de novas mercadorias. Ou seja, o dinheiro é trocado por mercadorias cujo consumo se dará de maneira produtiva, mediante a criação de novas mercadorias. Neste ponto, os MP transferem parte de seu valor, em cada período de produção, a estas novas mercadorias produzidas e a FT é a única forma capaz de gerar valor novo quando seu valor-de-uso é consumido na esfera produtiva. A síntese completa da circulação própria do modo de produção capitalista pode ser melhor entendida pela seguinte formalização:



Como a noção de capital envolve a idéia de algo que circula em busca de incremento, ou de um valor que procura se autovalorizar, que procura gerar mais valor, levando a cabo o movimento D – M – D', D, M e P podem ser entendidos, respectivamente, como capital-dinheiro, capital-mercadoria e capital-produtivo, dado que são três formas de existência ou de manifestação do capital, pois todos estes componentes ingressam na circulação capitalista – e têm estreita conexão com ela – no intuito mesmo de produzir mais-valia, cada um a seu modo e cumprindo com uma função específica. No caso da mercadoria, esta função se efetiva de duas maneiras: primeiro, quando ingressa na circulação capitalista enquanto mercadoria especial (MP e FT), é a única capaz de dar prosseguimento ao processo produtivo através da

transferência de valor por parte dos MP e, mais importante, da criação de valor novo exercida unicamente por parte da FT; segundo, quando da sua metamorfose em dinheiro, quando, no campo da circulação (o mercado), a mercadoria resultante do processo de produção é vendida no intuito de que seu valor se realize. Trata-se do movimento M – D, desta metamorfose através da qual a mercadoria, que sai do processo produtivo e entra na esfera da circulação, sofre esta mera mudança de forma e torna tangível o valor criado no processo produtivo.

No caso do dinheiro, seu caráter de capital é também percebido no mercado, quando se apresenta em vias de metamorfosear-se, de se converter em mercadorias específicas que dão vida à produção de novas mercadorias – através do que se produz mais valor – ou apenas em mercadorias que serão destinadas ao consumo improdutivo, mas cuja venda, além de tornar concreta a mais-valia gerada num momento anterior, retorna com o capital à sua forma de dinheiro, que, como tal, será empregado na aquisição de mais mercadorias especiais, dando prosseguimento a um novo processo produtivo.

Deste modo, há sempre, na esfera da circulação, mercadorias que procuram transformar-se em dinheiro e dinheiro que procura se converter em mercadorias. E tanto a mercadoria quanto o dinheiro só passam a ser considerados como capital quando se estabelece sua conexão com o processo produtivo e com a exploração do trabalho própria deste processo. São, portanto, em essência, apenas mercadoria e dinheiro como tal e recebem o caráter de capital-mercadoria e capital-dinheiro na medida mesma em que se destinam à reprodução capitalista ou que dela derivam.

Quando tratamos da esfera produtiva nos referimos ao período que intermedia os dois momentos da circulação (D – M, que antecede o processo produtivo e M – D, que o sucede). A condição de capital-produtivo dada a esta forma específica de capital que se insere na ocasião da produção de mercadorias se justifica no simples fato de que a criação de mais valor se faz possível apenas através deste processo. A capacidade de geração de mais-valia é exclusiva da transformação que a FT realiza sobre os meios de produção e através deles. E o momento em que isto ocorre é propriamente aquele referente ao período de produção.

A síntese de todo o processo de circulação capitalista, com seus períodos de circulação e produção, de compra, produção e venda de mercadorias, de geração e acumulação de mais-valia constitui aquilo que Marx chamou de capital industrial, um todo do qual as outras formas (mercadoria, dinheiro e produtivo) são partes constitutivas.

Nessas circunstâncias, surgem as figuras do capital comercial e do capital portador de juros (bem como seu desenvolvimento no capital fictício), que são formas autonomizadas do

capital industrial, as quais não necessitam atravessar um processo produtivo para que possam se valorizar.

O capital comercial se apresenta no processo de circulação do capital, tanto na forma de capital de comércio de mercadorias quanto na forma de capital de comércio de dinheiro. No primeiro caso – o do comércio de mercadorias – ocorre um processo no qual o capital industrial compra meios de produção e força de trabalho, enfrenta um processo de produção de mercadorias acrescidas de mais valor, de tempo de trabalho excedente e retorna ao processo de circulação, agora como vendedor das mercadorias produzidas. Esta forma do capital comercial se insere no processo neste momento, através da compra de tais mercadorias prontas do capitalista industrial para vendê-las posteriormente. O movimento é, portanto, como no caso do capital industrial, o de comprar para vender, sem, no entanto, passar pelo processo produtivo. O comerciante compra algo que já está pronto objetivando vendê-lo e, portanto, vende exatamente o que comprou e é a partir desta venda que se apropria de parcela da mais-valia produzida pelo capital produtivo. O que, para o capital industrial, é um ato de venda (M' – D') para o capital comercial representa compra (D – M) e este é seu momento de valorização, é o momento em que ele adquire mercadorias por um preço abaixo de seu valor – em função de descontos concedidos pelo capitalista industrial – para vendê-las posteriormente a um preço superior e então reter seu lucro. Este é basicamente o movimento por que passa o capital de comércio de mercadorias após entrar no processo. Ao fazê-lo, permite que este "capitalista ativo" (ou capitalista produtivo ou industrial) se retire imediatamente da esfera da circulação e retorne à fase produtiva do processo após a aquisição de novos MP e FT. O tempo que este capitalista despenderia para realizar suas vendas é, portanto, reduzido e à medida que esta prática se dá de forma continuada ao longo de um ano de atividade, por exemplo, a redução total do tempo de circulação do capital permite que ocorram mais processos produtivos num mesmo período e, conseqüentemente, se chega a uma ampliação de mais-valia.

> O capital comercial portanto nada mais é do que o capital-mercadoria que o produtor fornece e tem de passar por processo de transformação em dinheiro, de efetuar a função de capital-mercadoria no mercado, com a diferença apenas de que essa função, em vez de ser operação acessória do produtor, surge como operação exclusiva de variedade especial de capitalistas, os comerciantes, e adquire autonomia como negócio correspondente a um investimento específico. (MARX, 1974: 313)

Então, o capital de comércio de mercadorias se apresenta como uma autonomização do capital-mercadoria, justamente por ser capaz de se descolar enquanto atividade exclusiva

do produtor. Este último passa a ser substituído pela figura do comerciante que se encarrega de realizar a venda definitiva das mercadorias produzidas, ou seja, a venda destas mercadorias ao consumidor final, para quem a mercadoria cumprirá com o valor-de-uso que lhe é próprio. Deste modo, a venda que ocorre do produtor para o comerciante não é definitiva, pois pressupõe uma venda posterior, do comerciante para o consumidor final – ou ainda outras vendas entre comerciantes até que se chegue ao consumidor final. Assim, este capitalista especial se dedica exclusivamente à atividade de venda de mercadorias e se insere sempre na esfera da circulação, jamais participando da esfera produtiva, embora sempre dependa dela para obter lucro e para realizar suas atividades, que devem ser entendidas como um mero facilitador do processo produtivo.

Isto se justifica no fato de que, como já dito, o tempo de rotação do capital produtivo se reduz, tendo em vista que o capitalista ativo pode retomar a produção de novas mercadorias sem a necessidade de aguardar a venda definitiva daquilo que produziu anteriormente. Ou seja, sua presença na circulação de mercadorias limita-se à venda de seus produtos para o comerciante e à compra de MP e FT – com o dinheiro recebido por parte de seu comprador – para iniciar nova produção. O processo M' – D' ocorre de forma mais rápida, permitindo ao produtor adquirir imediatamente novos meios de produção e retornar à esfera produtiva.

Quando o capital comercial se apresenta na forma de capital de comércio de dinheiro – e este é o mais relevante nesta fase do nosso estudo –, as tarefas técnicas de efetuar recebimentos e pagamentos de dinheiro, de efetuar a guarda do dinheiro, possibilitando sua conversão imediata em meio de compra ou meio de pagamento, ou mesmo a realização de balanços de contas e operações contábeis em geral, passam a se dar por uma categoria específica de capitalistas que as concentram em suas mãos e as executam para a classe capitalista como um todo. Trata-se de um negócio especializado, separado das atividades que o tornam necessário, das atividades às quais o dinheiro se destina, autônomo em relação a elas.

O dinheiro aqui passa a ser entendido como uma mercadoria igual a qualquer outra, com as mesmas propriedades de possuidora de valor e de valor-de-uso, ao mesmo tempo e de maneira contraditória, dado que, para reconhecer nela um valor, é necessário negar seu valor-de-uso e vice-versa. E seu comércio se desenvolve, como mostra Marx (1974: 366), a partir do comércio internacional e da conseqüente necessidade de que as moedas nacionais sejam convertidas nas moedas locais dos países com os quais se pretende transacionar ou, para além disto, da necessidade de que várias moedas sejam convertidas em dinheiro universal – inicialmente representado por ouro ou prata –, de modo que este último possa cumprir com

sua função de *"ir e vir entre as diferentes esferas da circulação nacionais para liquidar os pagamentos internacionais e quando da migração dos capitais em busca de renda"* (Ibidem, p. 367). Isto faz valer a peculiaridade do comércio de dinheiro enquanto um negócio voltado justamente a mediar estas trocas, num processo que se inicia com o entesouramento, ou com o acúmulo de dinheiro – para que este sirva como reserva de meios de pagamento e de meios de compra, tanto para o comércio interno quanto para o comércio exterior, e também para que se apresente na forma de capital provisoriamente vadio, desocupado, prestes a ser investido –, e que prossegue com a inserção deste dinheiro acumulado na circulação capitalista, inserção esta que se dá por meio de seu desembolso no ato da compra, de seu recebimento no momento da venda, dos pagamentos efetuados e recebimentos concretizados. Trata-se de uma seqüência na qual o dinheiro é lançado na circulação e retirado dela incessantemente e através da qual o comerciante de dinheiro (banqueiro) se apresenta como um *"simples caixa dos comerciantes e dos capitalistas industriais"* (Ibidem, p. 368).

Numa tentativa de esclarecer melhor este processo, é importante dizer que o comércio de dinheiro não é causador da circulação do dinheiro, dado que esta se apresenta apenas como resultado da própria circulação de mercadorias, como um desdobramento desta. Ou seja, o dinheiro só circula porque circulam também mercadorias que são constantemente convertidas em dinheiro, que são constantemente compradas e vendidas, assumindo, portanto, a forma de dinheiro em algum estágio de sua circulação. Sendo assim, *"o que ele [o comércio de dinheiro] propicia são as operações técnicas da circulação monetária, as quais concentra, abrevia e simplifica"* (Ibidem, p. 370). Além disto, o comércio de dinheiro não gera o entesouramento, mas contribui com sua redução ao administrar o dinheiro acumulado para toda a classe capitalista, tornando os fundos de reserva menores em relação ao que se teria caso esta administração fosse tarefa de cada capitalista individual. Ele também não é incumbido da compra de ouro ou prata, mas de sua repartição após ter ingressado na circulação de mercadorias. Tampouco determina a quantidade de compras e vendas e o montante em que estas se dão – para o caso em que o dinheiro funciona como meio de compra –, apenas ficando encarregado de abreviar as operações técnicas que acompanham estas compras e vendas e, portanto, de reduzir *"a massa de dinheiro efetivo que seria necessária para levá-las a cabo"* (Ibidem, p. 371).

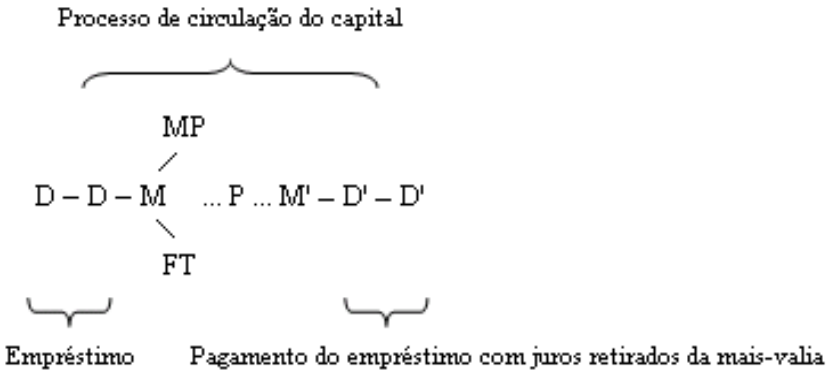
Então, o comércio de dinheiro atravessa o mesmo movimento D – M – D' por que passa o capital de comércio de mercadorias, tendo em vista que sua circulação depende diretamente da circulação destas últimas. No entanto, ao propiciar a ocorrência da metamorfose da mercadoria em dinheiro, isto não se dá pelo lado material, não se dá pela

quantidade de dinheiro que é adiantado no intuito de que a metamorfose M – D ocorra. Refere-se aos elementos técnicos desta transformação, à manipulação deste dinheiro (do dinheiro dos comerciantes e capitalistas industriais) para que ele se transfira da desocupação momentânea proporcionada pelo entesouramento e seja investido, ingresse na circulação de mercadorias e, portanto, na circulação do próprio dinheiro, de modo a tornar o banqueiro um mero intermediário nesta relação.

"O comércio de dinheiro atinge seu pleno desenvolvimento (...) quando às suas demais funções se associam as de emprestar, de tomar emprestado e de negociar com crédito" (Ibidem, p. 369) e é justamente aqui que se insere a idéia de capital portador de juros, o primeiro desdobramento dialético do próprio capital de comércio de dinheiro[39].

Sua inserção é anterior ao processo de circulação do capital global. Ele aparece como um adiantamento de dinheiro – e este aparece como uma nova mercadoria, o dinheiro enquanto capital e o capital enquanto mercadoria – que permite ao capitalista ativo comprar meios de produção e força de trabalho para ingressar no processo produtivo e sair dele para a venda de mercadorias acrescidas de mais valor. Este capital portador de juros não sofre metamorfoses, não muda de forma nem tampouco de propriedade; ele apenas é transferido como dinheiro (D – D) das mãos do prestatário para as do prestamista e é este último que permite a ocorrência da primeira metamorfose do capital, da mudança de forma de D para M (MP e FT). Esta transferência, no entanto, se dá mediante uma promessa de remuneração que se efetiva na forma de juros. Estes juros são pagos ao prestatário pelo prestamista e correspondem a uma parcela dos lucros que este último aufere a partir da mais-valia produzida no processo de produção de mercadorias e realizada após a venda destas últimas. Então, o capital portador de juros recebe uma remuneração sem passar pelo processo produtivo. Seu ciclo se inicia quando o capital é adiantado e se encerra quando o capital adiantado retorna ao prestatário acrescido de juros (D – D'). O processo completo que inclui a participação do capital portador de juros e do capital industrial se dá da seguinte forma:

[39] O segundo desdobramento dialético do capital de comércio de dinheiro se estabelece na idéia de capital fictício na qual nos aprofundaremos mais adiante.



Vale acrescentar que, o que queremos dizer quando afirmamos que o capital portador de juros recebe remuneração sem passar pelo processo produtivo é que ele não o faz de forma direta, mas cria condições para que um capitalista ativo o faça e necessita do processo de produção para que seu capital possa se valorizar, possa retornar para seu possuidor acrescido de um tempo de trabalho excedente.

A partir do que foi dito podemos afirmar que a importância tanto do capital comercial quanto do capital portador de juros é a de facilitar a ocorrência de novos processos de circulação do capital, a de facilitar a efetivação de novos investimentos e possibilitar a aceleração da rotação do capital e a conseqüente ampliação da massa de mais-valia anual. Esta facilitação do funcionamento do sistema é possível porque estas formas autonomizadas do capital liberam mais capital para que se iniciem novos processos de circulação do mesmo.

O capital comercial age neste sentido porque, quando se encerra o processo de produção, compra as mercadorias do capitalista ativo, encurtando seu processo de circulação, de venda da produção e de manejo do dinheiro, e liberando capital para que um novo investimento produtivo seja feito. Encurta, portanto, o tempo que o produto ficaria parado nas mãos do capitalista ativo esperando a realização da venda de toda a produção para que, só depois, pudessem ser adquiridos novos meios de produção e força de trabalho que dariam início à fase produtiva. O comerciante toma para si esta função, a função da venda de mercadorias e da administração do dinheiro. Também o capital portador de juros age no mesmo sentido da liberação do capital e elimina a necessidade de o capitalista ativo ter que acumular capital durante longos períodos para depois realizar investimentos produtivos. E estas facilitações são não só desejáveis como também necessárias, pois possibilitam uma ampliação do número de rotações do capital, da massa de mais-valia anual e da taxa de lucro agregada, seguindo a lógica de acumulação do sistema.

Essas substantivações do capital, apesar de contribuírem com a fluidez do sistema, são também negativas no sentido de que potencializam uma situação de crise. O capital comercial o faz da seguinte maneira: o capitalista realiza o ato M' – D', vendendo mercadorias ao comerciante e, ao fazê-lo, inicia um novo processo produtivo. Se o comerciante não consegue vender as mercadorias que comprou, aquelas mercadorias que estão sendo produzidas pelo capitalista também não serão vendidas. Então, o processo é travado e a oferta é dobrada. Vão se acumulando promessas de venda e a crise é potencializada, inclusive em valor. Antes da existência do capital comercial isto não ocorria porque, quando as mercadorias não eram vendidas pelo próprio capitalista – e não pelo comerciante –, o processo já era interrompido naquele momento.

Em se tratando do capital portador de juros, sua atuação quando do agravamento de uma situação de crise se dá no sentido de que nestes momentos, os juros tendem a se elevar como forma de estímulo à oferta de créditos para a realização de investimentos produtivos através da promessa de maior remuneração. Esta última funciona como um prêmio pelo risco do empréstimo, risco este justificado no fato de que se potencializam, nos momentos de crise, as possibilidades de não pagamento das dívidas. Ocorre que, ao se elevar esta remuneração (juros) a tendência é a de que a lógica da acumulação se sobreponha à da produção e que os capitais que antes seriam investidos em produção nova passem a atuar como capital de empréstimo, de modo que os investimentos produtivos deixam de ocorrer[40]. E daí decorre todo um agravamento econômico do sistema porque se amplia o número de falências, o desemprego, dentre outros fatores.

É neste sentido – e com estas mesmas (dis)funcionalidades – que surge a figura do capital fictício que é o protagonista desta nova fase da dependência e do capitalismo em geral. É um tipo de capital que se desdobra tendo como base o capital portador de juros financiador do investimento produtivo. E a diferença entre ambos se encontra basicamente neste aspecto, no da sua relação com a produção de mercadorias.

Um exemplo concreto elucida melhor a noção de capital fictício desenvolvida por Marx. Imaginemos o caso da dívida pública. O Estado toma certa quantia emprestada para o fechamento de suas contas e, em troca deste capital, é obrigado a pagar periodicamente uma quantia específica de juros ao seu credor. Este último, por sua vez, torna-se possuidor de um

[40] *"Estabelece-se, assim, um duplo condicionamento: de um lado (...) a valorização do capital produtivo passa a depender, em forma crescente, do movimento do capital a juros, notadamente de sua capacidade de mobilizar e redistribuir massas centralizadas de capital monetário. De outro, a valorização do capital a juros (quer sob a forma de crédito, quer sob a forma do capital fictício) não pode prescindir da valorização do capital produtivo. Neste sentido, a autonomização do capital a juros, ao mesmo tempo que se converte no pressuposto da produção, nela encontra seu limite último"* (MAZZUCCHELLI, 1985: 89).

título de dívida contra o Estado, que lhe garante o direito de participar das receitas periódicas (em proporção pré-estabelecida) de seu devedor[41] e que, ademais, pode ser vendido a outrem quando surge o desejo ou a necessidade de reembolso do montante principal da dívida por parte do credor original. O importante a reter aqui é que a soma emprestada ao Estado já não existe mais, tendo em vista que se trata de uma quantia que não se destinava a ser empregada como capital, de modo a não se manter ao longo do tempo. Os títulos de dívida podem ser vendidos e revendidos, e não importam quantas transações mais ocorram após ter sido efetuado o empréstimo, que este fato permanece o mesmo: o montante emprestado, o principal da dívida, já foi gasto pelo Estado e é, portanto, ilusório, é um capital fictício. Então, o montante de dinheiro que justifica o pagamento periódico de juros, que provoca este desembolso, já se desfez, de modo que a renda auferida pelo prestatário já não tem mais uma base concreta que a sustente. Por isto o capital é fictício; justamente porque, embora ele não exista mais de fato, embora já tenha sido gasto, embora já tenha perdido o vínculo com o processo efetivo de valorização, ele "produz" ou justifica um rendimento que se estende *ad infinitum*, ele se valoriza por si próprio, autonomamente.

Raciocínio parecido pode ser desenvolvido para o caso da compra de ações (ou títulos de propriedade que dão direito a rendimento futuro), que representam capital ativo das empresas, pois se trata de adiantamento de dinheiro (por parte dos acionistas) a ser empregado como capital pela empresa, dando aos acionistas o direito de se apropriar continuamente de parcela da mais-valia gerada no processo de produção. Considerando que o valor de mercado das ações varia de acordo com a dimensão dos rendimentos que se espera obter e também conforme o risco do investimento, temos que uma ação adquirida, por exemplo, por 100 unidades de capital pode, num momento posterior, ser vendida por 200 unidades, a depender da taxa de juros vigente na ocasião. A baixa no valor de mercado das ações é igualmente possível, especialmente em momentos de crise, quando sobe a taxa de juros, além de se ampliar o anseio por liquidez, fazendo com que muitas destas ações sejam lançadas no mercado para que possam ser convertidas em dinheiro. Note-se que a baixa ou a alta no valor de mercado das ações independe do movimento do valor do capital ativo que elas representam, o que evidencia e exacerba seu caráter ilusório.

Então, podemos dizer sinteticamente que

[41] Esta participação nas receitas do Estado por parte de seu credor se efetiva justamente quando parte destas receitas se volta para o pagamento dos juros do empréstimo concedido. Então, o direito de participação adquirido pelo credor corresponde aos juros que o Estado paga a partir das receitas obtidas com impostos.

> todos esses papéis constituem apenas direitos acumulados, títulos jurídicos sobre produção futura, e o valor-dinheiro ou valor-capital ora não representa capital algum, como é o caso das apólices da dívida pública, ora é regulado de maneira independente do valor do capital efetivo que esses papéis configuram. (MARX, 1974: 539)

De qualquer maneira, o desenvolvimento do sistema de crédito cria a ilusão de que o capital se amplia por si só, porque permite que um mesmo montante de dinheiro efetue diversas compras, conceda diferentes empréstimos e realize diversos pagamentos, permite que 100 unidades de capital, por exemplo, sejam emprestadas (o que provoca apenas mudança de mãos), depois convertidas em mercadorias, que futuramente serão reconvertidas nas mesmas 100 unidades adicionadas de mais valor, que, por sua vez, serão novamente emprestadas e posteriormente desembolsadas quando do pagamento de alguma dívida e assim sucessivamente, num processo contínuo através do qual se percebe que apenas uma pequena parte de todo o capital negociado representa de fato capital real, sendo todo o resto puramente fictício. Na aparência, percebemos como se houvesse vários capitais, como se houvesse um capital para cada um destes momentos de transação, mas, em essência, ocorre que todas as transações ocorrem com base num único capital, no mesmo capital que origina todo o processo e que parece multiplicar-se à medida que se transfere de uma mão para outra.

Retomando todo o processo a partir do primeiro desdobramento dialético do capital de comércio de dinheiro, podemos dizer, então, que o capital portador de juros entra no sistema com o objetivo de conceder crédito para a produção capitalista e, embora provoque, em algum momento, os efeitos negativos referentes à possibilidade de situações críticas de que tratamos anteriormente, é indispensável no sentido de facilitar o processo de circulação do capital industrial. Esta generalização do sistema de crédito – e seu posterior desdobramento em capital fictício – e a ampliação do dinheiro enquanto meio de pagamento implicam no fato de que esse capital portador de juros passa a ter movimento próprio, de modo que empresas e corporações antes produtivas passam a operar prioritariamente de maneira especulativa. Isto se efetiva tanto no setor público, pelo lançamento de títulos da dívida pública, cuja venda é utilizada no financiamento do déficit do governo sob promessa de pagamento de juros a partir de um lucro que sequer será gerado – isto é, o governo já concluiu suas arrecadações, efetuou gastos superiores a elas e lança títulos para financiar este déficit –, quanto no setor privado, a partir do desenvolvimento das sociedades por ações, através das quais são lançados papéis em valor superior ao real e a compra destes papéis confere ao comprador o direito de participação nos lucros futuros da empresa, que, diga-se de passagem, podem nem se realizar.

Então, o capital fictício permite que se invista num setor sem propriamente entrar nele, por exemplo, através da compra de ações, títulos de dívida, letras de câmbio e debêntures. Estes são papéis criados com um valor monetário fixo que corresponde ao capital que se pretende auferir (tomar emprestado) e com remuneração variável, dependente da taxa de juros ou de câmbio (a depender do contrato jurídico que se estabeleça) vigente no momento do desconto destes papéis, que pode se dar inclusive num momento bastante posterior ao do período de produção a que se referem. Deste modo, neste lapso de tempo existente entre o lançamento dos papéis e seu desconto, os mesmos podem passar por inúmeros proprietários e sofrer incontáveis processos de valorização e desvalorização que independem do processo real de reprodução do capital industrial, que independem, portanto, do momento próprio de criação de excedente através da expropriação do trabalho assalariado.

A propriedade destes títulos confere a seu detentor o direito de se apropriar de um capital real, da mais-valia obtida a partir de um capital real. Seu caráter ilusório está no fato de que estes papéis são negociáveis, podem ser comprados e vendidos como mercadorias comuns e seu valor pode variar independentemente do movimento do capital real ao qual estão de certa forma vinculados. Deste modo, este é um tipo de capital que, embora tenha um valor monetário efetivo representado em papel, perde seu lastro em termos de atividade produtiva ao longo do tempo, porque ao ser negociado, valorizado e desvalorizado inúmeras vezes, ao passar por diversas mãos, perde, pelo menos em parte, o vínculo com o período de produção no qual foi lançado, ao qual contribuiu sob a forma de crédito. E como é um capital que se amplia e diminui por razões independentes da atividade produtiva, com seu movimento muito mais ligado ao da taxa de juros, *"parte dele pode ter existência puramente ilusória do ponto de vista da totalidade"* (CARCANHOLO e NAKATANI, 1999: 12).

Isto patenteia a contradição inerente ao capital fictício que é a de ser real – por estar vinculado a um capital real – e ilusório – porque parte do valor de que se apropria já não tem mais vínculo algum com este capital real ao qual se refere – ao mesmo tempo. E, mais do que isto, põe em prática a contradição máxima do modo de produção capitalista calcada no caráter social da produção e no caráter privado da apropriação, sendo que a primeira lógica é preterida a esta última. E é aí que a lógica especulativa sobrepuja a lógica produtiva, levando ao limite a autovalorização do dinheiro, sem compromisso algum com a produção capitalista e com a geração de mais valor. O dinheiro pretende se valorizar por si mesmo, naquele que seria para o capital o seu movimento ideal, D – D', a geração do lucro pura e simples, sem nenhuma intermediação. Desse modo, *"uma parcela cada vez maior do capital global*

procurará apropriar-se de um valor que está sendo produzido cada vez menos" (CARCANHOLO, 2004a: 17).

As conseqüências imediatas disto, para além daquelas já mencionadas na análise sobre as formas autonomizadas do capital industrial, são, em primeiro lugar, a impossibilidade de um crescimento econômico que se sustente ao longo do tempo. Crescimento pressupõe produção. Se todos buscam apenas a apropriação, não há quem produza, de modo a ocorrer uma fuga no sentido investimento em produção nova → aplicação em títulos de dívida ou em papéis em geral. Em segundo lugar, vem a ocorrência recorrente de crises econômicas, justamente como conseqüência do ponto anterior. A ampliação do capital fictício e, portanto, a ampliação dos gastos improdutivos onera o capital produtivo e o excedente que dele provém, tendo em vista que o capital fictício se apropria de algo que não produz, ele se amplia às custas do capital produtivo. Então, aquele movimento no sentido do capital improdutivo que apontamos acima tende a se repetir e generalizar, a atividade de produção de mercadorias é enfraquecida e se estabelece uma situação que combina juros elevados, endividamento crescente e intenso desemprego. Deriva daí uma terceira conseqüência que é emblemática desta fase da dependência: a concentração da riqueza e a "socialização" da miséria, a convivência, numa mesma unidade, destes dois pólos opostos.

Do ponto de vista específico dos países dependentes, a predominância do capital fictício produz, para além dos três aspectos acima citados, uma situação de intensa vulnerabilidade externa[42] que se estabelece a partir da necessidade estrutural de atrair capitais para correção dos desequilíbrios no balanço de pagamentos, o que acaba complexificando esse estrangulamento externo e os seus efeitos sobre a fragilidade das contas públicas.

2.2 Neoliberalismo e dependência no capitalismo atual

A tese que nos guia para o desenvolvimento desta seção é justamente a de que, nos marcos do capitalismo atual, a dependência se estabelece mediante um intenso aprofundamento da vulnerabilidade externa dos países periféricos frente aos centrais, tal como apontado anteriormente. Este é o emblema, o definidor, a característica ou condição estruturante desta nova fase da dependência, de modo que podemos identificar a condição

[42] A vulnerabilidade externa, conforme aponta Carcanholo (2004c: 100), *"é dada pelo grau (capacidade) que uma determinada economia tem de responder aos choques externos, isto é, a mudanças abruptas na direção do fluxo de capitais"*.

dependente de um país a partir de seus níveis de vulnerabilidade externa. É partindo desta afirmação que faremos os encadeamentos possíveis no sentido de comprovar esta idéia.

Com a evolução do capitalismo mundial, a perspectiva neoliberal de desenvolvimento ganha espaço teórico e ideológico no último quarto do século XX e é justamente nos países periféricos que sua efetiva implementação ocorreu de forma pioneira e concentrada, aprofundando sua situação de dependência nos termos antes apontados.

Esta perspectiva emerge como uma forma de superação da crise do capitalismo mundial ocorrida nos anos 70. O sistema capitalista de produção tem como característica fundamental a ocorrência de crises periódicas (crises cíclicas) de superprodução[43], cujo germe principal está no fato de que o capitalismo tem uma tendência natural de ampliar ilimitadamente a produção de mercadorias – objetivando, com isto, uma crescente produção e apropriação de mais-valia –, ao mesmo tempo em que, por meio de aumentos na produtividade, tende a restringir ou impossibilitar o consumo e realização destas mesmas mercadorias.[44] O importante a reter é que o fenômeno econômico das crises é inerente à lógica de funcionamento do sistema capitalista e este comportamento cíclico se explica pela própria lógica da acumulação de capital, incluindo a sua processualidade contraditória. Em especial, a contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação explica o aparecimento das crises cíclicas de superprodução.

A crise dos anos 70 se deu num contexto de esgotamento do padrão de produção taylorista/fordista e de crise do estado de bem-estar social (*Welfare State*)[45], caracterizando-se especialmente i) por uma forte redução das taxas de lucro como conseqüência da elevação nos salários da força de trabalho – fruto das conquistas obtidas no período do *Welfare State*, imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial –, para além da tendência à queda inerente ao modo de produção capitalista; ii) pelo aumento exagerado da esfera financeira

[43] Este tema foi abundantemente tratado por diversos autores de linhagem marxista. Boas leituras acerca das causas, controvérsias, debates, considerações no interior desta formulação das crises cíclicas de superprodução podem ser encontradas em Ribeiro (1988, 1994, 2002); Carcanholo (1996, 1997, 2003); Mandel (1985); e no próprio Marx (1971, 1988). Este último, em sua obra principal *O Capital*, não chegou a formular uma teoria das crises, mas todo o seu pensamento, todas as suas colocações e todos os aspectos contraditórios do sistema capitalista por ele tratados, nos permitem concluir em favor da existência do fenômeno e, mais do que isto, de seu caráter cíclico e, por isto, periódico.

[44] Os detalhes desta teorização fogem ao escopo desta nossa pesquisa, de modo que nos limitaremos apenas a esta breve menção, deixando já indicadas boas literaturas a este respeito (ver nota de rodapé 39).

[45] A crise do *Welfare State* pode ser somada a uma crise fiscal do Estado desencadeada num contexto internacional extremamente desfavorável em virtude da alta nos preços do petróleo (1973-74) e da ampliação nas taxas de juros internacionais – especialmente a norte-americana –, de modo que os países periféricos passam a enfrentar problemas de despesa adicional na balança comercial e também no que se refere ao pagamento dos serviços da dívida externa. Sendo assim, este acúmulo de endividamento provoca um processo de insolvência externa por parte das economias periféricas, bem como a deterioração de suas contas internas, o que culmina em crise fiscal, em queda da atividade econômica e dos níveis de investimento e emprego e aceleração do processo inflacionário, deixando claros os sinais da crise que se estabelece no período.

frente às esferas comercial e produtiva; iii) por uma intensa concentração de capitais como resultado de crescentes processos de fusões e aquisições; e iv) pela exacerbação de processos de privatização de estatais, bem como de desregulamentação e flexibilização dos mercados, parte de um profundo processo de reordenamento da arquitetura financeira internacional, conhecido a partir do último quartel do século XX e que teve como elemento essencial a liberalização das transações econômicas internacionais.

O interessante a se acrescentar é que, justamente por serem cíclicas, as crises são passíveis de superação[46] e, historicamente, isto se dá através de mecanismos criados pelo próprio sistema capitalista no sentido de que uma trajetória ascendente do ciclo seja novamente estabelecida e de que produção e investimento sejam novamente ampliados. Ou seja, é a crise do capital criando suas próprias formas de superação, alavancagem e restabelecimento das condições de valorização.

É justamente o que ocorre nas crises históricas do capitalismo e na década de 70 não poderia ser diferente. Para além da redução nos salários e na tributação sobre investimentos e da reestruturação produtiva empreendida à época como forma de ampliar o número de rotações do capital e, conseqüentemente, as taxas de lucro, aparece a perspectiva neoliberal de desenvolvimento como a estrutura econômica, política e ideológica de maior força criada e elaborada pelo sistema para superação de sua própria crise.

Sob a chancela do Consenso de Washington[47], essa perspectiva atravessa os anos 70 e 80 e se exacerba enormemente na década de 90, fundamentada na crença de que os agentes individuais tomam suas decisões movidos exclusivamente pelo interesse próprio, de tal forma que as realizações individuais são necessariamente disseminadas para a coletividade, e de que o *lócus* de interação entre estes agentes é o mercado, que deve estar livre de qualquer intervenção justamente para que seja garantida esta "ordem natural das coisas" (CARCANHOLO, 1998: 18). Nestas circunstâncias, a globalização constituiria a própria expressão da "modernidade" notadamente por ser o resultado das forças de mercado "liberadas das correntes nocivas da ação do Estado".

Diante disto, o discurso propalado pelos organismos internacionais (destacadamente, FMI - Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento) era o de que as reformas estruturais que incentivassem o

[46] Na verdade, mais do que isto, as crises são recorrente e periodicamente superadas, confirmando sua trajetória cíclica de recessão-crise-recuperação-ascensão-auge-recessão e assim sucessivamente.

[47] A denominação Consenso de Washington foi dada *"ao conjunto de receitas de políticas e estratégias de desenvolvimento defendidas pelas instituições egressas de Bretton Woods (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) e pelo governo dos Estados Unidos"* (BARUCO, 2005: 2), a partir dos anos 90.

funcionamento dos mercados, apoiado na iniciativa privada e na menor presença estatal nas atividades econômicas, garantiriam a retomada das altas taxas de investimento e o crescimento econômico com distribuição de renda. Todas as nações deveriam se engajar neste processo de reordenamento da ordem econômica – destacando-se o fato de que esta imposição se deu de maneira muito mais veemente, e quase que exclusiva, nos países periféricos, em geral, e nos latino-americanos, em específico – e o que garantiria a inserção no "novo mundo globalizado" seria justamente o maior grau de abertura das economias e a desregulamentação dos mercados.

A pretensa constatação se baseia no diagnóstico de que a retomada do desenvolvimento econômico estaria limitada pelo contexto de esgotamento da perspectiva estruturada no processo de substituição de importações. Esta, a partir da liderança estatal, se caracterizava pela implementação de políticas de protecionismo comercial, repressão financeira e forte regulamentação dos mercados, em específico, do mercado de trabalho. Por isso, as reformas estruturais de abertura comercial, desregulamentação dos mercados, privatização de estatais e serviços públicos, eliminação da maior parte dos subsídios, como forma de liberalizar os preços, e a liberalização financeira interna e externa, formariam o único tipo de política econômica capaz de garantir a inserção dos países periféricos no novo processo de globalização. Tudo isto assentado num programa de estabilização macroeconômica (controle inflacionário e equilíbrio fiscal) que aparece como pré-requisito à aplicação do projeto reformista.

É neste contexto (ou nestas bases) que se desenha aquilo que Osório (2004: 101) chamou de *"el nuevo patrón exportador latinoamericano"*, ou, mais especificamente, *"un nuevo patrón de reproducción del capital, que en sus líneas generales puede caracterizarse como un nuevo modelo exportador"*[48]. Trata-se de uma espécie de nova economia para o caso dos países periféricos (os latino-americanos, em especial), em cujas determinações está um processo de reestruturação produtiva calcado na idéia da especialização – em contraposição à industrialização diversificada empreendida no período desenvolvimentista anterior. Deste modo, o argumento é o de que o processo de industrialização na América Latina poderia prosseguir – e o faria de maneira muito mais eficiente e produtiva –, desde que estruturado na vocação primário-exportadora própria destas economias, corroborando com a noção das vantagens comparativas difundida pelas tradicionais teorias do comércio internacional. Assim

[48] Da mesma maneira, Sotelo (2004) identifica este processo, cunhando os termos "novo padrão de reprodução de capital dependente" e "novo padrão de acumulação dependente neoliberal", no sentido de qualificar as transformações vividas pelos países latino-americanos a partir do final da década de 70.

deveria se dar a inserção externa destes países, privilegiando-se atividades produtivas que tivessem lugar no mercado internacional a despeito das estratégias nacionais de desenvolvimento adequadas a cada país, de maneira a divorciar o setor industrial de seu papel de impulsionador do desenvolvimento e do progresso técnico e a limitar, portanto, os graus de autonomia decisória de cada nação[49]. Para tanto, esta inserção deveria ser norteada pelo processo de abertura externa, comercial e financeira, ainda que o Estado devesse atuar como regulador-supervisor em mercados que apresentassem determinadas imperfeições.

Sotelo (2004, pp. 97-99) caracteriza pontualmente esta *"nueva formación económica social neoliberal capitalista dependiente"* como uma condição de perda de capacidade de negociação por parte da periferia em relação aos grandes organismos financeiros internacionais e às empresas transnacionais, no sentido de atenuar sua dependência estrutural de importações, e de abandono de uma estratégia de desenvolvimento baseada na industrialização, fazendo com que a acumulação e reprodução de capital na periferia se dê crescentemente por intermédio da produção primária. Reforça-se, assim, sua condição dependente – em termos tecnológicos, comerciais, financeiros e até mesmo militares e culturais – e *"la cesión de soberanía en favor del capital y los inversionistas privados nacionales y extranjeros"*.

Nessas bases, em termos da abertura comercial empreendida, o que ocorre é que os padrões de concorrência e as regras institucionais do comércio e do investimento são fortemente modificados, com as indústrias nacionais dos países periféricos sendo expostas à competitividade internacional sem que fossem criadas bases estruturais para tal e com o Estado se afastando progressivamente da atividade econômica, especialmente através de um intenso processo de privatizações. Então, o que se tem na realidade é, de fato, um processo de reprimarização dessas economias, expressa a partir de uma intensa reestruturação produtiva através da qual setores antes estratégicos no alicerce de projetos de desenvolvimento anteriores – a saber, setores mais intensivos em tecnologia – perdem espaço e importância nos marcos da "nova economia", dando lugar à produção e exportação de produtos primários tais como alimentos, minerais e matérias-primas.

> En tanto proceso global macrohistórico de las décadas de los ochenta y noventa, la desindustrialización prácticamente há cubierto a todos los espacios productivos de

[49] Como mostra Sotelo (Ibidem, pp. 93-94), quando passa a vigorar o período neoliberal a lacuna do desenvolvimento – que, inclusive, não foi alcançado por meio das políticas de industrialização para dentro, típicas do período desenvolvimentista – na periferia se mantém aberta justamente pela incapacidade de geração endógena de progresso técnico por parte desses países, que acabam se inserindo num processo de assimilação das condições de desenvolvimento impostas pelas nações industrializadas.

> los países latinoamericanos – incluyendo al más avanzado: Brasil – y constituye la contrapartida de la reindustrialización de los países imperialistas, al influjo de la tercera revolución industrial desencadenada desde la década de los cuarenta del siglo XX. (Ibidem, p. 92)

Revitaliza-se, então, a idéia do intercâmbio desigual desenvolvida por Marini (2000), dado que a exportação de produtos de mais baixo valor agregado, intensivos em força de trabalho e recursos naturais, e de mais baixos níveis de produtividade – cujas indústrias são predominantes em países periféricos – ocorre vis-à-vis à necessária ampliação da importação de produtos de maior valor agregado e de níveis de produtividade evidentemente superiores – próprios de países centrais –, firmando-se a transferência do excedente produzido na periferia para o centro, o que, por sua vez, provoca desequilíbrios na balança comercial e de serviços – pelos motivos óbvios de que as indústrias nacionais dos países dependentes são incapazes de fazer frente à concorrência internacional – e o conseqüente imperativo da atração de capitais que possam fazer face a estes desequilíbrios.

Esta atração de capitais pode se dar sob três formas: i) subvenções ou doações; ii) investimento direto estrangeiro (IDE), que, embora faça crescer a capacidade produtiva na periferia – para os casos em que não se dá por meio de privatizações ou fusões e aquisições, que apenas promovem transferência de propriedade –, também enfraquece sua acumulação interna de capital, pois torna crescente a remessa de excedente para o exterior, a repatriação dos lucros, recolocando o problema para as contas externas mais adiante; e iii) empréstimos, através do lançamento de títulos de dívida e de propriedade, que tendem a ganhar caráter especulativo na periferia – por conta da baixa credibilidade e dos riscos de aplicação geralmente altos nesses países – e são lançados como papéis de curto prazo e de alta rentabilidade, dadas as taxas de juros elevadas. Esta última forma de financiamento externo é a mais comum na periferia e a sua generalização, somada às facilidades de repasse (ou revenda) dos papéis adquiridos, faz com que os capitais, em busca de valorização, entrem e saiam desses países muito rapidamente, sem que se estabeleça vínculo algum e, portanto, sem que haja qualquer interesse em relação aos problemas nas contas externas que estas fugas de capitais provocam.

Nesse cenário se faz presente a característica que protagoniza a condição de dependência no capitalismo atual: o acréscimo da vulnerabilidade externa estrutural combinada a uma situação de intensa fragilidade financeira, ambas como resultado imediato da *"excessiva abertura financeira e falta de controle da mobilidade de capitais"* (FILGUEIRAS, 2005: 6) e também do tipo de inserção externa das economias latino-

americanas, em cuja pauta de exportações predominam as *commodities* e/ou produtos industriais de baixo valor agregado, como já dito anteriormente. Carcanholo (2004c, p. 100) percebe a conexão existente entre os conceitos de fragilidade financeira e de vulnerabilidade externa, afirmando que

> a fragilidade financeira externa é dada pela dependência frente aos capitais externos, em um contexto em que estes se deslocam entre os distintos mercados nacionais (regionais), de acordo com sua lógica especulativa. Portanto, a fragilidade financeira é fruto de uma opção de política nacional (regional) que adota uma estratégia de desenvolvimento calcada na liberalização financeira externa, em complemento à abertura comercial, conforme o receituário e os preceitos da visão ortodoxa. A vulnerabilidade externa, por seu turno, é muito mais uma conseqüência dessa opção de política, já que ela é dada pelo grau (capacidade) que uma determinada economia tem de responder aos choques externos, isto é, a mudanças abruptas na direção do fluxo de capitais externos.

Sendo assim, a vulnerabilidade externa aparece como uma conseqüência da fragilidade financeira e pode ser identificada, por exemplo, quando uma economia apresenta baixa resistência a uma possível fuga de capitais. A partir daí não fica difícil perceber em que termos se estabelece a dependência e a avidez por uma maior flexibilização dos mercados, especialmente do mercado de trabalho no sentido de ampliar a superexploração na periferia.

O que explica estes aspectos é a formação de um círculo vicioso pautado numa dinâmica de atração de capitais externos de curto prazo para fazer face aos desequilíbrios no balanço de pagamentos – o que faz aumentar a dívida externa –, sendo que isto é feito por meio da elevação dos juros domésticos – o que faz aumentar a dívida interna e, para além disto, desestimula investimentos produtivos e o próprio consumo, travando o crescimento e a produção de valor. Estas novas práticas redundam na manutenção de superávits primários – voltados para o pagamento dos juros e amortizações das dívidas e até mesmo para que a entrada de mais recursos possa ser garantida, tendo em vista a "confiabilidade" promovida por estas práticas –, que fazem diminuir os gastos públicos e reduzir a intervenção do Estado mesmo (ou inclusive) nas áreas que são de sua responsabilidade por definição, o que significa fundamentalmente perdas sociais, de tal forma que esta esfera – e toda a dinâmica da economia nacional – passa a ser subordinada aos interesses e humores do capital financeiro globalizado. Tudo isto acompanhado de mais endividamento e de uma conseqüente e intensa transferência de recursos para o exterior[50] – seja nesta forma de juros e amortizações, seja na forma de dividendos por parte das grandes empresas transnacionais que se instalam na

[50] Toussaint (2002, pp. 139-166) faz um excelente tratamento acerca das formas assumidas pela transferência de riquezas do Sul para o Norte – tal como ele próprio qualifica –, especificando melhor a dinâmica deste processo.

periferia, seja na forma de *royalties* por conta da dependência tecnológica –, numa dinâmica incessante e extremamente nociva.

Ocorre, então, a perda de autonomia das políticas nacionais para esses países – o Estado se vê a serviço e à mercê do capital financeiro –, com uma forte restrição externa ao crescimento, que se explica pelos seus déficits em conta corrente e pela então necessidade de manutenção de altas taxas de juros como forma de atrair capitais que possam cobri-los, implicando em ampliação da dívida e do passivo externo dessas economias. Estas políticas de abertura comercial e financeira inauguradas no período provocam, portanto, uma ampliação nos níveis de vulnerabilidade externa, que constituem a restrição maior para a retomada e sustentação do crescimento econômico, e uma crescente superexploração da força de trabalho (traduzida em arrocho salarial e ampliação da jornada de trabalho) para que a acumulação interna de capital possa ser garantida em níveis razoáveis de lucratividade.

Do ponto de vista social, esta opção de inserção externa passiva produz uma exclusão crescente, evidenciando-se os problemas de crescimento e desenvolvimento econômicos, com queda nos investimentos produtivos, conseqüente ampliação do desemprego[51] e do exército industrial de reserva, redução salarial como forma de manter os custos internos de produção competitivos internacionalmente (exigência da própria reestruturação produtiva) e de contrarrestar a tendência à queda da taxa de lucro – para o que se recorre às reformas neoliberais de flexibilização do mercado de trabalho – e uma distribuição regressiva da renda e da riqueza, associada a uma marginalidade e violência crescentes. Isto leva Osório (2004, p. 114) a perceber que

> la construcción del nuevo patrón de reproducción del capital tiene como uno de sus pilares el traspaso de fondos del consumo de los trabajadores al fondo de acumulación. Así, la pobreza há tendido a rebasar el ámbito del desempleo para adentrarse al territorio de los trabajadores com empleo.

Deste modo concluímos que, de maneira inconteste, a globalização financeira se deu de forma mais rápida que a comercial e produtiva – embora seja inequívoca a intensificação do comércio de bens e serviços entre os países e uma maior participação das operações de

[51] Mesmo nos casos em que há queda nos níveis de desemprego a superexploração se faz presente, tendo em vista que, em regra, o emprego que se amplia é de caráter extremamente precário, envolvendo empregos temporários, empregos informais, com jornada de trabalho estendida, subemprego, dentre outros resultados da flexibilização regressiva do mercado de trabalho que permite ao capitalista contratar e demitir trabalhadores livremente, sem nenhuma responsabilidade trabalhista, de acordo com seus interesses de classe e com as fases do ciclo capitalista. Para além disto, conforme mostra Sotelo (2004), parece haver, para o caso da América Latina, uma tendência à ampliação do valor da força de trabalho que não é compensada por aumentos salariais proporcionais, deixando mais uma vez clara a existência de superexploração.

empresas transnacionais por toda a economia – e, ao se aprofundarem nessa lógica, os países latino-americanos conquistam um crescimento exponencial de seus endividamentos externo e interno, preservados por elevadas taxas de juros. Os impactos desses processos de abertura comercial e desregulamentação financeira na estrutura das contas externas, no estoque e no perfil de seus endividamentos e passivos externos, definem a forma que a restrição externa ao crescimento e a dependência assumem neste início de século XXI, nos levando, inclusive, a reafirmar a tese da irreversibilidade desta condição nos marcos do capitalismo – e perceber que a condição dependente é intransponível pelo simples manejo da política econômica, sendo possível apenas amenizá-la com a utilização desses mecanismos –, tendo em vista que os países periféricos seguem importando tecnologias e conhecimentos dos países centrais, intensificando o processo de transferência de valor e, assim, acabam por ingressar recorrentemente na dinâmica do círculo vicioso através da qual o endividamento externo, a fragilidade financeira e a vulnerabilidade externa se tornam mais agudos e se exasperam os mecanismos de superexploração do trabalho que garantem a continuidade da acumulação interna de capital. O que se tem é, portanto, o "desenvolvimento do subdesenvolvimento", expressão cunhada por Frank (1970) para dizer exatamente que, *"quanto mais cresce a economia dependente, mais ela aguça as diferenças específicas que a separam do capitalismo existente nos países avançados"* (MARINI, 1992: 89). Isto não significa afirmar que é impossível que haja crescimento econômico em países dependentes, mas apenas que, nos limites do modo capitalista de produção, dependência gera mais dependência, ou, dito em outras palavras, a dependência é estrutural e insuperável, nos marcos da economia capitalista mundial.

Então, numa tentativa de tornar rotundo o nosso raciocínio e concluir este capítulo, temos que o neoliberalismo se apresenta como a forma histórica atual da dependência, a vulnerabilidade externa aparece como característica da dependência, que é agravada na nova forma histórica e é a partir daí que se colocam as possibilidades de desenvolvimento **capitalista** na periferia por meio da superexploração da força de trabalho.

CAPÍTULO 3

ABERTURA E DESREGULAMENTAÇÃO *VERSUS* VULNERABILIDADE E DEPENDÊNCIA: O CASO ARGENTINO

Como já visto, o modo de produção capitalista possui uma dinâmica que produz, estruturalmente, ampliação do desemprego e do exército industrial de reserva, contenção salarial (que traduz a superexploração do trabalho), bem como a generalização da presença do capital fictício na economia e sua atuação no sentido de potencializar uma situação de crise, que se caracteriza precisamente por queda da atividade produtiva e dos investimentos frente às atividades de especulação, queda da taxa de lucro, elevação do desemprego e concentração de renda e riqueza.

Nessas circunstâncias, e dada a crise dos anos 70, o conhecido Consenso de Washington dá origem a um processo de radical mudança em termos de concepção ideológica e prática no que tange à adoção de estratégias de desenvolvimento, especialmente no caso dos países periféricos latino-americanos. Tal como aponta Baruco (2005, p. 2), *"foi através deste consenso que a concepção ideológica neoliberal se consubstanciou, no sentido de ter se tornado um receituário de medidas a serem implementadas na periferia do capitalismo"*, reforçando o compromisso de manter a estabilidade monetária, com base num processo de abertura comercial e desregulamentação financeira sem precedentes, de modo a introduzir estas economias no "novo mundo globalizado".

A implementação pioneira desse tipo de política ocorreu na década de 70 em países do cone sul, como Chile e Argentina, ambos sob a liderança de ditaduras militares. A partir de 1982, o México também passou a executar uma estratégia neoliberal de desenvolvimento, no que foi acompanhado novamente pela Argentina na virada dos anos 80 para os 90. A importância dos processos de abertura externa e desregulamentação dos mercados para o processo de desenvolvimento das principais economias latino-americanas volta a se efetivar e se exacerba enormemente na década de 90, sendo disseminada para os demais países da região – dentre os quais se inclui muito fortemente o Brasil –, em maior ou menor grau.

É justamente às experiências argentina e brasileira que nos dedicaremos a partir de então – primeiro, porque são as maiores economias do Cone Sul da América e, segundo, porque tiveram experiências parecidas, muito embora tenham se dado em períodos distintos e de forma mais intensa no caso argentino –, num trabalho que, não obstante pretenda ser

descritivo, mais de constatação daquilo que foi aplicado no período e dos resultados alcançados com este processo – algo em boa medida já realizado pela literatura crítica –, busca também mostrar até que ponto a vulnerabilidade externa alcançada por estas economias no período das reformas neoliberalizantes traduz a dependência em suas determinações recentes. Para levar a cabo este propósito – e seguindo o roteiro explicativo proposto por Cano (2000) –, se faz indispensável a recuperação das principais medidas e argumentos justificativos das reformas estruturais empreendidas no período para cada país e de seus impactos em termos econômicos e sociais, refletindo sua condição dependente nos moldes do que foi exposto no capítulo anterior.

3.1 – O Neoliberalismo Argentino: do governo Menem ao atual governo Kirchner

A experiência argentina com a estratégia neoliberal de desenvolvimento não envolve apenas os anos 90, mas deve ser entendida em dois momentos. O primeiro deles diz respeito ao período que vai de 1976 a 1983, com um programa econômico que foi implementado logo na instauração da ditadura militar, de cunho extremamente ortodoxo, em cujas bases havia políticas de congelamento de salários, liberalização de preços, abertura comercial – reforçada por uma forte valorização cambial, que acabava por estimular as importações, em detrimento da pauta de exportações predominantemente primária –, abertura quase irrestrita do fluxo de capitais externos, bem como redução da oferta de moeda. O que se viu foi o efetivo ingresso do país no "novo padrão de acumulação dependente neoliberal", com uma reestruturação produtiva baseada nos moldes de inserção externa com vantagens comparativas e tendo como resultado uma exposição da indústria nacional à concorrência internacional desigual, a conseqüente ampliação do endividamento público e privado e, mais adiante, a intensificação da entrada de capitais externos especulativos sustentada por altas taxas de juros. Todo este processo fez crescer ainda mais o endividamento, a desindustrialização e financeirização da economia, o que, como mostra Cano (2000), redunda em baixas taxas de crescimento, ampliação do desemprego e da precarização do mercado de trabalho e distribuição regressiva de renda e riqueza.

No período intermediário que vai de 1983 a 1989, o governo Raúl Alfonsín rompe com o ajuste ortodoxo aplicado até então e opta por uma política econômica de caráter mais heterodoxo para o enfrentamento dos problemas deixados pela gestão anterior. O fracasso da estratégia se faz evidente e encerra-se o período com um processo hiperinflacionário bastante

avançado, com baixo crescimento do PIB, ampliação do desemprego, queda salarial e distribuição da riqueza de maneira ainda mais regressiva que no governo militar do General Videla, imediatamente anterior.

Com este pano de fundo, Carlos Menem é eleito em 1989 representando a vitória da oposição sobre o governo Alfonsín, extremamente desgastado diante dos resultados negativos alcançados com sua política econômica. A partir de então, tem início *"uma nova e mais radical implementação do ideário neoliberal na economia argentina"* (CARCANHOLO, 2002: 93) – que se justifica sob o argumento de que o "afrouxamento" na aplicação das políticas desta natureza no governo anterior tornaram a situação da Argentina ainda mais débil –, englobando as reformas do Estado, do mercado de trabalho e da previdência, bem como as reformas comercial, financeira e tributária, não necessariamente nesta ordem.

3.1.1 Implementação das Reformas Estruturais no Início dos Anos 90

As reformas estruturais impostas no período seguem bem a linha do que se propunha no Consenso de Washington. A reforma do Estado envolvia, inicialmente, transformações nas instituições públicas, objetivando principalmente a redução do número de funcionários da administração pública por meio de redução do número de direções, secretarias e outros órgãos afins, bem como de uma reorganização administrativa. De maneira complementar, está incluído na reforma do Estado um programa de desregulamentação cuja intenção era, em geral, a de promover o afastamento do setor público enquanto regulador e incentivador de algumas atividades econômicas específicas ou, pelo menos, a de suprimir a atuação das agências reguladoras.

Este processo de reforma do Estado, para que pudesse se efetivar, tinha por detrás uma política de privatizações e concessões de serviços públicos, cuja aplicação se deu de forma extremamente rápida, sob a justificativa de que *"Menem precisava 'mostrar serviço' ao capital internacional"* (CANO, 2000: 125), no sentido de ter acesso ao crédito e à conseqüente possibilidade de renegociação de sua dívida externa – para o que as políticas de abertura e de privatização de estatais se mostravam indispensáveis e foram levadas ao limite, sendo que setores estratégicos para o desenvolvimento tais como telecomunicações, transportes, eletricidade, siderúrgicas, empresas produtoras de gás e petróleo, foram impetuosamente transferidos para as mãos de grandes grupos transnacionais.

Críticas relevantes a este processo de privatizações envolvem as constatações de que foi um projeto executado de forma muito rápida – especialmente quando se considera que as principais empresas privatizadas não eram deficitárias, tal como argumentava o governo, de modo que o Estado perde os lucros provenientes dessas empresas e os impactos positivos de seus reinvestimentos e, assim, alcança uma atenuação em seu déficit fiscal no longo prazo –, com os ativos sendo vendidos a preços abaixo do seu valor real. Além disto, Cano (2000) ressalta que, após ter sido concretizado o programa privatista, ocorre uma fragilização das normas regulatórias sobre os serviços privatizados, um evidente aumento da concentração privada de capital – o que nega o argumento do aumento da concorrência no mercado utilizado para justificar os processos de abertura comercial –, uma desconexão entre os investimentos dos setores privatizados e as estratégias de desenvolvimento do país e, por fim, desequilíbrios no balanço de pagamentos no longo prazo dados por um aumento nas remessas de lucros e de juros – o que desconstrói o argumento do efeito positivo das privatizações em relação à dívida externa.

A reforma comercial do governo Menem consistia, basicamente, na adoção de mecanismos capazes de atender às pressões externas em favor de maiores abertura comercial e liberalização econômica, muito embora tenha sido estimulada também por objetivos de mais curto prazo tais como controle inflacionário e equilíbrio fiscal. A estratégia era a de liberalizar as importações, o que deixaria a indústria nacional exposta à concorrência internacional (evidentemente desigual), forçando a uma baixa interna de preços. Isto foi reforçado pela forte valorização cambial posta em prática logo no início do governo, tornando mais baratos os produtos importados, e com a instituição do Plano de Conversibilidade em 1991, que proíbe a indexação de preços e permite pagamentos em moeda estrangeira. Com este pano de fundo, as principais medidas adotadas primaram pelo aumento de impostos e diminuição de subsídios sobre exportações e pela facilitação sobre importações, especialmente de bens de capital, que tem suas restrições totalmente eliminadas em 1991. Isto produz um fortalecimento do comércio internacional de mercadorias, ampliação das importações e também das exportações.

Como complemento à reforma comercial ocorre, de maneira muito mais radical, a reforma monetária e financeira objetivando, evidentemente, uma maior abertura e desregulamentação dos mercados referentes a esta esfera de valorização. Para tanto, *"já no final de 1989 foram suprimidas todas as restrições sobre transações em divisas e investimento externo (seja investimento direto ou de carteira)"* (CARCANHOLO, 2002: 96), de modo que os níveis de abertura financeira chegam a um estágio muito próximo ao seu

limite. Uma importante medida no sentido de fortalecer os graus de abertura é a adoção do Plano de Conversibilidade, com o que se autoriza a realização de depósitos, contratos e pagamentos em moeda estrangeira e a livre conversibilidade entre a moeda nacional e o dólar, intensificando o processo de dolarização da economia argentina, tal como mostra a Tabela 3.1, na seqüência.

Tabela 3.1 – Composição dos Depósitos Bancários da Argentina: 1988-1998
(em US$ bilhões)

	1988	**1989**	**1990**	**1991**	**1992**	**1993**	**1994**	**1995**	**1996**	**1997**	**1998[1]**
Total	12,6	10,6	10,2	14,5	24,6	38,2	45	43,2	53,2	68,4	76,8
Em pesos[2]	90,2	88,5	72,2	55	55,5	52,8	-	45,7	46,9	46,4	44,9
Em US$[2]	9,8	11,5	27,8	45	45,5	47,2	-	54,3	53,1	53,6	55,1

1-dados até setembro.
2- como % do total.
Fonte: HERMANN (2000: 35) apud. CARCANHOLO (2002: 94)

Além disso, como bem lembra Cano (2000), são também fixados limites de capital aos bancos, diminuídos os encaixes, eliminado o crédito dirigido e concedida independência ao Banco Central (BC), o que impõe limites ao redesconto e a empréstimos a instituições financeiras e restringe o financiamento ao governo e seus bancos à venda de títulos emitidos pelo governo (muito embora este radicalismo tenha sido obrigado a rever suas posições por conta da crise de 1994-95, fazendo com que o BC voltasse a ser prestamista de última instância para enfrentar problemas de iliquidez transitória).

Neste processo, o capital estrangeiro ganha maior grau de liberdade e passa a ser tratado igual ao capital nacional em termos creditícios, regulatórios e tributários, de modo que o IDE fica liberado para diversos setores estratégicos como informática, telecomunicações e eletrônica e até mesmo serviços sanitários, eletricidade, gás e correios, por meio da lei de privatizações. O aspecto mais grave deste processo é que, ao conceder plena liberdade de movimentação cambial, as restrições sobre remessas de lucros ou repatriações perdem seu sentido e isto se reflete na estrutura do saldo em transações correntes da Argentina. Para além disto, chega-se a uma situação de intensa concentração de capital financeiro e desnacionalização – com os bancos privados internacionais ocupando parte majoritária do mercado local –, bem como de ampliação da fragilidade financeira das instituições argentinas

e de conseqüente agudização da vulnerabilidade externa do país, que culmina com perda de autonomia política por parte do governo. Trataremos a questão da vulnerabilidade externa mais adiante.

Objetivando, de imediato, uma atuação sobre a crise fiscal e, a médio e longo prazo, a desoneração das exportações e um ajuste fiscal que pudesse dar conta do desequilíbrio estrutural que o endividamento externo e interno gerou nas contas públicas, a reforma tributária foi realizada basicamente entre 1990 e 1993. Os efeitos na carga tributária, no entanto, podem ser decorrentes tanto da reforma propriamente dita, quanto da estabilização dos preços e do crescimento da economia no período. As principais medidas foram: reorganização do fisco, com focalização dos esforços da arrecadação e fiscalização nos impostos sobre a renda, IVA e Seguridade Social, instituição de nova legislação punitiva, eliminação de várias isenções e antigos privilégios fiscais, queda nas alíquotas de imposto de renda pessoal, criação do imposto sobre ativos e promulgação da lei de anistia fiscal para estimular o retorno dos capitais que deixaram o país.

A reforma do mercado de trabalho visava, como se sabe, à flexibilização e desregulamentação deste mercado, num processo que criava benefícios à classe capitalista em detrimento dos trabalhadores. Por este motivo, a reforma foi iniciada em 1991, gerando fortes descontentamentos e oposições ao governo por parte dos sindicatos. Foram impostas mudanças em termos de negociação salarial, que passava a ser feita com base na produtividade, e de contratos de trabalho temporários, cuja duração foi reduzida de dois anos para seis meses, além de terem sido criados vários programas de emprego temporário a baixos salários e sem nenhum direito trabalhista e de terem sido ampliados o período de experiência e a contratação de jovens e mulheres em condições de trabalho precário. Estas são algumas das muitas medidas regressivas adotadas no âmbito da reforma trabalhista, que priorizaram a desoneração dos empresários a despeito das condições de trabalho impostas ao proletariado.

Como complemento à anterior, a reforma previdenciária foi promulgada em 1993 e atuou no sentido de priorizar o capital privado às custas dos prejuízos impostos à classe trabalhadora. Através dela, *"o governo socializou os prejuízos do antigo e do novo sistema e privatizou os lucros do novo"* (CANO, 2000: 135) com a criação do sistema privado de capitalização em substituição ao anterior.

Para dar sustentação ao programa de reformas estruturais e completar a agenda das reformas neoliberais, no início do governo Menem, sob o comando do ministro Domingo Cavallo, é aplicado um programa de estabilização ortodoxo inspirado pelo BIRD que engloba como principais medidas: reajuste de tarifas públicas, elevação intensa dos juros nominais,

reestruturação da dívida pública, com dilatação do seu prazo de vencimento, suspensão de subsídios e incentivos fiscais de maneira temporária, aumento de impostos sobre exportações, acordos de preços com as grandes empresas, baixos reajustes salariais e cortes nos gastos públicos, especialmente em investimentos. O resultado foi, de imediato, desequilíbrio fiscal e hiperinflação, que atinge a casa dos 5000%, ampliação da dolarização da economia e recessão, com taxa de crescimento de -6,2% no período. (CANO, 2000: 137)

Em 1990, então, adota-se um novo plano (*Plan Bonex*) que, no geral, elevou as taxas de juros reais – que oscilaram entre 80 e 150% ao ano –, promoveu a troca compulsória dos depósitos a prazo por títulos de dívida pública dolarizados, pagáveis em 10 anos, com cobertura cambial a favor do governo, e promoveu valorização cambial em 41%. Os resultados permanecem ruins, com taxa de crescimento de -1,8% e inflação de 2314,7% (CARCANHOLO, 2002: 93).

Em 1991, a equipe econômica lança um novo plano (*Plan de Convertibilidad*), ainda mais duro que os anteriores, a partir do qual se introduz a ancoragem cambial fixada na relação de 10.000 austrais (moeda argentina na época) por dólar. O resultado é uma maior dolarização da economia, ao ponto de que a expansão dos meios de pagamento em moeda nacional fica restrita aos ativos externos, títulos públicos emitidos em moeda estrangeira e ao montante de reservas depositados no Banco Central. Além disto, ocorre alta dos juros reais, desindexação obrigatória com conversão dos saldos devedores em moeda nacional à taxa cambial, congelamento de salários dos funcionários públicos e condicionamento do aumento dos salários dos trabalhadores do setor privado ao aumento da produtividade, aluguéis e alguns serviços temporariamente congelados, acordo de preços com empresários, acordo com credores externos para gerar atrasados comerciais e financeiros para aumentar as reservas. (CANO, 2000: 138)

No curto prazo, as práticas foram exitosas em alcançar a estabilização (a inflação alcança 171,7% em 91 e 24,9% em 92). No entanto, *"o mar de rosas não demoraria a mostrar seus espinhos. O êxito da estabilização trouxe seqüelas graves"* (Ibidem, p. 139): câmbio e abertura comercial baratearam as importações e os serviços internacionais, provocando queda no saldo em transações correntes, cujo rombo foi coberto por uma forte entrada de capital estrangeiro autônomo – US$ 44 bi, sendo US$ 12 bi em IDE, dos quais US$ 5,3 bi foram para privatizações (CARCANHOLO, 2002: 98) –, que faz crescer a dívida externa. No plano financeiro privado, os altos juros internos e as restrições ao crédito nacional impostas pela política de estabilização macroeconômica favoreceram a expansão do crédito bancário via repasses de empréstimos internacionais de curto prazo. Entretanto, como seus

tomadores eram, em geral, famílias e comércio varejista, este crédito foi destinado, sobretudo, à aquisição de bens de consumo duráveis e à formação de capital de giro das pequenas empresas (CANO, 2000: 140).

Ocorre também que a crise mexicana gera apreensões e cuidados dos banqueiros relativamente aos países que apresentavam sintomas de fragilidade em suas contas externas. O aumento da incerteza e do risco afugenta o capital e aumenta os depósitos dolarizados na economia, restringindo o crédito corrente. Isso e a diminuição do crédito externo explicitam o lado financeiro interno da crise, o que exige a suspensão temporária da independência do Banco Central (concedida em 92) e o papel das forças de mercado através de forte intervenção, créditos emergenciais e uma política de financiamento para privatizações, fusões e vendas de bancos (principalmente para o capital estrangeiro), o que aumenta a concentração bancária e financeira.

Em termos mais pontuais, o resultado que se tem no contexto dos anos 90 – que envolve também os governos De la Rúa e Duhalde que, embora baseados em discursos distintos daqueles anunciados por Menem, não mudaram significativamente a orientação conservadora da política econômica – é um ínfimo crescimento nos níveis de consumo e investimento quando comparados com a década de 80, graças à drástica redução do investimento público (de 25% para 6,5% do investimento total); um crescimento expressivo do PIB em sentido eminentemente consumista-importador; o aumento dos juros internos e externos; aumento do déficit público como resultado da recessão e dos altos índices de desemprego; dificuldade em sanear este déficit por conta do processo de privatizações; forte entrada de capitais no intento de cobrir o rombo externo, o que acaba por aumentar as reservas e também a dívida externa; e acréscimo da remessa de lucros, tendo em vista a elevação de IDE, grande parte em privatizações.

Em termos sociais[52], há a efetiva elevação do desemprego e precarização do mercado de trabalho através de ampliação dos contratos temporários e dos períodos de experiência, além de aumento da informalidade. O salário mínimo real é menor que na década de 80 e a distribuição de renda reflete a profunda deterioração daqueles que ganham menos, sendo que, de 1990 a 1998, a participação dos 20% mais pobres na renda passa de 5,7% para 4,2% e a dos 20% mais ricos sobe de 50,8% para 53,2%. O gasto público social de todo o setor público

[52] O tema da distribuição de renda e da precarização no mundo do trabalho será tratado mais detidamente na seção 3.3, ficando aqui apenas um breve comentário acerca da situação social geral resultante da estratégia de desenvolvimento adotada pela Argentina na década de 90.

aumenta ligeiramente, mas isto não significa que maiores gastos implicam em melhor atendimento, dada a alteração dos preços relativos dos serviços. (CANO, 2000: 149-151)

Neste cenário, chega-se à crise argentina de 2001, como conseqüência *"das sucessivas transferências de fundos e dos compromissos de ajuste que asfixiaram a atividade produtiva"* (BECERRA et. al., 2004: 112). A saída imediata para a recuperação é o rompimento com a conversibilidade vigente até então e a desvalorização cambial como forma de estimular as exportações e o crescimento econômico por esta via. Isto de fato ocorre, especialmente nos setores de gás, petróleo e soja: das exportações realizadas pelos grandes grupos econômicos, 85% foram de empresas estrangeiras que comandam estes setores, fortemente beneficiados pela elevação dos preços desses produtos no mercado internacional.

Para além disto, em 2001 é declarado o *default* e feita uma opção pelo refinanciamento da dívida externa e renegociação de seus vencimentos, de modo que o pagamento aos organismos multilaterais é privilegiado e são pagos pontualmente os juros e parte do montante total. Conseqüentemente, após o "maior *default* da história mundial" a dívida argentina sobe de 51% do PIB (antes da crise) para 100% do PIB (após o refinanciamento) e ainda assim há os que argumentam que a renegociação foi vantajosa no sentido de que permitiu a extensão de seus prazos de pagamento, que agora se desdobram até 2089. (RESELS, 2004) E a divida segue sendo impagável como o foi até o momento, mesmo porque a perspectiva é a de que os prazos de pagamento se estendem perpetuamente diante das necessárias renegociações que certamente ocorrerão.

Com isto, fica claro que a coexistência da recuperação e do superávit comercial com o *default* não significa que ambos os processos guardem alguma relação, tal qual argumentam muitos economistas. Ou seja, não é lícito afirmar que o *default* foi o responsável pelo crescimento e pela ampliação das exportações. Contrariamente, a renegociação da dívida externa transformou-se num mecanismo que atende a interesses de grupos financeiros específicos e favorece muito fortemente o grande capital local, além de implicar em mais endividamento, em uma atenuação da transferência de recursos para o exterior e de contribuir com a legitimação de uma dívida fraudulenta e abusiva, conforme veremos na próxima seção.

3.1.2 O Atual Governo Néstor Kirchner

Conforme apontam Becerra et. al. (2004, p. 109), Kirchner assume logo após a crise argentina de 2001 *"com uma retórica antiliberal [com a qual] o governo pretende ocultar*

que o modelo de baixos salários, de consumo segmentado e de investimentos voltados para o setor primário se mantém invariável". Propaga-se o antiliberalismo e o "retorno do Estado" à economia e aos serviços públicos, com um discurso veemente de que está encerrado o período de ajustes neoliberais contra a população e de que será priorizada a atenção à agenda social, mas o que se tem de fato é um modelo econômico condicionado pela opção de pagamento da dívida externa com base num superávit orçamentário que termina por consolidar a degradação social e o empobrecimento da população argentina[53]. A transferência de recursos para fazer face aos serviços da dívida externa se apresenta como um dado imutável da realidade e os efeitos perniciosos desta situação são veladamente desconsiderados, de modo que o povo argentino fica submetido ao ajuste, *ad infinitum*, tendo em vista que a renegociação se perpetua na medida em que implica em incremento do endividamento: a idéia é a de tomar fundos, pagar serviços, refinanciar o principal, aumentar o endividamento e assim sucessivamente, numa dinâmica incessante.

Sob o argumento de que, para que a Argentina possa se manter "dentro do mundo", é necessário efetivar acordos com o FMI e os demais organismos multilaterais, o governo optou, desde o início do *default*, por destinar 3% do PIB para o pagamento de dois grupos distintos de credores:

> os [próprios] organismos internacionais e os detentores nacionais dos títulos emitidos depois do "default". Os demais credores [que em sua maioria são pequenos poupadores estrangeiros induzidos a adquirir os arriscados títulos argentinos] ficaram com sua situação suspensa e com eles se discutem opções de liquidação do passivo e a extensão dos prazos de pagamento (Ibidem, p. 112)

Em relação ao primeiro grupo, que responde pelos credores e capitalistas internacionais, o que se tem é a legitimação de uma dívida fraudulenta – gestada *"sob uma ditadura através de autoempréstimos e securitização cambial, que aumentaram posteriormente com sucessivas renovações dos bônus, para cobrir déficits fiscais, que financiaram a fuga de capitais e os subsídios aos grupos empresariais"* (Ibidem, p. 113) –, que já foi devidamente paga e refinanciada várias vezes de maneira completamente abusiva e arbitrária.

[53] Vale salientar que Kirchner, evidentemente, não é igual a Menem, este sim um "neoliberal mais puro-sangue". Entretanto, o caráter pretensamente alternativo de seu governo deve ser bastante relativizado, principalmente no que diz respeito ao seu compromisso com o grau de abertura externa e continuidade do pagamento do serviço da dívida.

Esta legitimação se verifica justamente nos acordos contínuos que o governo argentino estabelece com o FMI e nas concessões que necessariamente permeiam esses acordos. Com a crise, ao invés de refinanciar a dívida externa argentina através da concessão de novos empréstimos, o Fundo esgotou as divisas do país para reduzir seus riscos e prossegue com uma estratégia de acompanhamento das contas nacionais no intuito de absorver qualquer acréscimo de recursos arrecadados pelo governo, afirmando que estas práticas são imprescindíveis no sentido de manter a confiabilidade por parte dos investidores.

No que diz respeito ao segundo grupo de credores que são priorizados quando das negociações posteriores à crise, o que se nota é que são mantidos os privilégios direcionados aos capitalistas locais, privilégios estes firmados ainda em governos anteriores em função de suas estreitas relações.

Em qualquer dos casos, ocorre que a renegociação da dívida implica na manutenção de um superávit fiscal que, atualmente, se encontra na casa dos 3%, mas que está sujeito a ampliações de acordo com as possíveis imposições por parte dos credores, em geral, e do FMI, em particular. Seu montante atual seria suficiente para pagar 3 vezes todo o salário coberto pelo Estado, 15 vezes o orçamento da saúde, 5 vezes o da educação e quase todo o custo anual da seguridade social (MARCHINI, 2005). O ponto fundamental neste processo é que, para que seja garantido este excedente de recursos, a população deve se submeter a uma série de sacrifícios e a baixos salários, mesmo numa conjuntura de elevado saldo comercial e de crescimento econômico. Deste modo, ao mesmo tempo em que são destinados 9 bilhões de pesos para o pagamento da dívida, apenas 2,5 bilhões são voltados para o desenvolvimento social, 3,6 bilhões para a educação e 1,5 bilhão para a saúde (Ibidem, p. 115).

Nestas circunstâncias é promovida a chamada lei de responsabilidade fiscal, imposta pelo FMI à Argentina como parte das obrigações assumidas pelo país na ocasião do acordo firmado em setembro de 2003. A finalidade da lei, tal como aponta Méndez (2004, p. 99), está definida em seu artigo primeiro e menciona a necessidade de estabelecer regras gerais de comportamento fiscal e de dotar a gestão pública de maior transparência. Seu objetivo claro é o de congelar os gastos primários, acumulando um superávit fiscal que assegura o pagamento progressivo da dívida externa. Neste intuito, a exigência é a de que os gastos públicos primários não superem o crescimento nominal do PIB nacional, isto é, os gastos primários nacionais e provinciais só podem crescer na medida mesma em que cresça o PIB, na mesma proporção de seu aditamento. Deste modo, *"si una provincia mejorara su recaudación tributaria, el excedente logrado no puede aplicarlo a mejorar la situación social, pues el*

único gasto que puede aumentar em su presupuesto es el destinado al pago de la deuda externa" (Ibidem, p. 101).

Ademais, os programas de promoção social, saúde e educação são transferidos do Governo Central para as províncias, tanto no que diz respeito à sua aplicação, quanto no que se refere ao seu financiamento. Ou seja, os recursos e os esforços de implementação destes programas deixam de ser responsabilidade da nação e passam para as mãos das províncias. Os recursos que seriam destinados às províncias para o atendimento a estas questões são utilizados para liberação de fundos que facilitem as saídas de capitais, para o pagamento dos serviços da dívida e para cobertura do déficit orçamentário nacional (MÉNDEZ, 2004: 98).

Partindo desses condicionamentos, as províncias que conquistassem uma ampliação do PIB em proporção superior ao produto nacional, deveriam destinar esses recursos excedentes ao pagamento da dívida externa. Contrariamente, as províncias que tivessem crescimento do PIB em nível inferior ao nacional, estariam sujeitas – e isto de fato ocorreu – à adoção de uma estratégia de corte de gastos justamente nestes setores destinados à promoção social e de congelamento de salários, que, efetivamente, chegaram a patamares inferiores ao da linha de pobreza, inclusive atingindo, em alguns casos, níveis abaixo daqueles considerados como de indigência.

Ressalte-se o agravante de que o Governo Central assume poder de veto diante das aspirações de gastos e endividamentos por parte das províncias, de modo que quaisquer destas pretensões devam ser previamente solicitadas e aprovadas pelo Governo Central. Deste modo, a lei de responsabilidade fiscal não foi criada para ordenar as contas nacionais, mas para que fossem gerados excedentes fiscais que assegurassem o pagamento da dívida externa e as províncias são submetidas a estes objetivos. Trata-se de um mecanismo de extorsão política da nação para com as províncias em nome do cumprimento dos compromissos externos. Adicionalmente, é uma lei que, além de promover o congelamento de gastos, reduz à sua mínima expressão o investimento público.

Complementando estas questões de fundo, ocorreu no período um intenso processo de (re)primarização da economia, calcado no crescimento das exportações principalmente de gás, petróleo e soja – que foram beneficiados tanto pela desvalorização pós *default* como pelo aumento internacional dos preços destes produtos –, e portanto, um fortalecimento da já estabelecida internacionalização da economia.argentina, tendo em vista que o controle destes setores produtivos se encontra nas mãos de grandes grupos multinacionais.

Acerca destes aspectos, o governo Kirchner parece agir em defesa das petroleiras que têm sido privilegiadas por políticas de baixas restrições às exportações, permitindo que estas

empresas alcancem altíssimos níveis de rentabilidade, políticas de financiamento público para a realização de obras (gasodutos, em especial) e aumento de tarifas de gás e eletricidade. Além disto, as multinacionais petroleiras têm liberdade de exploração das reservas nacionais de gás e petróleo, quando na verdade estes recursos deveriam ser considerados como bens estratégicos por parte do Estado, tornando imperativa a imposição de regras de exploração das reservas, que já têm seu horizonte de existência bastante reduzido. Deste modo, desenha-se um modelo através do qual o poder público financia os investimentos e o poder privado administra os negócios e acumula os lucros em seus países de origem.

Todas estas questões apontam para uma crescente perda de autonomia política por parte do governo argentino, de modo que a dívida externa, além de ser um mecanismo para aspirar recursos da periferia em direção aos centros imperialistas, transformou-se num mecanismo para que estes mesmos centros possam controlar a economia argentina e os demais países da periferia global (MÉNDEZ, 2004: 96).

Os problemas econômicos e sociais não são menos evidentes e, conforme apontam Méndez (2004) e Katz (2004a), certamente não se resolvem se não se esquecer a dívida e não se romper com o FMI, o Banco Mundial e o BIRD. Um projeto de desenvolvimento nacional sustentável requer a reestatização das empresas privatizadas, especialmente em setores estratégicos como o energético e o de transportes; o crescimento econômico alcançado carece de uma reforma tributária que permite sua melhor distribuição; é urgente retroceder nos níveis de pobreza, indigência e desemprego hoje alcançados pela economia argentina.

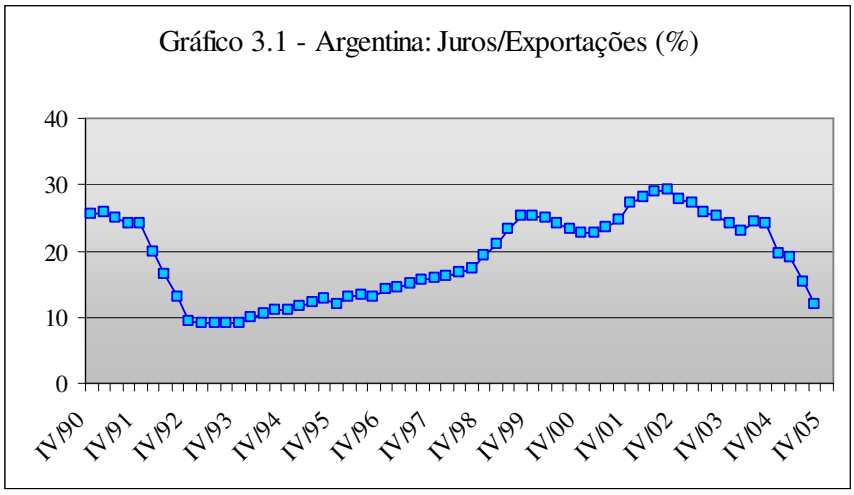
Em meio a este turbilhão de medidas de caráter indiscutivelmente neoliberal, houve episódios animadores no sentido da construção de uma via alternativa à do "estilo K" – expressão utilizada por García (2005) para ironizar a linha liberal conservadora com camuflagens progressistas seguida por Kirchner. Um exemplo disto é a recuperação, por parte dos trabalhadores, das empresas "abandonadas" e o estabelecimento de um movimento em favor da redução da jornada de trabalho para 6 horas diárias com aumentos salariais, o que melhoraria as condições de vida da população, criaria mais postos de trabalho e melhoraria a demanda interna.

3.2 Evolução Estrutural/Conjuntural dos Indicadores de Vulnerabilidade a partir das Crises Externas Vividas no Período

Constatados os impactos negativos provocados pelo extraordinário plano de abertura comercial e financeira implantado pela Argentina na década de 90 e pela sustentação da estratégia neoliberal com privilégio ao pagamento da dívida externa até os dias atuais, torna-se especialmente importante tratar, de forma particular, dos indicadores de vulnerabilidade externa[54] – à luz das crises cambiais de dezembro de 1994 no México, de 1997 na Ásia, de 1998 na Rússia, de janeiro de 1999 no Brasil e da própria crise argentina de 2001 – e dos respectivos resultados alcançados pelo país com base num intenso processo de fragilização financeira vivido ao longo do período. Com isto, acreditamos ser possível apontar para aquilo que pretendemos comprovar neste nosso estudo, notadamente que este país, bem como todos os outros periféricos, teve sua situação de dependência aprofundada a partir da intensificação de sua vulnerabilidade, tal como argumentamos no capítulo anterior. Para tanto, nos limitaremos a considerar os índices tradicionais de vulnerabilidade externa e as variáveis macroeconômicas basilares referentes ao setor externo que refletem esta condição e, a partir daí, tentaremos perceber as derivações que produzem a exacerbação da dependência nos moldes do que foi tratado pela teoria marxista da dependência.

Iniciando com a análise do indicador que reflete a relação entre juros e exportações (Gráfico 3.1), percebemos que há uma queda nesta relação – que passa de 25,4% ao final de 1990 para apenas 9% no último trimestre de 1993 – em virtude necessariamente de uma queda no pagamento de juros, tendo em vista que as exportações se mantêm praticamente estáveis. Neste momento o indicador passa por uma suave ampliação em função da crise mexicana de 1994, que força a uma ampliação dos juros argentinos para que possa ser garantida a atração de capitais externos, atingindo novamente, em 1999, os patamares originais do início da década. Esta tendência também se fortalece neste intervalo de tempo graças, em boa medida, às crises cambiais asiática, russa e brasileira.

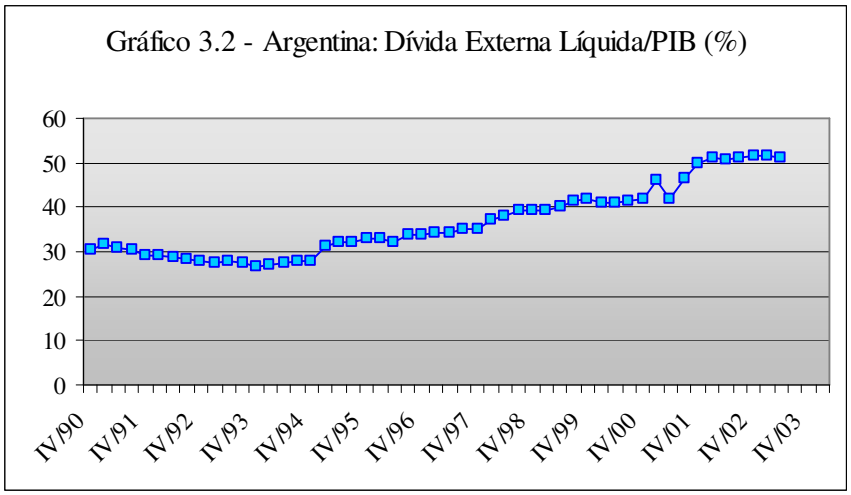
[54] Os dados utilizados para a construção dos indicadores de vulnerabilidade externa argentinos são todos provenientes da Dirección Nacional de Cuentas Internacionales do Ministerio de Economía e Producción de la República Argentina (MECON) e estão disponíveis em: http://www.mecon.gov.ar/cuentas/internacionales/. As tabelas que deram origem aos gráficos foram elencadas no Anexo 1 do presente trabalho.



Fonte: MECON, Dirección Nacional de Cuentas Internacionales.

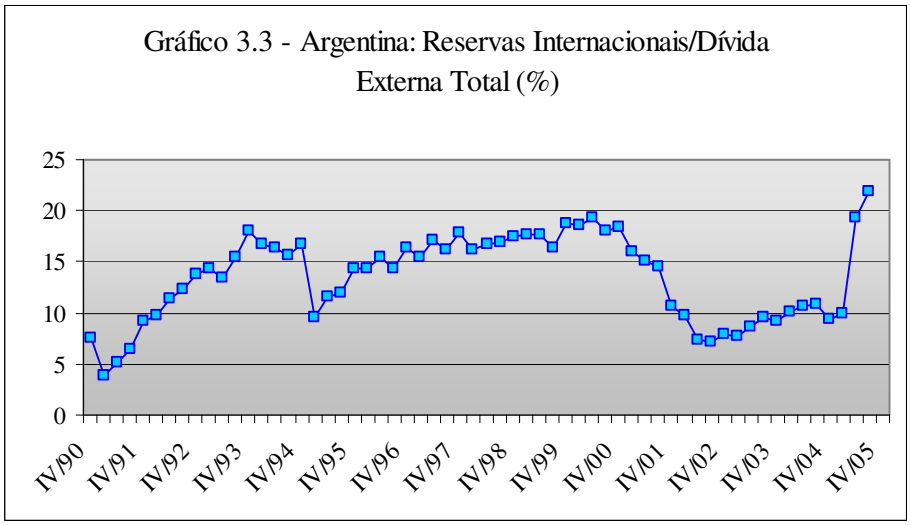
A partir de 2002, há uma queda quase constante nessa relação como fruto de um crescimento das exportações – e de um conseqüente saldo positivo na balança comercial – e de uma suave queda do pagamento de juros por conta do processo de reestruturação da dívida externa empreendido a partir de 2001.

Quando se avalia a dívida externa líquida como proporção do PIB (Gráfico 3.2), o que se observa é que este índice apresenta uma trajetória praticamente linear do início da década até 1994 (crise mexicana), ano a partir do qual este movimento se reverte em crescimento continuado até o início de 2003, quando atinge a casa dos 51%, muito embora tenha havido uma ligeira interrupção desta tendência entre 2000 e 2001 como conseqüência dos primeiros indícios da crise argentina do período. Este curto período de interpelação e o retorno do índice à trajetória de crescimento apenas comprovam aquilo que Katz (2005), Lucita (2005), Becerra e Méndez (2005) e Gigliani (2005) haviam enfatizado, de que a reestruturação da dívida no governo Kirchner – e mesmo em outros momentos anteriores – não tem conexão necessária com o crescimento econômico, tal qual argumentam organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI. Antes pelo contrário, o refinanciamento da dívida atende a interesses de grupos financeiros específicos e favorece muito fortemente o grande capital local, além de implicar em mais endividamento, em uma atenuação da transferência de mais-valia para o exterior e de contribuir com a legitimação de *"una deuda fraudulenta, que ya fue paga varias veces"* (KATZ, 2005: 12).



Fonte: MECON, Dirección Nacional de Cuentas Internacionales.

O Gráfico 3.3 diz respeito ao montante de reservas internacionais em relação à dívida externa total. Esta proporção cresce bastante nos primeiros anos da década de 90 – atingindo os 18,06% ao final de 1993 e 16,68% ao final de 1994 – como decorrência do processo de abertura financeira que provocou uma intensa entrada de capitais externos na economia argentina, fazendo com que fossem ampliadas de maneira considerável as reservas internacionais vis-à-vis as ampliações sofridas pelo montante da dívida externa (que ocorreram em proporção inferior).



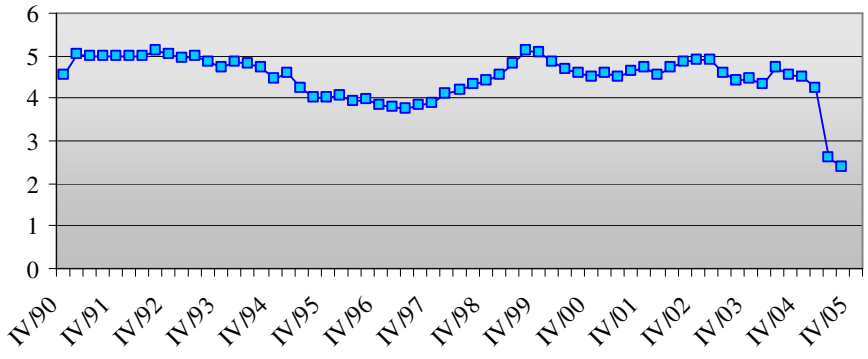
Fonte: MECON, Dirección Nacional de Cuentas Internacionales.

A partir daí, como reflexo da crise mexicana, os capitais são afugentados e ocorre uma forte saída de recursos e a conseqüente redução no nível das reservas internacionais, levando

o índice a patamares muito baixos, próximos dos 9,5%. Logo ao final de 95 as reservas recuperam sua trajetória ascendente até finais de 2000, quando há nova reversão por conta do reordenamento da dívida, da conseqüente absorção das reservas internacionais por parte do FMI como forma de diminuir sua exposição ao risco, da também conseqüente ampliação do endividamento própria dos processos de refinanciamento e do pagamento de vários títulos *defaulteados*. No terceiro trimestre de 2002 chega-se ao índice mais baixo desde o início do projeto neoliberal, 7,18%, mais por conta de queda nas reservas internacionais do que propriamente por redução do endividamento. Até o segundo trimestre de 2005 este indicador oscila entre 7 e 10%, quando sofre uma ampliação abrupta, atingindo os 19,38% e os 21,86% no trimestre posterior.

O indicador de dívida externa líquida sobre a soma de exportações anuais (Gráfico 3.4) exibe a quantidade de anos necessários para pagar a dívida externa com os recursos oriundos das exportações para cada período, de modo que, quanto mais baixo se apresenta o índice, mais cômoda é a situação e vice-versa. Sendo assim, para a Argentina, do início dos anos 90 até a eclosão da crise do México a proporção se mantém relativamente estável entre 4,5 e 5 anos. De 1995 até 1997 há queda no número de anos e, portanto, o índice se apresenta em melhor estado. Esta situação é resultante de uma ampliação no nível das exportações em proporção superior ao aumento da dívida externa, ressaltando que, embora de fato haja ampliação das exportações, os produtos que compõem a pauta estão no grupo das *commodities* ou daquelas mercadorias de baixo valor agregado.

Gráfico 3.4 - Argentina: Dívida Externa Líquida/Exportações (anos)



Fonte: MECON, Dirección Nacional de Cuentas Internacionales.

A partir de 1997 a relação volta a crescer em função da crise asiática e, conforme percebem Painceira e Carcanholo (2002, p. 14), o faz *"de maneira mais acentuada nas crises russa e, principalmente, brasileira"*. Após esse período, no início de 2001, o indicador apresenta uma queda suave que assume uma tendência de estabilidade até o segundo trimestre de 2005, momento a partir do qual ostenta seus níveis mais baixos, 2,61 e 2,37 anos no terceiro trimestre, tanto em função de queda no montante da dívida externa quanto em função de ampliação das exportações.

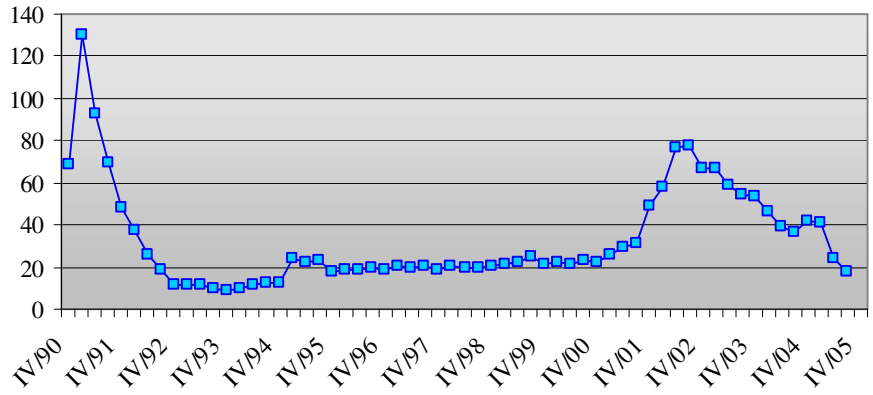
No tratamento dos juros pagos e do serviço da dívida externa (que engloba amortizações e juros sobre a dívida), ambos sendo considerados relativamente às reservas internacionais (Gráficos 3.5 e 3.6), temos uma queda bastante acentuada na relação juros/reservas, que passa de 131% no início de 1991 para apenas 9% ao final de 1993 e 12% ao final de 1994. Este comportamento se justifica com base nas modificações implementadas quando do lançamento do *Plan de Convertibilidad* e sua atuação no sentido de atrair capitais externos objetivando uma ampliação das reservas internacionais, o que de fato ocorre, de modo que as mesmas variam de US$ 2,3 bilhões no início de 1991 para US$ 14,3 bilhões no último trimestre de 1994. Dada a crise mexicana neste último ano e a conseqüente fuga de capitais, as reservas são reduzidas quase que à metade no início de 1995 (US$ 8,4 bilhões), o que, somado à ampliação do pagamento de juros sobre a dívida – que se sustenta até os dias atuais –, e aos impactos da crise argentina de 2001 – quando as reservas internacionais são fortemente reduzidas e apropriadas pelos organismos internacionais –, produz uma nova elevação do indicador que chega aos 77% no segundo e terceiro trimestres de 2002 e 67% nos dois trimestres subseqüentes. Embora as reservas voltem a subir após terem sido superados os efeitos da crise do México, fazendo cair o indicador, elas demonstram certa oscilação, e sofrem uma queda rigorosa no período que se estende de finais de 2001 a finais de 2003, como resultado, mais uma vez, do processo de renegociação da dívida externa, com as reservas chegando a atingir a casa dos 9,4% justamente no segundo e terceiro trimestres de 2002. Isto, evidentemente, contribuiu com a drástica elevação do índice no período, já mencionada anteriormente. Após esta fase, as reservas voltam a subir e o indicador se mostra descendente a partir de então.

No que tange ao serviço da dívida[55], como os juros seguem uma trajetória de crescimento ao longo do período e as amortizações acompanham este mesmo movimento até

[55] Os dados referentes ao serviço da dívida externa foram levantados, no caso da Argentina, a partir do terceiro trimestre de 1995, de modo que os indicadores que envolvem esta variável – quais sejam, serviço da dívida

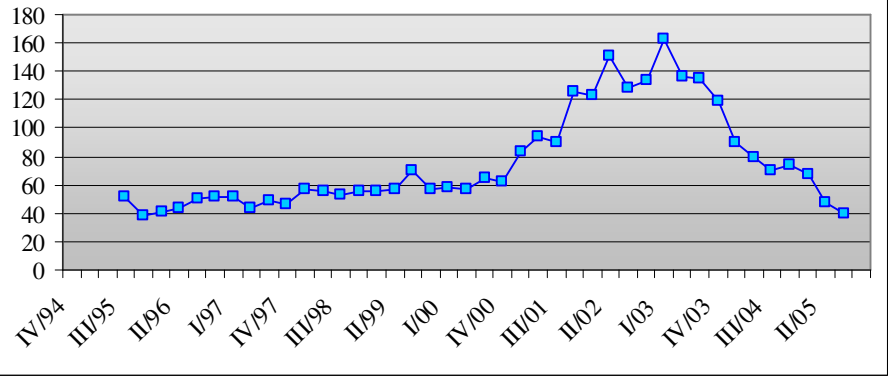
2001, notamos que o indicador serviço da dívida/reservas internacionais se amplia quase que ininterruptamente até final de 2002 e início de 2003, sendo que esta elevação se fortalece no período do *default* argentino por causa da queda nas reservas internacionais. A partir daí, com a ampliação das reservas e com uma queda considerável nas amortizações, o índice decresce progressivamente, apesar de algumas oscilações, atingindo, no terceiro trimestre de 2005 (39,24%), seu nível mais baixo desde finais de 1995.

Gráfico 3.5 - Argentina: Juros/Reservas Internacionais (%)



Fonte: MECON, Dirección Nacional de Cuentas Internacionales.

Gráfico 3.6 - Argentina: Serviço da Dívida Externa/Reservas Internacionais (%)

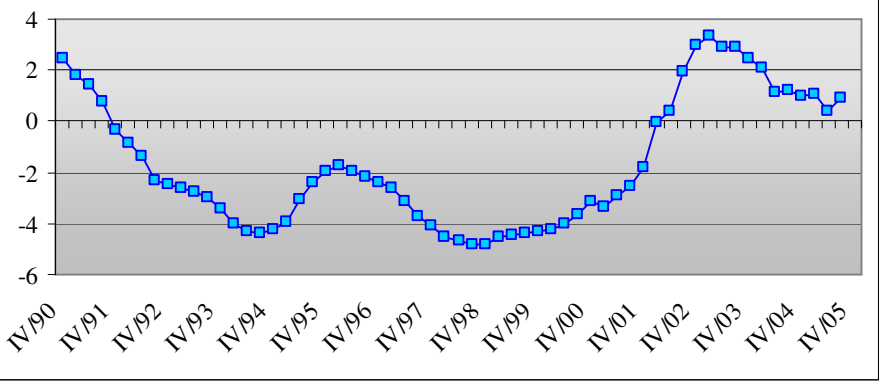


Fonte: MECON, Dirección Nacional de Cuentas Internacionales.

externa/reservas internacionais (Gráfico 2.6), serviço da dívida externa/exportações (Gráfico 2.8) e serviço da dívida externa/PIB (Gráfico 2.9) – passam pelo inconveniente de serem analisados com esta limitação.

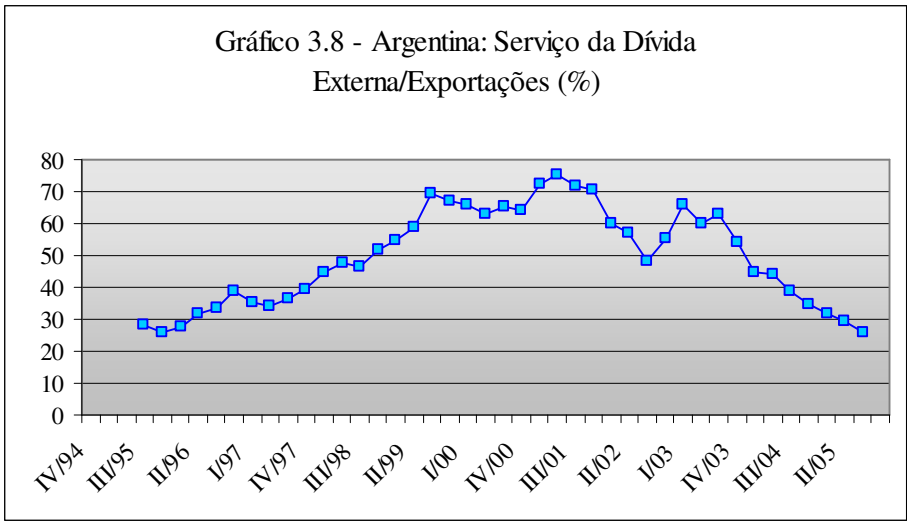
O déficit em transações correntes como porcentagem do PIB (Gráfico 3.7) é formado tanto pelos resultados da balança comercial e da balança de serviços, como pelas transferências unilaterais. Para o caso argentino o déficit começa a se apresentar ao final de 1991 e se estende até o início de 2002, passando por algumas oscilações neste entremeio que levam a que o índice atinja -4,3% em meados de 1994, -1,7% no início de 1996, -4,8% nos dois últimos trimestres de 1998 e -0,02% no início de 2002. Estes resultados se devem às baixas cifras atingidas pela balança comercial e pelo aumento do pagamento dos serviços da dívida. A partir do segundo trimestre de 2002, o saldo se apresenta positivo, com superávit em transações correntes, sendo que a trajetória que se estabelece após o pico de 3,3%, alcançado em 2003, passa a ser de queda neste índice. Vale ressaltar, como o fizeram Painceira e Carcanholo (2002, p. 17), que os altos déficits alcançados ao longo da década foram consideravelmente acentuados pelas crises asiática, russa e brasileira.

Gráfico 3.7 - Argentina: Déficit em Transações Correntes (% do PIB)



Fonte: MECON, Dirección Nacional de Cuentas Internacionales.

A análise da relação serviço da dívida externa/exportações (Gráfico 3.8) nos permite afirmar que este indicador se mantém numa tendência de crescimento iniciada no terceiro trimestre de 1995 e sustentada até meados de 2001, quando o índice assume cifras que giram em torno dos 75%. A partir deste período o índice passa a ser decrescente de maneira mais ou menos uniforme, apenas com uma elevação transitória em 2003, que logo é revertida em novo movimento de queda. Este comportamento se explica pelo crescimento do serviço da dívida em proporção superior ao crescimento das exportações, nos momentos de ampliação do índice, e por uma queda do serviço da dívida frente às ampliações nas exportações, nos momentos em que o índice decresce.



Fonte: MECON, Dirección Nacional de Cuentas Internacionales.

Por fim, o índice que apresenta o serviço da dívida externa como proporção do PIB (Gráfico 3.9) mostra-se crescente até final de 2001, partindo dos 2,2% para 7,4% no referido ano. Esta trajetória é contraposta a partir do início de 2002, quando o indicador assume um movimento de queda, exceto pelo terceiro trimestre de 2003 que registra uma subida temporária, atingindo a casa dos 7,1%. A explicação para este comportamento está no fato de que, nos momentos em que o índice se eleva, o serviço da dívida cresceu em proporção superior ao crescimento do PIB e, nos momentos em que o índice regride, o serviço da dívida foi reduzido e o PIB permaneceu registrando crescimento.

Fonte: MECON, Dirección Nacional de Cuentas Internacionales.

A partir desse conjunto de indicadores, é possível perceber que a Argentina sofreu uma piora na situação de suas contas externas ao longo da década de 90, tendo em vista que quase todos os índices relativos à vulnerabilidade externa do país vão sendo deteriorados no período, muito embora haja alguns fatores conjunturais que revertam temporariamente esta tendência em alguns momentos. Esta deterioração não se verifica apenas no caso dos índices relacionados com as reservas internacionais – tendo em vista que estas últimas se elevam bastante no período, ainda que não tenham sido suficientes no sentido de fazer com que a Argentina reduzisse seus níveis de endividamento externo – e no caso dos indicadores relacionados com as exportações (juros/exportações, dívida externa líquida/exportações e serviço da dívida externa/exportações) – que têm sua melhora justificada num crescimento conjuntural desta variável ao longo da década[56].

O importante neste momento é ressaltar que esta melhora nos indicadores relacionados às reservas internacionais e às exportações está longe de representar uma mudança estrutural no quadro da vulnerabilidade externa argentina. Ao contrário, trata-se de uma melhora conjuntural, resultante da recessão econômica interna vivida pela Argentina na década anterior e da própria crise cambial de 2001, que apenas mascara a situação mais geral de agravamento da vulnerabilidade.

A idéia que permeia esta argumentação é a de que as crises cíclicas são inevitáveis no capitalismo e, mais do que inevitáveis, são necessárias para que a produção capitalista possa voltar à sua fase ascendente. As crises são uma solução violenta, no entanto temporária para as contradições do sistema e trazem

> (...) em si as premissas da sua superação transformando-se em depressão à qual seguir-se-á a nova fase da reanimação e o auge. Ao sanear os capitais mais fracos ela '... destrói força produtiva, reduz o potencial instalado, elimina os excedentes de mercadoria abrindo espaços econômicos para o novo período de expansão...' e criando estímulos compulsórios aos capitais para retomarem os investimentos. (RIBEIRO, 1988: 398)

Assim, as crises econômicas no capitalismo só podem ser entendidas como cíclicas; crises cíclicas de superprodução. E, quanto mais intensa e devastadora é a fase depressiva – e este é o caso argentino –, mais vigorosa é a fase de recuperação e ascensão. É justamente o que ocorre neste país em boa parte da década de 90 e após a crise de 2001, ou seja, a Argentina enfrentou momentos de depressão bastante aguda e justamente por isto passou a apresentar resultados positivos no que diz respeito às suas taxas internas de crescimento

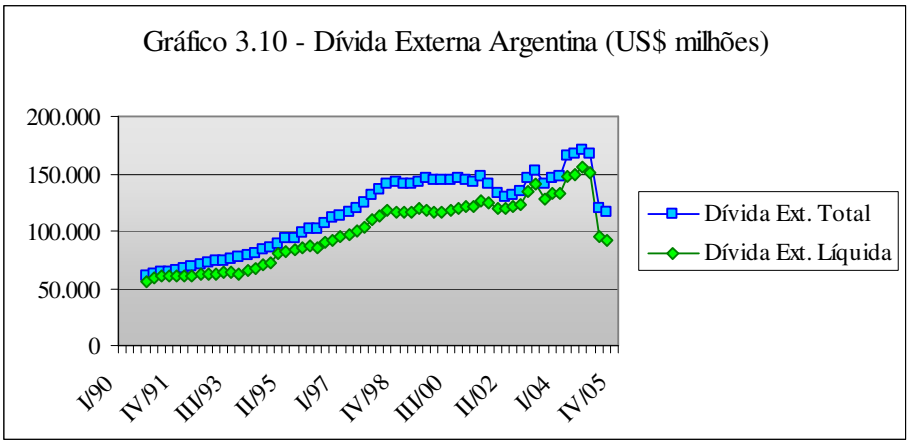
[56] Vale registrar que este crescimento apresentado pelas exportações ao longo da década de 1990 foi baseado numa pauta bastante precária formada especialmente por produtos de baixo valor agregado e *commodities*.

econômico nos últimos anos e mesmo em termos das reservas internacionais e das exportações.

O que ocorre é que, como a crise argentina se caracteriza como uma crise do balanço de pagamentos com forte pressão sobre o câmbio e, portanto, intensa desvalorização da moeda, houve um evidente estímulo às exportações e enfraquecimento das importações. O resultado imediato deste processo é o de uma ampliação das reservas internacionais, que se fortalece quando consideramos que a depressão sofrida restringe o mercado interno e reforça a necessidade de ampliação das exportações como forma de escoamento do excesso de produção, de modo que, também por este motivo, as exportações crescem e as reservas são ampliadas. Outro fator importante a ser considerado refere-se ao período pós-crise de 2001, que envolve a renegociação da dívida externa argentina (*default*), forçando a uma queda do serviço da dívida e, portanto, a uma melhora nos indicadores referentes a esta variável no período em questão.

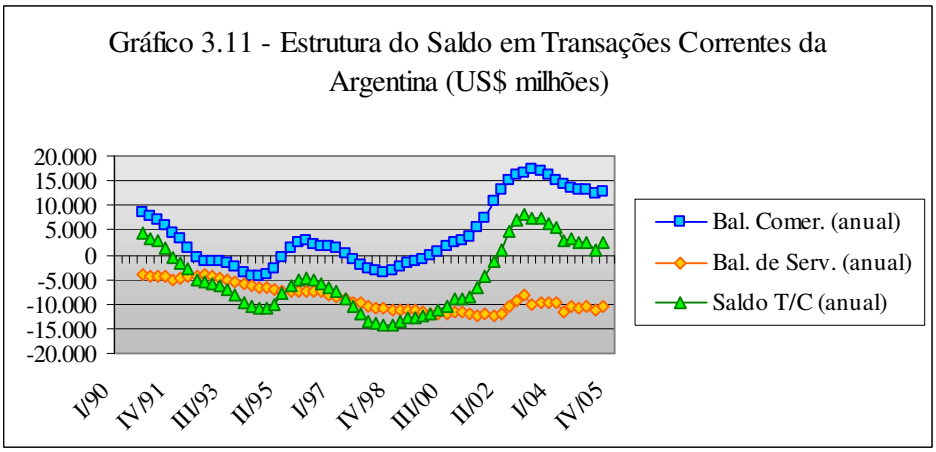
Sendo assim, e considerando a lógica cíclica do sistema, tão logo a economia argentina chegue ao seu auge, nova crise se fará presente, tendo em vista que o crescimento provoca uma expansão na demanda por importações, renova o déficit na balança comercial e pressiona o saldo em transações correntes, recolocando a necessidade de financiamento externo e, conseqüentemente, de manutenção de altas taxas de juros, o que redefine o problema da restrição externa estrutural ao crescimento.

Os dados do Gráfico 3.10 mostram o crescimento vertiginoso da dívida externa argentina ao longo da década de 90. Com isto, nos parece razoável afirmar que a contínua entrada de IDE e empréstimos externos na economia confirmam o crescimento da dívida e atuam também de modo a fazer face à alta necessidade de atração de capitais externos para seu refinanciamento, o que se percebe a partir da notável alta da participação dos juros no serviço da dívida e da remessa de lucros para o exterior – que conduzem a uma balança de serviços sempre deficitária ao longo do período estudado.



Fonte: MECON, Dirección Nacional de Cuentas Internacionales.

Recorrendo a uma análise mais estrutural da situação argentina, o Gráfico 3.11, referente à estrutura do saldo em transações correntes da Argentina, mostra um crescimento da saída de recursos provenientes da balança de serviços – que retrata, entre outras coisas, as remessas de juros, lucros e dividendos para o exterior – e um resultado deficitário durante praticamente toda a década de 90, tendência esta que só é contraposta a partir de 2002, quando a balança comercial ganha fôlego e se torna superavitária com base, como já dito, no crescimento das exportações de produtos de baixo valor agregado.



Fonte: MECON, Dirección Nacional de Cuentas Internacionales.

Tomando como base toda a discussão teórica feita no capítulo anterior, e recorrendo aos Gráficos 3.10 e 3.11, fica evidente que este país ingressa na dinâmica do círculo vicioso, com transferência de recursos por meio de sua inserção internacional baseada em produtos de baixo valor agregado, a conseqüente necessidade de atrair capitais externos para fazer face ao

déficit provocado na balança comercial, tendo como atrativo as altas taxas de juros, e ampliação do seu endividamento externo de forma crescente, considerando que este crescimento passa a ser necessário também para garantir a remuneração do capital fictício. Sendo assim, reafirmamos que é ampliada a fragilidade financeira externa para o caso argentino como reflexo de uma opção política de abertura e desregulamentação dos mercados e é, portanto, ampliada sua vulnerabilidade externa e sua incapacidade de fazer face a possíveis choques externos ou fuga de capitais. Deste modo, o Estado se vê preso e dependente desta dinâmica, perdendo sua autonomia decisória. Se é assim, há uma perda de controle sobre as transferências de recursos para o exterior, "quebrando" a acumulação interna de capital e levando a uma situação de necessária superexploração do trabalho para que esta acumulação possa avançar, o que é perfeitamente facilitado em função das reformas do mercado de trabalho ocorridas no período.

Vale ressaltar que, mesmo que a partir de 2002 o saldo em transações correntes tenha superado a tendência deficitária de toda a década de 90, isto se deu com base numa forte ampliação das exportações de produtos primários. De maneira análoga ao que percebe Filgueiras (2005) para o caso brasileiro, a inserção internacional da Argentina se dá com base na exportação desses produtos. Portanto, não é suficiente dizer que as exportações foram ampliadas; faz-se necessário reforçar que a ampliação das exportações ao longo do período se apresentou com base numa pauta extremamente precária, formada preponderantemente por *commodities* e/ou produtos de baixo valor agregado. Vale ainda ressaltar que, antes da elevação do saldo comercial ocorrida a partir de 2000, o mesmo seguia uma tendência de queda, inclusive apresentando déficits em alguns momentos, o que se explica pela perda de competitividade das exportações frente às importações no decorrer dos anos 90.

Então, o saldo positivo em transações correntes não se deu em função de uma melhora da balança de serviços, que segue crescentemente deficitária, ficando evidente a permanência do pagamento de juros e remessa de lucros para o exterior. Isto ocorre inclusive porque o governo Kirchner preferiu não romper com a opção política feita por Menem na década anterior, seguindo com uma inserção externa baseada na produção primária e pautada pela estabilização macroeconômica com abertura comercial e desregulamentação financeira, de modo a ter ampliados seus níveis de endividamento e transferência de recursos, conforme nos mostram Katz (2005), Lucita (2005), Becerra e Méndez (2005) e Gigliani (2005), sem que haja necessariamente impactos positivos em termos de crescimento, emprego e distribuição de renda – no sentido de mudanças estruturais capazes de romper com estes estrangulamentos –, repetindo o irrefragável fracasso verificado nas décadas imediatamente anteriores.

3.3 Superexploração da força de trabalho: precarização no mundo do trabalho e distribuição de renda

O resultado da aplicação do projeto concentrador na Argentina, que se estende da década de 90 aos dias atuais, foi desastroso em termos de emprego, salários e, conseqüentemente, de distribuição de renda e satisfação das necessidades sociais. Após a recuperação da crise argentina de 2001, a economia do país vem crescendo a um ritmo inédito de 8,8% em 2003, 9% em 2004 e pouco mais de 8% em 2005. Ainda assim, o mero crescimento econômico não resolve os problemas sociais, podendo, inclusive, agravá-los – o que parece ser o caso para o período recente, de predomínio da estratégia neoliberal de desenvolvimento. Isto se explica pelo fato de que o processo de crescimento atual é extremamente concentrador e, portanto, promove a expansão da desigualdade distributiva de tal forma que, por mais que cresçam o emprego e os salários, os benefícios auferidos pelo grande capital crescem a um ritmo bastante superior. Deste modo, em que pese o fato de que, em 2003, o PIB argentino tenha crescido aproximadamente 20% ao ano em termos nominais, os salários cresceram no máximo 10% e os lucros das cem principais empresas superaram a casa dos 170%, sendo que as dez principais mostraram um crescimento de sua rentabilidade superior aos 400%. (LOZANO, 2005)

Nestas circunstâncias, os setores populares enfrentam uma situação de elevado desemprego estrutural e um substantivo nível de informalidade, que expressam a precariedade do trabalho gestada a partir das privatizações empreendidas no governo Menem – que reduzem o quadro de funcionários do Estado de um milhão de trabalhadores a pouco mais 300.000 – e da própria abertura comercial reforçada pela conversibilidade – que promove a destruição da produção nacional por meio de uma indução às importações – entre abril de 1991 e janeiro de 2002. (GAMBINA, 2003)

Conforme nos mostra a Tabela 3.2, no início de 1990 o desemprego alcançava 8,6% e o subemprego atingia a cifra dos 9,3%, totalizando um nível de subutilização da força de trabalho[57] disponível de 17,9%. Ao final do governo Menem, estes percentuais eram de 13,8%, 14,3% e 28,1%, respectivamente, atingindo os 15,6%, 18,8% e 34% em maio de 2003, o que confirma uma duplicação do desemprego e da subutilização da força de trabalho ao longo do período.

[57] Subutilização da força de trabalho significa aqui a reduzida incorporação da mão-de-obra potencial no mercado formal de trabalho, não podendo ser confundida com redução da superexploração da força de trabalho que, aliás, cresce em um contexto de subutilização da força de trabalho, dentre outras razões, justamente por causa da pressão exercida pelo Exército Industrial de Reserva.

Tabela 3.2 – Evolução do Desemprego e Subemprego (1990-2003)

Período	Desemprego	Subemprego Demandante	Subemprego Não Demandante	Subemprego	Desemprego + Subemprego
Mai. 90	8,6	_	_	9,3	17,9
Out. 90	6,3	_	_	8,9	15,2
Mai. 91	6,9	_	_	8,6	15,5
Out. 91	6,0	_	_	7,9	13,9
Mai. 92	6,9	_	_	8,3	15,2
Out. 92	7,0	_	_	8,1	15,1
Mai. 93	9,9	_	_	8,8	18,7
Out. 93	9,3	4,1	5,2	9,3	18,6
Mai. 94	10,7	4,8	5,4	10,2	20,9
Out. 94	12,2	5,4	5,0	10,4	22,6
Mai. 95	18,4	7,0	4,3	11,3	29,7
Out. 95	16,6	7,7	4,8	12,5	29,1
Mai. 96	17,1	8,1	4,5	12,6	29,7
Out. 96	17,4	8,5	5,1	13,6	31
Mai. 97	16,1	8,4	4,8	13,2	29,3
Out. 97	13,7	8,1	5,0	13,1	26,8
Mai. 98	13,2	8,2	5,1	13,3	26,5
Ago. 98	13,2	8,5	5,2	13,7	26,9
Out. 98	12,4	8,4	5,2	13,6	26
Mai. 99	14,5	8,9	4,8	13,7	28,2
Ago. 99	14,5	9,2	5,7	14,9	29,4
Out. 99	13,8	9,1	5,2	14,3	28,1
Mai. 00	15,4	9,5	5,0	14,5	29,9
Out. 00	14,7	9,3	5,3	14,6	29,3
Mai. 01	16,4	9,6	5,3	14,9	31,3
Out. 01	18,3	10,7	5,6	16,3	34,6
Mai. 02	21,5	12,7	5,9	18,6	40,1
Out. 02	17,8	13,8	6,1	19,9	37,7
Mai. 03	15,6	13,4	5,4	18,8	34,4

(1) Trata-se de dados para 31 aglomerados urbanos de 100.000 ou mais habitantes e todas as capitais das províncias. (2) Não inclui a Grande Santa Fé.
Fonte: INDEC, Encuesta Permanente de Hogares apud. GAMBINA (2003).

Vale registrar que, para além das condições de desemprego e subemprego observadas, houve registros de agravamento da situação daqueles que estão empregados por conta da precarização do mercado de trabalho e da natureza dos contratos, a partir do que são retirados dos trabalhadores direitos conquistados historicamente. Exemplo disto está no fato de que há aproximadamente 4,3 milhões de pessoas com ocupação nas zonas urbanas que trabalham 45 horas semanais e algo em torno de 2,2 milhões de pessoas que trabalham cerca de 12 horas diárias (GAMBINA, 2003). Deste modo, a Argentina combina desemprego e subemprego com situações de extensão da jornada de trabalho, o que assevera as formas assumidas pela exploração capitalista, especialmente fortalecidas pela flexibilização trabalhista – que permitiu à classe capitalista uma colossal acumulação de recursos – própria do período neoliberal vigente.

Ademais, durante a recuperação econômica ocorrida após a crise de 2001, muito embora tenham sido registradas altas taxas de crescimento do PIB, o volume de emprego criado em 2004 foi 56,6% inferior ao registrado em 2003, tal como mostra a Tabela 3.3 a seguir.

Tabela 3.3 – Criação de Emprego nos Períodos 2002-2003 e 2003-2004

	2002	**2003**	**2004***
Total de emprego	12.052.577	13.540.414	14.185.669
Criação de empregos durante o ano	–	1.487.838	645.255
Índice de criação de empregos 2003 = 100	–	100,0	43,4

(*) Referente ao 1º Semestre de 2004.
Fonte: INDEC apud. LOZANO (2005).

Acrescente-se a isso o fato de que 47,1% do total de postos de trabalho criados no terceiro trimestre de 2004 em relação ao segundo trimestre do mesmo ano correspondem a trabalhadores formais devidamente registrados (Tabela 3.4). Como corolário, 52,9% do emprego total criado são de natureza precária.

Tabela 3.4 – Evolução do Emprego Formal: 3º Trimestre de 2004 comparado ao 2º Trimestre de 2004

	2º Trimestre 2004	3º Trimestre 2004	Incrementos
Empleo Total	13.729.656	14.037.039	307.383
Asalariados Registrados	5.288.183	5.432.832	144.649
Asalariados Registrados / Empleo Total	38,5%	38,7%	47,1%

Fonte: INDEC (EPH continua) apud. LOZANO (2005).

Tão relevante quanto a análise da precariedade que se registra na quantidade e no tipo de emprego criado é a percepção de que há também na Argentina um fenômeno de precarização da renda daqueles que se incorporam ao mercado de trabalho. O mais grave é que este fenômeno se faz presente inclusive na categoria dos trabalhadores formais e não apenas na dos assalariados não registrados e dos desempregados ou subempregados como era de esperar, o que confirma a constatação de Osório (2004, p. 114) de que a pobreza transcende o âmbito do desemprego e se estende aos trabalhadores efetivamente empregados.

Assim, a Tabela 3.5 nos mostra que a média de renda dos assalariados formais é de $833,9; para aqueles que estão no posto de trabalho desde 2004, a renda média é de $637,6 e para os que realizam suas atividades desde 2003 a renda média é $706,3. O que se tem, portanto, é uma queda na renda daqueles que se incorporam ao mercado de trabalho nos anos mais recentes e isto se reproduz também para o caso dos trabalhadores sem registro.

Tabela 3.5 – Renda Média dos Assalariados Segundo Condição de Registro e Tempo no Posto de Trabalho (em pesos para o 1º semestre de 2004)

Assalariados	Renda Média
Total de Assalariados	**607,1**
Assalariados Registrados	833,9
Durante 2004	637,6
Durante 2003	706,3
Antes de 2003	855,8
Assalariados Não Registrados	316,2
Durante 2004	240,9
Durante 2003	317,7
Antes de 2003	358,7

Fonte: Base Usuario Ampliada del 1er Semestre 2004 apud. LOZANO (2005).

De maneira complementar, a Tabela 3.6 nos mostra os índices de salários reais e nominais segundo a condição do trabalhador. Tendo como base o ano de 2001, é possível perceber que o nível de salários para os trabalhadores formais alcança, em 2005, o mesmo índice do ano base, ao passo que os trabalhadores informais e os do setor público sofrem queda em seu poder aquisitivo ao longo do período.

Tabela 3.6 – Índice de Salários Nominal e Real Segundo Condição do Trabalhador (valores ao último dia de cada mês; dezembro 2001 = 100)

Mês	Nível Geral		Setor Privado				Setor Público		IPC
			Registrado		Não Registrado				
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	
Jan. 02	99.61	97.38	99.67	97.43	99.17	96.95	99.81	97.57	102.30
Jun. 02	99.55	76.29	100.54	77.05	96.31	73.81	100.04	76.66	130.49
Dez. 02	107.45	76.23	116.86	82.91	94.12	66.77	100.56	71.34	140.95
Jun. 03	115.70	80.43	130.54	90.75	94.68	65.82	104.82	72.87	143.85
Dez. 03	120.42	82.42	135.32	92.62	104.23	71.34	106.23	72.71	146.11
Jun. 04	127,97	84,78	146,96	97,36	108,12	71,63	109,35	72,44	150,94
Jul. 04	128,80	84,94	147,42	97,22	109,28	72,07	110,58	72,92	151,64
Ago. 04	129,93	85,39	147,89	97,19	113,77	74,77	110,58	72,67	152,16
Sep. 04	130,35	85,13	148,32	96,86	114,81	74,98	110,58	72,22	153,13
Out. 04	130,51	84,90	149,18	97,04	113,42	73,78	110,58	71,93	153,73
Nov. 04	131,03	85,23	149,53	97,27	114,88	74,73	110,78	72,06	153,73
Dez. 04	131,65	84,93	150,21	96,90	116,25	74,99	110,78	71,46	155,02
Jan. 05	136,48	86,76	158,34	100,65	117,41	74,63	112,52	71,53	157,31

Fonte: INDEC apud. LOZANO (2005).

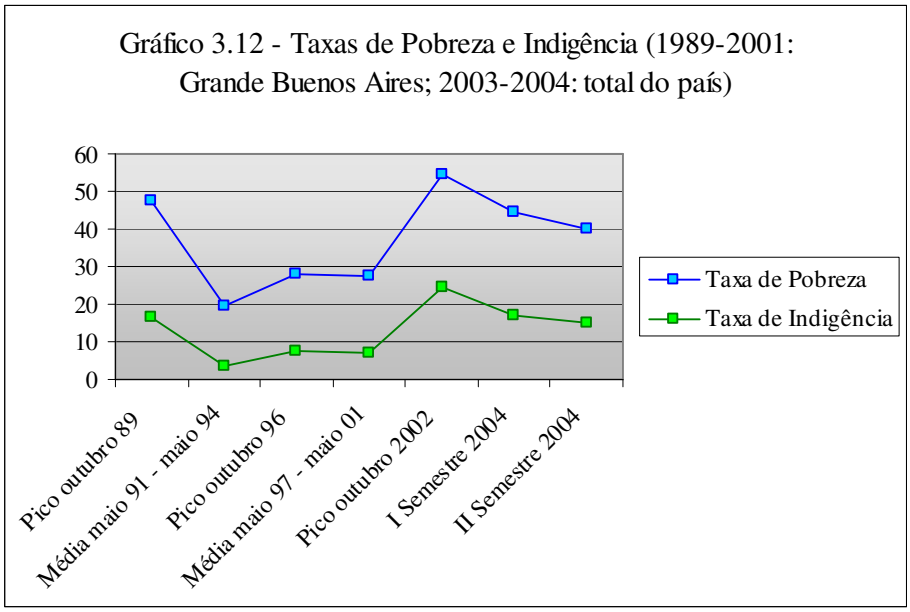
Essas colocações nos levam a outros dois problemas cruciais: o da distribuição da renda e o da situação de pobreza e indigência vividos pela Argentina no período atual. Em relação ao primeiro aspecto, a Tabela 3.7 aponta para a iniqüidade em termos distributivos, de modo que 10% da população de maior renda auferem 37,4% da renda total gerada e os 10% da população de renda mais baixa recebem apenas 1,4% da renda total. Se consideramos uma comparação entre as escalas de renda 5–150 e 700–30.000, temos que a fatia da população inserida nas classes de renda mais baixa recebem 4,2% da renda total enquanto que os pertencentes ao segundo grupo acumulam assustadores 53,7% da riqueza total, ficando evidente a regressividade distributiva que circunda a economia Argentina na atual fase do capitalismo.

Tabela 3.7 – Renda por Domicílio

Escala de Renda	Porcentagem da Renda	Renda Média por Decil
5 – 120	1,4	70
120 – 150	2,8	145
150 – 200	3,6	184
200 – 280	4,6	233
280 – 340	5,9	301
340 – 400	7,4	379
400 – 500	9,1	465
500 – 700	11,6	592
700 – 1.000	16,3	834
1.000 – 30.000	37,4	1.912
	100,0	512

Fonte: INDEC, Encuesta permanente de hogares, octubre de 2002 apud. GAMBINA (2003).

No que se refere à situação de pobreza e indigência (Gráfico 3.12) nota-se que na primeira metade dos anos 90, as taxas de pobreza e indigência caem em relação a 1989, apenas recuperando os níveis deste ano após a crise argentina de 2001, muito embora tenham sofrido espasmos de crescimento neste entremeio como impacto principalmente das crises cambiais mexicana e brasileira.



Fonte: INDEC – Encuesta Permanente de Hogares para el GBA y Total País, varias ondas – apud. LOZANO (2005).

Todas estas colocações tornam válida a afirmação de que, mesmo num contexto de reanimação da atividade econômica, a distribuição da riqueza se mostra ainda mais regressiva que na década anterior, de modo que os efeitos positivos da recuperação sobre o quadro social são cada vez menores, com a predominância da precariedade em termos de contratos de trabalho e salários, de forma tal que a criação de emprego por si só não resolve o problema da pobreza e da desigualdade.

Sendo assim, devem ser esquecidas as concepções simplistas que atribuem ao crescimento econômico a solução para os problemas de redistribuição em favor da idéia de que não haverá mudanças substanciais na distribuição da renda e no poder aquisitivo da população argentina sem que haja uma modificação drástica nas condições de regulação e intervenção pública sobre o funcionamento da economia. Considerando, assim como o faz Lozano (2005), que a Argentina tem uma população de 38 milhões de habitantes dos quais 17 milhões são pobres, redistribuindo 13,5% do consumo atual e 2,4% do mesmo, estariam eliminadas do país a pobreza e a indigência, respectivamente.

Com isso, julgamos ter deixado explícita a condição dependente na qual se encontra a economia Argentina nos termos antes desenvolvidos pela teoria marxista da dependência, que vê na superexploração do trabalho a característica estruturante desta condição. Parece-nos evidente que a degradação social anteriormente descrita emerge como conseqüência da

estratégia liberal conservadora adotada com mais vigor a partir da década de 90, das medidas liberalizantes constitutivas da dita estratégia, da conversibilidade que lhes respaldava e da própria opção por fazer frente aos compromissos externos de endividamento diante dos organismos internacionais. Deste modo, a recorrência à superexploração do trabalho como forma de dar continuidade à acumulação interna de capital interrompida pelas transferências de recursos para o exterior parece se confirmar, tanto pelas vias da extensão da jornada de trabalho e da precarização do trabalho quanto pela via da redução salarial.

CAPÍTULO 4

NEOLIBERALISMO TARDIO NO BRASIL: DO GOVERNO COLLOR AO ATUAL GOVERNO LULA

Os anos 80, caracterizados como a década perdida, trazem consigo problemas conjunturais ocorridos ainda nos anos 70 (período do "milagre econômico"), cujos impactos são decisivos em seu comportamento. Com um contexto internacional extremamente desfavorável em virtude da alta nos preços do petróleo e da ampliação nas taxas de juros internacionais – especialmente a norte-americana –, os países periféricos e o Brasil – para sermos mais específicos – passam a enfrentar problemas de despesa adicional na balança comercial e também no que se refere ao pagamento dos serviços da dívida externa.

Este acúmulo de endividamento desencadeia um processo de insolvência externa na economia brasileira, bem como a deterioração de nossas contas internas, que culmina com a crise fiscal do Estado, com a queda da atividade econômica e com uma aceleração do processo inflacionário.

Em 1983 o Brasil recorre ao FMI e assina sua primeira carta de intenções a fim de renegociar sua dívida externa. Em contrapartida, o país inicia a prática de sucessivas políticas de estabilização, objetivando se adequar à "boa prática de política econômica" ditada pelo próprio Fundo, segundo o qual nossa crise seria resultado, além da situação internacional, *"também de fatores internos, como o excesso de empresas estatais, de incentivos fiscais e subsídios, a existência de restrições às importações e operações cambiais, reajustes salariais supostamente acima do aumento da produtividade, e um excessivo gasto interno"* (CARCANHOLO, 2002: 120).

O remédio proposto seria o de máximo esforço exportador, de modo a atingir saldos comerciais elevados ao ponto de serem suficientes para fazer face ao serviço da dívida. Para tanto, seria necessária uma elevação das taxas de juros internas, que provocaria uma redução nos níveis de consumo e investimento e, conseqüentemente, uma queda na pressão inflacionária e uma redução na demanda por importações que ampliaria o saldo comercial. Além disso, houve como prática uma política de contenção salarial e restrições fiscais, para segurar a demanda e reduzir a dívida pública interna, respectivamente.

O resultado macroeconômico geral destas práticas de política econômica ao final dos anos 80 e início dos 90, que tinham como pano de fundo o controle e a estabilidade das contas

públicas, justifica de fato a caracterização que se faz do período como sendo a "década perdida". O PIB decresce até 1988 e fecha o ano de 1991 a 0,9%, conforme nos mostra Almeida Filho (1994: 213). A taxa de investimentos também sofre queda acentuada, o que, associado ao crescimento da inflação que não se consegue estancar, reflete uma *"perda definitiva de dinamismo pelo menos de um estilo de crescimento vigente desde os anos 50"* (Ibidem, p. 214).

Do ponto de vista do quadro internacional, o desempenho negativo dos investimentos, tanto públicos quanto privados, é um reflexo das elevadas saídas líquidas de capitais para pagamento do serviço da dívida externa. O baixo dinamismo pode também ser percebido por conta de uma queda no volume de empréstimos do sistema financeiro ao setor privado, bem como no nível de endividamento externo. Há ainda, nos termos de Almeida Filho (1994), um *"esgotamento do papel 'econômico' do Estado, nos marcos do padrão de desenvolvimento"*, em virtude do próprio acúmulo de estoques de dívida que acabam por sustentar o processo de valorização financeira, tendo em vista que as baixas receitas contribuem com a fragilidade de atuação do setor público, abrindo espaço para a intervenção privada em setores anteriormente – e tipicamente – de responsabilidade estatal. Como conseqüência imediata, o processo inflacionário se torna insensível às políticas macroeconômicas e os próprios planos de combate à inflação (e seu fracasso) se tornam um problema estrutural da economia.

Em primeiro lugar está o baixo crescimento e dinamismo da economia, trajetória esta que rompe em muito com o estilo de crescimento verificado desde os anos 50. Este desempenho negativo pode ser considerado resultado de uma queda acentuada e persistente da taxa de investimentos associada ao processo inflacionário crescente, ao esgotamento da fonte de financiamento externo, bem como aos altos juros da dívida externa, desenhando um quadro de intensa saída líquida de capitais.

Um outro ponto relevante seria a queda nos indicadores de financiamento do setor privado, expressa por uma diminuição nos empréstimos por parte do setor financeiro, no nível de endividamento externo e nas transações no mercado de ações. Esta situação, como já dito, reforça o problema anterior de baixo crescimento de produção e incapacidade de realização de investimentos sustentados e se deveu, possivelmente, aos altos riscos associados a empréstimos para países periféricos como o Brasil, especialmente após a moratória mexicana em 1982, e levando em consideração os péssimos resultados alcançados à época.

A inflação permanece na agenda, tendo em vista que todos os planos de estabilização fracassaram e esta variável se mostrou insensível aos seus propósitos, ou seja, houve um processo de aceleração de preços e não o oposto.

Conforme nos mostra Almeida Filho (1994: 220), há *"uma consolidação do esgotamento do papel 'econômico' do Estado, nos marcos do padrão de desenvolvimento"*. Ocorre o engendramento de uma crise fiscal por conta da ampliação de atividades financeiras, administrativas, produtivas e de coordenação realizadas pelo setor público concomitantemente a um processo de esgotamento do financiamento público, desencadeando a formação de estoques de dívida significativos.

> O cruzamento de estoques elevados (ou significativos) e baixas receitas cria uma instabilidade estrutural na economia que facilita a intervenção dos agentes privilegiados – grandes empresas (financeiras e não-financeiras) – que buscam espaços adicionais de acumulação à custa da fragilidade de operação do Setor Público, pressionando a inflação. (Idem, pp. 221)

Então o Estado perde capacidade de intervenção por não conseguir compatibilizar receitas e despesas (que tornam-se superiores às primeiras), de modo que os cortes de gastos primários passam a ser a opção quando da conquista desse equilíbrio, ainda que ele de fato se dê de forma meramente contábil. Convém chamar a atenção para o fato de que a ampliação também da dívida externa obriga o setor público a fornecer incentivos e subsídios que estimulem a entrada de capital estrangeiro para manter um nível de reservas aceitável no país. Vale dizer que um exemplo desses incentivos seria a ampliação da taxa de juros que, por sua vez, faz crescer ainda mais o endividamento interno brasileiro.

Deriva de tudo o que foi dito até aqui uma ampliação nos níveis de desemprego e de exclusão, com uma ampla parcela da população lançada às margens do mercado de trabalho. Este não é um problema exclusivo desse período e, pior, se agrava enormemente na década de 90 e se torna um dos maiores desafios a serem enfrentados no começo dos anos 2000, como veremos mais adiante.

4.1 O ajuste do início da década de 90: os governos Collor e Itamar Franco

Estes são os problemas estruturais a partir dos quais se inicia a década de 90. Collor assume a presidência prometendo "matar o tigre da inflação com um único tiro", de modo que, novamente, a estabilidade monetária é o foco da opção de desenvolvimento, partindo do diagnóstico de que a inflação brasileira é de caráter tipicamente inercial, fruto de excesso do gasto público e da demanda privada. E, acabando com a inflação, acreditava-se acabar com o aspecto que tolhia o crescimento da economia brasileira.

Para que se alcançasse este objetivo principal, além das reformas monetária e administrativa realizadas no âmbito do Plano Collor (de março de 1990), inicia-se um processo, inclusive com fundo ideológico, de abertura comercial e financeira, que culmina com a criação de um programa de privatizações.

No que diz respeito à abertura comercial, adota-se medidas pró-concorrência, especialmente a queda de tarifas para os produtos estrangeiros, que estimulam a entrada destes últimos no mercado brasileiro e expõem a indústria nacional à concorrência direta com empresas internacionais. A justificativa principal para estas políticas de abertura estava baseada na crença de que, exposta à concorrência, a indústria nacional se modernizaria, se tornaria mais eficiente e isto provocaria uma queda nos preços e, portanto, contribuiria com o fim da inflação.

Embora houvesse, na composição do projeto de industrialização, uma preocupação e um apoio à reestruturação da própria indústria nacional por meio de medidas pró-competitividade, estas últimas não foram efetivadas[58]. Sendo assim, o fato é que o *timing* destas duas medidas é diferente, de modo que o processo de abertura se dá de forma muito rápida, fazendo com que, pouco tempo após sua implementação, a indústria nacional já esteja fortemente exposta a uma concorrência muito pesada, ao passo que o processo de reestruturação desta indústria leva muito mais tempo para ocorrer (mesmo que pudesse ter contado com o apoio governamental) e dificilmente se dá num ambiente fortemente recessivo como era o brasileiro à época.

Além disso, com a participação do Brasil na Rodada Uruguai (1986-1993), do GATT (Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas), e sua posterior adesão à Organização Mundial de Comércio (OMC), evidenciam-se acordos que tolhem a capacidade decisória do país no que se refere à definição de sua política econômica em sentido favorável a uma estratégia de desenvolvimento nacional, tendo em vista que as modificações diretas ou indiretas nas tarifas registradas junto à OMC só podem se efetuar mediante negociações prévias com os principais exportadores (CANO, 2000: 247), o que reforça o direcionamento assumido pela estratégia de abertura comercial adotada no período.

Dando continuidade ao processo de reformas estruturais, instalam-se medidas de abertura financeira e desregulamentação dos fluxos de capitais internacionais, tais como abolição de restrições relativas ao tempo de permanência, impostos e diversificação das

[58] Este é um ponto de argumentação forte para aqueles autores mais renitentes em caracterizar o governo Collor como sendo neoliberal. Para estes analistas, a existência de uma política industrial nos planos deste governo, mesmo que não tenha sido efetivada, já é suficiente para não qualificá-lo como tal, embora todas as suas outras medidas tenham atuado em sentido contrário.

aplicações, bem como aquelas concernentes aos setores de atuação do capital estrangeiro, de modo que sua participação fica também liberada nos ramos de mineração, telecomunicações, transportes e petróleo (Ibidem, p. 248).

A liberalização financeira se estende também ao capital nacional como forma de garantir um dilatado processo de internacionalização. Desta feita, foram adotadas medidas que incluem a eliminação de exigências referentes a remessas para o exterior, facilitando a realização de operações financeiras e a compra de imóveis fora do país, a criação de fundos de investimento no exterior e a simplificação no processo de compra de ações de empresas estrangeiras, que passou a ser realizado dentro do próprio país. Acrescentem-se ainda algumas diretrizes no âmbito das sociedades anônimas que terminaram facilitando a compra e venda de empresas, as privatizações e fusões, assim como a captação de poupança com a criação de novos fundos de investimento de mais curto prazo, o que demonstra um retrocesso em termos de aplicações de longo prazo.

Como resultado imediato deste processo, é ampliada a entrada e saída de capitais de curto prazo, aumentando assim a vulnerabilidade externa e piorando a situação das contas públicas brasileiras e do endividamento externo, conforme veremos mais adiante[59].

A reforma do Estado implantada por Collor se deu por duas vias. A primeira delas foi a reforma administrativa, que envolveu, dentre outras medidas, o fechamento de diversas entidades públicas, a venda de imóveis e outros ativos públicos, o afastamento de 160 mil funcionários federais e estaduais, o que implicou na terceirização de serviços para vários órgãos (Ibidem, p. 250). A segunda via através da qual se efetivou a reforma do Estado envolve o início de um intenso processo de concessões e privatizações, que atingiu seu ponto mais alto a partir de 1996, já no governo Fernando Henrique Cardoso. A idéia era a de que o processo de substituição de importações tinha sido superado e a de que nossa estrutura produtiva estava completa, mas tecnologicamente defasada. Pretendia-se, então, modernizar esta estrutura de modo a adquirir eficiência e, portanto, competitividade.

É justamente neste momento que se passa a apregoar uma necessidade de afastamento do Estado enquanto interventor nas atividades produtivas, de modo a ter início o processo de privatizações, através do qual o Estado passa de produtor a mero regulador da atividade econômica, com as agências reguladoras assumindo o lugar das estatais. Foi este o tal ajuste do setor público e o argumento principal que o justificava era o de que o processo de

[59] Há analistas apressados em constatar a redução da vulnerabilidade externa brasileira em função de que alguns indicadores apresentam melhores resultados ao longo da década. Conforme já argumentamos para o caso argentino – e reafirmaremos para o caso brasileiro mais adiante –, trata-se de uma melhora temporária, resultante de uma conjuntura de crise que encobre a real situação de piora estrutural da vulnerabilidade externa do país.

privatização contribuiria com o melhoramento da crise fiscal, diminuindo a dívida pública, muito embora estas medidas tenham sido de fato adotadas por conta de um viés ideológico eminentemente liberalizante.

Tudo isso sem perder de vista que a inflação não foi superada. Antes pelo contrário, permaneceu sempre ascendente no período e foi acompanhada por uma forte recessão, com enormes quedas no PIB e no crescimento econômico.

4.2 O governo FHC e a panacéia da estabilidade monetária

Fernando Henrique Cardoso assume, então, primeiro o Ministério da Fazenda ainda no Governo Itamar Franco (após o *impeachment* de Collor ao final de 92) e, depois, a própria presidência da república em 1995. Vem ainda com a idéia de conquistar a estabilidade econômica, de modo que, mais uma vez, este é o eixo através do qual se constrói o modelo de desenvolvimento.

Desta vez, o governo vem com a proposta de uma ampla reforma monetária que contemplaria três etapas distintas: a primeira seria a de um equilíbrio nas contas públicas e equilíbrio fiscal para que os déficits nas contas do governo não causassem impactos nos gastos públicos; a segunda seria a de um amplo processo de indexação por meio da URV; e a terceira seria a própria introdução do Real que significava a efetivação do processo de desindexação.

O modelo de desenvolvimento no governo FHC é, na verdade, uma exacerbação das políticas de abertura e liberalização antes adotadas por Collor. Neste contexto, adota-se uma prática de âncora cambial no sentido da manutenção da paridade real/dólar, de modo que as autoridades monetárias só interviriam no câmbio nos casos em que se apontasse para uma trajetória de desvalorização prejudicial à paridade. A idéia era aquela mesma de diminuição da proteção à indústria nacional, com a diferença fundamental – que nos permite, inclusive, qualificar o governo FHC como de ideologia e caráter fundamentalmente neoliberal – de que era defendida a inexistência de qualquer tipo de política industrial, porque, caso contrário, se "escolheria os vencedores" na medida em que se estaria apontando para quais setores deveriam ser internalizados e fomentados. A proposta era a de nenhuma intervenção nos rumos do crescimento da indústria, de tal forma que o mercado daria conta de selecionar os setores mais desenvolvidos.

Então, com a política de âncora cambial, a tendência era a de estímulo às importações e desestímulo às exportações, de modo a se esperar impactos negativos na balança comercial, o que de fato não causava preocupação, porque acreditava-se que este déficit seria facilmente coberto com a entrada de capitais de curto prazo e investimento direto estrangeiro (IDE). É neste ponto que se justifica a intensa liberalização financeira no período, que se efetivaria por meio de elevações nas taxas de juros, ou, em outras palavras, no prêmio de risco, como forma de garantir a atratividade principalmente dos capitais de curto prazo. Os capitais de longo prazo (IDE) seriam atraídos não apenas por câmbio e juros favoráveis, mas também pelo próprio mercado interno brasileiro. É importante citar que após a crise mexicana de 1994, ocorre um "efeito manada", que torna o país extremamente vulnerável e cuja solução estava numa nova elevação dos juros, já que não se alterava o câmbio por considerar esta variável fundamental para a queda de preços.

O processo de concessões e privatizações é acelerado a partir de 1996, em função do agravamento das contas públicas e de problemas de financiamento externo ocasionados pelas crises asiática e russa de 1997 e 1998, respectivamente. Então, na corrida por capitais externos, é feita uma opção pela intensificação do processo de privatizações na medida mesma em que era mantida a estratégia de abertura comercial e financeira e de valorização cambial em nome da estabilidade monetária. Nestas circunstâncias, foram vendidas empresas dos setores de siderurgia, mineração, energia elétrica, telecomunicações, sendo que o capital estrangeiro se concentrou nestes dois últimos, e ficaram pendentes as privatizações da Petrobrás, Eletrobrás e de alguns bancos e empresas do ramo de transporte e saneamento.

Críticas relevantes ao processo de privatizações envolvem a percepção de que sua atuação foi bastante precária no sentido de corrigir a crise fiscal brasileira, tendo em vista que as vendas de estatais não atingiram sequer 1% do PIB ao longo da década e que boa parte do que foi recebido pelo governo correspondeu a uma mera "troca de guichê", dado que, conforme nos mostra Cano (2000, p. 255), 6 bilhões são provenientes do BNDES, que comprou algumas participações e financiou algumas vendas, outros 6 bilhões advêm dos fundos de pensão de trabalhadores estatais e pouco mais de 1,3 bilhão saíram do Banco do Brasil através de participação indireta em algumas empresas.

Além disso, a própria reforma do Estado foi aprofundada no governo FHC através de várias medidas provisórias, leis e emendas, que eliminaram ou restringiram direitos conquistados na Constituição de 1988. Houve um ataque explícito ao funcionalismo público, com abertura da possibilidade de demissão mediante avaliações periódicas de desempenho e extinção de cargos e com a efetiva demissão de não-estáveis (e até mesmo de funcionários

estáveis, quando necessário) para que fosse cumprida uma meta de despesas com salários e encargos de no máximo 60% das receitas correntes da federação, estados e municípios – estando os mesmos sujeitos à suspensão de repasses em caso de não cumprimento da meta. Além disso, a autonomia das empresas públicas em termos financeiros e administrativos passou a ser vinculada ao seu desempenho de algumas atividades antes exercidas pelo governo – tais como saúde, educação, pesquisa, meio ambiente, cultura – e que passaram para a responsabilidade de entidades privadas sem fins lucrativos, cuja existência, além de contar com financiamento governamental, significava o afastamento do Estado de atividades desta natureza e a própria eliminação de órgãos a elas vinculados (CANO, 2000: 251-252).

Pensando em termos de resultados e problemas com os quais se iniciam os primeiros anos da década atual, podemos dizer primeiramente que o Brasil enfrenta um problema de "armadilha do crescimento". Adotada uma política cambial, todas as outras políticas deveriam estar subordinadas a ela. Desta forma, com um câmbio valorizado, havia efeitos importantes em termos da ampliação da vulnerabilidade externa, de modo que as nossas contas externas passavam a ficar à mercê dos humores dos capitais internacionais. Houve, então, uma ampliação do endividamento externo em função do aumento nos juros e da entrada de capitais de curto prazo.

O que ocorre é que, quando se coloca a necessidade da vinda de IDE e quando se utiliza mecanismos para que esta entrada seja estimulada com o intuito de que sejam cobertos déficits do balanço de pagamentos, não há como programar esta entrada, tendo em vista que este tipo de capital ingressa no país de acordo com a conveniência e com as possibilidades de acumulação. Não se pode contar com estes capitais como uma entrada contínua para que sejam cobertos déficits de balanço de pagamentos e é aí que se recorre aos capitais de curto prazo, que, aliás, apresentam-se muito mais voláteis que os anteriores.

Para além disto, os IDE's provocam a internacionalização da economia brasileira. A referência para decisões das empresas multinacionais é seu próprio país de origem, de modo que as possibilidades de que o país hospedeiro exerça sua influência nas decisões dessas firmas são evidentemente muito baixas.

Adicionalmente, o crescimento do PIB é baixo quando comparado ao crescimento populacional de modo que a renda per capita se mostra decrescente.

Em síntese, teríamos alcançado a estabilidade, no entanto, permanecendo com um baixo nível de crescimento econômico, um alto endividamento externo e interno do setor público, um alto déficit operacional (embora haja superávit primário, haja vista que paga-se muitos juros), um baixo nível de investimento e altos níveis de vulnerabilidade externa

estrutural, conforme veremos mais adiante. Ademais, permanecemos com os mesmos problemas históricos do desenvolvimento brasileiro, tais como falhas na distribuição de renda, atraso tecnológico, desigualdades regionais, dentre outros. E tudo isto talvez nos permita caracterizar a década de 90 como sendo mais uma década perdida, que deixa inúmeras fragilidades a serem superadas no futuro.

4.3 O atual governo Lula

O Governo Lula se inicia em janeiro de 2003 trazendo consigo a herança maldita deixada pelos oito anos de Governo FHC – refletida nos resultados e problemas deste início de década, brevemente apontados anteriormente. O novo presidente ainda traz consigo o peso de uma história de luta sindical em favor dos trabalhadores e, portanto, as expectativas de um país que necessita de mudanças.

Teoricamente, a nova aliança política que chega ao poder com a eleição de Lula possuía um modelo de desenvolvimento alternativo para o país, isto é, distinto daquele que fora aplicado durante os anos precedentes. Assim, o programa de governo teria como principais eixos (i) o social como essência, partindo da constatação de que os modelos de política econômica aplicados no país sempre relegaram o social a um plano secundário e residual, de modo que os programas de investimento na área de seguridade social deveriam se constituir em verdadeiros vetores de crescimento e transformação da economia e, fundamentalmente, toda a dinâmica econômica deveria ser subordinada aos objetivos e prioridades sociais; (ii) a redução da dependência da economia brasileira com relação ao capital estrangeiro, identificada como sendo esta a restrição fundamental para a retomada e sustentação do crescimento econômico; e (iii) a desprivatização do Estado através da reconstrução da capacidade estatal de regulação e suporte ao desenvolvimento, da reversão da fragilidade fiscal e do desenvolvimento de mecanismos de participação democrática na gestão estatal.

De fato, com a publicação do Plano Plurianual (PPA) 2004-07 evidencia-se, então, o plano de governo de Lula, que inclui uma boa articulação entre os ministérios no sentido da realização de um grande projeto social, envolvendo o Programa Fome Zero enquanto mecanismo de redistribuição de renda capaz de fomentar o mercado interno de consumo de massa e envolvendo também propostas positivas nas áreas de saúde, educação, transporte, meio ambiente, infra-estrutura, de modo que o Estado retornaria ao cenário, tanto para

garantir estes serviços quanto para alavancar a atividade econômica através de investimentos especialmente na área de construção civil que tem efeitos multiplicadores significativos por toda a economia, de modo que, teoricamente, poderíamos vislumbrar a ocorrência de um desenvolvimento sustentado ao longo do tempo, com crescimento econômico e a possível geração dos 10 milhões de empregos prometidos em campanha.

Apesar do programa alternativo de desenvolvimento econômico ser capaz de identificar os principais pontos de estrangulamento da economia brasileira, isto é, os principais limites impostos ao desenvolvimento do país, a ação governamental se guiou pelas regras rígidas de condução da política econômica que prevaleceram nos anos anteriores.

A controvérsia tem início quando se analisa a proposta de política econômica, que já é explicitada no próprio PPA e reafirmada no documento *Política Econômica e Reformas Estruturais* publicado pelo Ministério da Fazenda (2003). O eixo da proposta econômica se pauta na manutenção da estabilidade macroeconômica, por meio da prática de uma política de metas inflacionárias, que traz como pano de fundo altas taxas de juros no sentido do controle da demanda interna (consumo e investimento), partindo do diagnóstico de que temos uma inflação justamente de demanda. A estabilização ainda traz consigo a necessidade de manutenção de um "bom resultado primário" (leia-se: superávit primário) para fazer face ao serviço da dívida, e ao seu principal, no intuito de diminuir a relação dívida externa/PIB. Ou seja, a idéia é a de manutenção de um ajuste fiscal pesado, com corte de gastos primários que vão em sentido oposto à proposta de ação social, como assim se convencionou chamar. As altas taxas de juros ainda têm o papel de atrair capitais externos para o fechamento das contas do balanço de pagamentos, evidenciando a manutenção da abertura e desregulamentação financeira antes praticada nos desastrosos anos 90.

Torna-se, então, nítida a separação entre as esferas econômica e social, de tal forma que a primeira segue à risca aquilo que é apregoado pelos mecanismos multilaterais do tipo FMI e BIRD e impede ou limita qualquer tipo de atuação na segunda.

Tentando analisar os motivos que levam o Governo Lula ao aprofundamento das práticas de política econômica de "inclinação inequivocamente liberal", Paulani (2003) e Gonçalves (2002) parecem ter abordagens absolutamente convergentes. A primeira razão alegada pelo governo que justifica tal continuidade seria a de que não há outra alternativa, ou a de que só existe uma macroeconomia correta e neutra, que seria aquela com "fundamento científico". Desta forma, *"o matiz ideológico fica assim relegado à condução de políticas de enfoque microeconômico: mais ativamente 'pró-social' para os de esquerda (política*

compensatórias), menos preocupadas com o 'social' para os de direita" (PAULANI, 2003: 20).

Configura-se, assim, um contexto onde apenas são notadas mudanças marginais, tal qual defendido por Gonçalves (2002). A confirmação disto se dá nas reformas previdenciária e tributária[60] empreendidas no período, que *"têm claramente um foco na racionalização e negligenciam, em maior ou menor medida, os eixos da moralização e da distribuição"* (GONÇALVES, 2002: 31), no elemento de continuidade em relação à política econômica externa e no retrocesso que representam as propostas de reforma constitucional e autonomia do Banco Central.

Tudo isto sendo feito em favor da lógica da credibilidade, de acordo com a qual os investidores estrangeiros veriam no Brasil boas possibilidades de aplicação de seus capitais e a partir da qual se passaria à prática de uma política econômica indutora do crescimento e do emprego. Esta credibilidade teria suas bases na necessidade de manutenção da governabilidade, ou, talvez, em outras palavras, na manutenção do poder. Parece a recuperação histórica de que *"a política de conciliação, de transação, teve como principal objetivo aplainar mais as divergências dos grupos dominantes que conceder benefícios ao povo"* (RODRIGUES, 1965: 103 apud. GONÇALVES, 2002: 29).

A partir destas colocações, julgamos pertinente qualificar o governo Lula como sendo de inclinação inequivocamente neoliberal[61]. Se se analisa as propostas contidas no PPA 2004-07, podemos negar esta caracterização porque nos parece que o governo tem nas bases do seu eixo de desenvolvimento uma reinserção do Estado de forma ativa na economia, o que, por si só, já eliminaria qualquer fundo neoliberal em sua abordagem. Entretanto, sua política econômica é absolutamente convergente com esta perspectiva, demonstrando que de fato esta é uma política econômica que se dá exatamente nos moldes daquela praticada no governo FHC, sendo inclusive uma exacerbação da própria.

> Neste sentido, a similaridade nas visões de mundo mostra a existência de uma incoerência lógica no discurso econômico do atual governo, que afirma que as condições econômicas adversas recebidas foram resultado do modelo de política econômica anterior. Mas o conjunto de medidas adotadas na economia é similar ao

[60] *"Até 1964, o trabalhador do setor privado via as vantagens existentes no serviço público, como a estabilidade no emprego, uma conquista que deveria ser estendida a todos. (...) Após a ofensiva política e ideológica do neoliberalismo, a mesma diferença de condições de trabalho passou a ser pensada de uma outra perspectiva. Aquilo que era uma conquista a ser estendida a todos passou a ser visto como um privilégio a ser eliminado"* (BOITO JR., 2003: 32).

[61] Soria-Silva e Barbosa (2006) são menos enfáticos nesta colocação e acreditam que há elementos no governo Lula que contrariam esta idéia.

> que é criticado. Como se sabe, o governo FHC foi caracterizado pela implementação de políticas de corte ortodoxo. (PAINCEIRA e CARCANHOLO, 2004: 23)

Sendo assim, e antecipando algumas conclusões que serão percebidas no encerramento do capítulo, a atual política econômica do governo Lula reforçou a tendência de ampliação da vulnerabilidade externa brasileira dificultando a retomada e sustentação do crescimento econômico, e ainda com ampliação do desemprego e com todas as conseqüências que lhe são próprias, uma distribuição regressiva da renda e da riqueza, associada a uma marginalidade e violência crescentes, além de um Estado que se vê a serviço e à mercê do capital financeiro.

4.4 Evolução estrutural/conjuntural dos indicadores de vulnerabilidade a partir das crises externas vividas no período

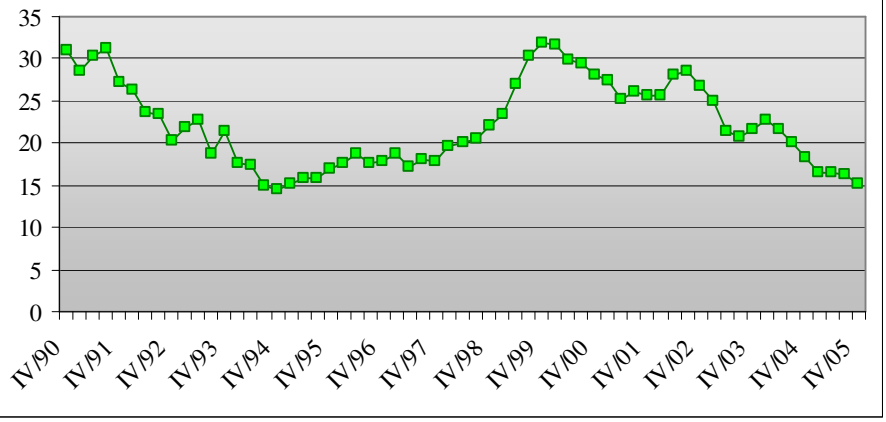
Assim como fizemos no capítulo anterior, e partindo dos mesmos objetivos e constatações, torna-se, neste momento, fundamental tratar, de forma particular, dos indicadores de vulnerabilidade externa[62] e dos respectivos resultados alcançados pelo país com base num intenso processo de fragilização financeira, fruto da estratégica neoliberal de desenvolvimento sustentada pelo Brasil ao longo da década de 90 e início da década seguinte. Com isto, acreditamos ser possível apontar para o fato de que este país teve sua situação de dependência aprofundada a partir da intensificação de sua vulnerabilidade, tal como argumentado no primeiro capítulo deste trabalho.

Iniciando com a análise do indicador juros líquidos como proporção das exportações anuais (Gráfico 4.1), notamos que há uma queda nesta relação – que passa de 31% no último trimestre de 1990 para 14,5% ao final de 1994 – em função de uma elevação das exportações e de uma queda no pagamento de juros sobre a dívida externa. A partir de então, no contexto da crise mexicana, a trajetória é revertida e o indicador atinge os 31,7% ao final de 1999, tendo em vista que o pagamento de juros cresce de maneira mais acelerada que o crescimento das exportações, inclusive como impacto da própria crise brasileira do início deste ano. Como, no início de 2000, os juros passam a apresentar certa estabilidade em torno dos US$ 15 bilhões anuais e as exportações assumem uma trajetória ascendente num ritmo mais intenso

[62] Os dados utilizados para a construção dos indicadores de vulnerabilidade externa brasileiros são todos provenientes do Banco Central do Brasil e estão disponíveis em: http://www.bacen.gov.br/. As tabelas que deram origem aos gráficos foram elencadas no Anexo 1 do presente trabalho.

do que aquele que vinha sendo registrado até então, o indicador volta a decrescer, atingindo os 15,2% no último trimestre de 2005, quando as exportações superam os US$ 118 bilhões ao ano e o pagamento de juros se aproxima dos US$ 18 bilhões.

Gráfico 4.1 - Brasil: Juros/Exportações (%)



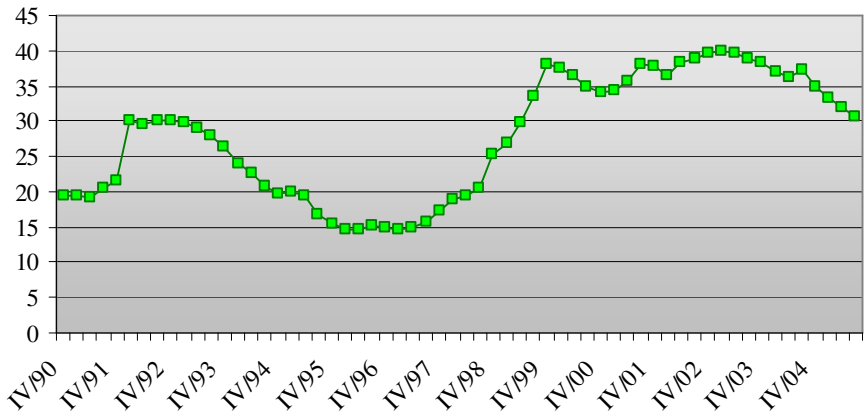
Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil – vários números.

Quando consideramos apenas o lado quantitativo da questão, é inconteste afirmar que o indicador sofreu melhoras ao longo do período em questão, muito embora tenha havido certas oscilações em momentos de crise. O relevante aqui é perceber que estes resultados positivos foram impulsionados por uma ampliação das exportações e não por uma queda no pagamento de juros da dívida externa. Ademais, torna-se imprescindível alegar que, não obstante os números em termos de exportações tenham sido bastante significativos, este otimismo não pode ser reafirmado para o nível qualitativo da questão, já que esta evolução se deveu exclusivamente a uma forte ampliação das exportações de *commodities* e/ou produtos de baixo valor agregado, tal como assinala Filgueiras (2005) em relação à inserção internacional brasileira.

No que diz respeito ao indicador de dívida externa líquida em relação ao PIB (Gráfico 4.2), notamos um crescimento do mesmo entre o último trimestre de 1990 (19,4%) e o primeiro trimestre de 1992 (30%) e uma certa estabilidade do indicador no patamar dos 29% até o início de 1993. Painceira e Carcanholo (2002, p. 11) argumentam que isto *"ocorreu fundamentalmente por causa da recessão econômica do período, como efeito dos planos de estabilização do governo Collor, e da acentuada elevação no valor da dívida externa a partir de 1992"*. De fato, a dívida externa total brasileira passa de US$ 92 bilhões no último trimestre de 1991 para US$ 132 bilhões no primeiro trimestre do ano seguinte, ao passo que o

PIB atravessa uma trajetória de queda iniciada no primeiro trimestre de 1991. A partir de 1993 o indicador registra melhoras significativas em função de uma ampliação do PIB em proporção superior ao crescimento da dívida externa líquida – o primeiro sai da casa dos US$ 388,3 bilhões no início de 1993 e atinge os US$ 807,8 bilhões ao final de 1997 numa trajetória constante de crescimento –, cujo crescimento é freado por uma ampliação substanciosa das reservas internacionais (que crescem de US$ 22,3 bilhões no início de 1993 para US$ 61,7 bilhões em meados de 1997). Deste modo, o que se percebe neste intervalo é uma queda no indicador dos 29% no início de 1993 para os 15% no segundo trimestre de 1997, momento este em que a trajetória assume novamente uma perspectiva ascendente em função da deflagração da crise asiática. Deste modo, a relação dívida externa líquida/PIB salta dos 17,4% ao final de 1997 para os 38,1% ao final de 1999, dado que o PIB assume uma trajetória de queda – como resultado da elevação das taxas domésticas de juros no intuito de conter uma possível fuga de capitais externos provocada pela crise – e que a dívida externa se amplia quase que ininterruptamente neste intervalo de tempo.

Gráfico 4.2 - Brasil: Dívida Externa Líquida/PIB (%)



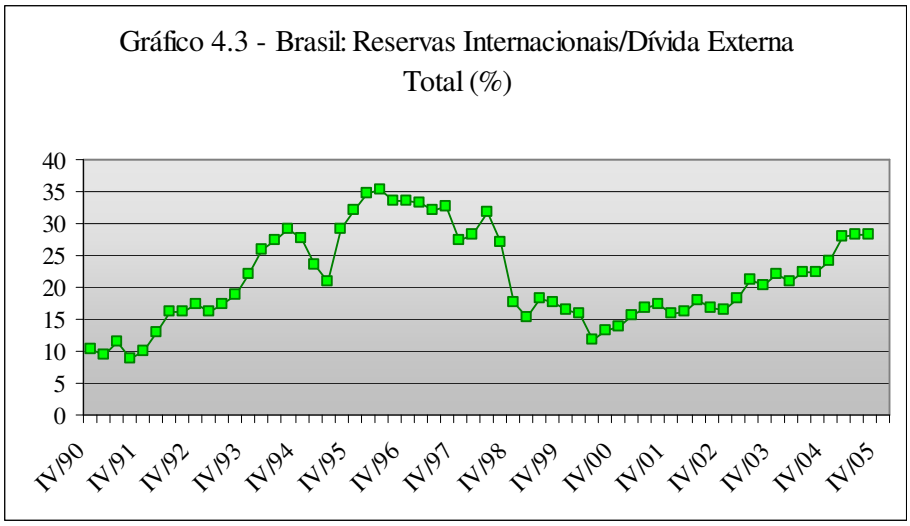
Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil – vários números.

A crise cambial brasileira de 1999 e a conseqüente desvalorização ocorrida no período acentuam a redução do PIB em dólares a partir de então, o que, somado a uma tendência de manutenção da dívida externa num patamar próximo aos US$ 230 bilhões, provoca uma ampliação do indicador, que salta dos 37,5% no primeiro trimestre de 2000 para os 39,9% e os 39,6% no primeiro e no segundo trimestres de 2003, respectivamente. A partir de então, a relação assume novamente uma perspectiva de queda impulsionada por uma redução da

dívida líquida – a dívida externa total brasileira cai de US$ 238 bilhões em meados de 2003 para US$ 201 bilhões no terceiro trimestre de 2005 – frente a uma aparente estabilização do PIB brasileiro que sofre apenas algumas variações para cima ou para baixo ao longo do período.

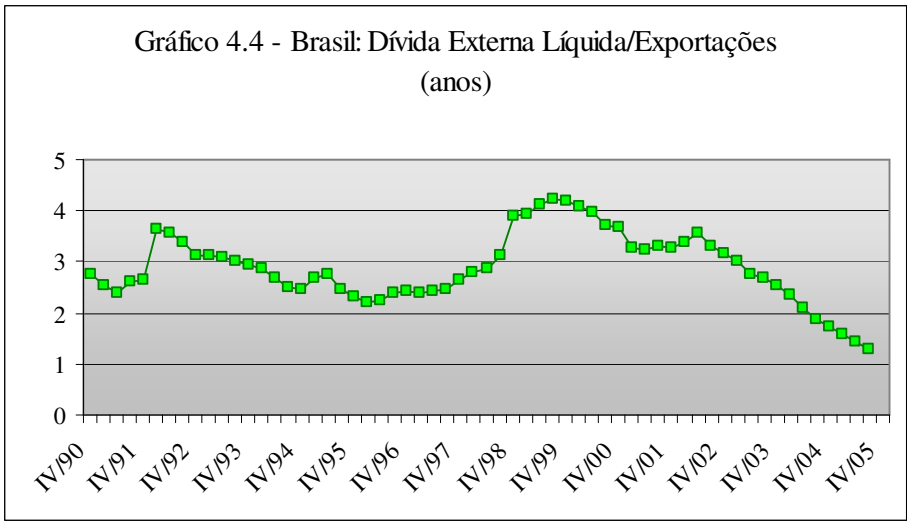
A análise da relação reservas internacionais como proporção da dívida externa total brasileira (Gráfico 4.3) reflete um crescimento progressivo deste indicador do início de 1990 ao final de 1994 – dos 10,3% aos 27,7% – em função da uma intensa entrada de capitais externos no Brasil no período, aumentando as reservas internacionais e, portanto, promovendo saldos positivos no balanço de pagamentos. Por outro lado, a evolução deste indicador é claramente influenciada pelas crises cambiais ocorridas no México em dezembro de 1994, na Ásia em 1997, na Rússia em 1998, no próprio Brasil em janeiro de 1999 e na Argentina em 2001. Em função disto, a relação cai para 21% no segundo trimestre de 1995, volta a crescer e se mantém relativamente constante entre os 32% e os 35% até o terceiro trimestre de 1998 – após ter sofrido uma leve queda ao final de 1997 e início de 1998, quando o indicador atinge os 27,2% e os 28,3%, respectivamente. A trajetória é novamente revertida e o indicador chega aos seus menores patamares no início de 1999, com 15,2%, nos três últimos trimestres de 2000, com 11,7%, 13,2% e 13,8%, respectivamente, e no início de 2001, com 15,5%. Todos estes percalços são conseqüência dos impactos que as crises exercem sobre os níveis das reservas internacionais, que, por conta do efeito contaminação, caem significativamente nestes momentos. Ademais, é importante mencionar que há uma tendência de crescimento da dívida externa total brasileira, fortalecendo a redução do indicador.

Apenas a partir de 2003 as reservas internacionais são restabelecidas, o que, somado à queda da dívida externa, que passa de US$ 224 bilhões no segundo trimestre de 2004 para US$ 202 bilhões no terceiro trimestre de 2005, faz com que o indicador retome patamares mais elevados, chegando a 28,2% no terceiro trimestre de 2005.



Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil – vários números.

O indicador de dívida externa líquida sobre a soma de exportações anuais (Gráfico 4.4) exibe a quantidade de anos necessários para pagar a dívida externa com os recursos oriundos das exportações para cada período, de modo que, como já apontamos no capítulo anterior, quanto mais baixo se apresenta o índice, mais cômoda é a situação e vice-versa. Sendo assim, para o caso brasileiro, percebemos piora do indicador ao longo da década de 90. No início de 1991 eram necessários 2,5 anos para pagar a dívida líquida com o volume de exportações obtido naquele momento. Estes números crescem para 3,6 anos no início de 1992 e retornam a seus patamares originais, oscilando entre 2,2 e 2,9 anos entre 1994 e meados de 1998. No ano de 1999 – pós-crise cambial brasileira – este indicador atinge seus níveis mais elevados, oscilando entre 4,0 e 4,2 anos persistentemente até o segundo trimestre de 2000, momento a partir do qual o indicador passa a cair quase que ininterruptamente, encerrando o terceiro trimestre de 2005 com uma necessidade de 1,3 ano para a quitação da dívida externa líquida com o volume de exportações obtidos naquele momento. O que explica esta melhora é uma queda nos números referentes à dívida externa líquida ao mesmo tempo em que se verifica um crescimento das exportações brasileiras.

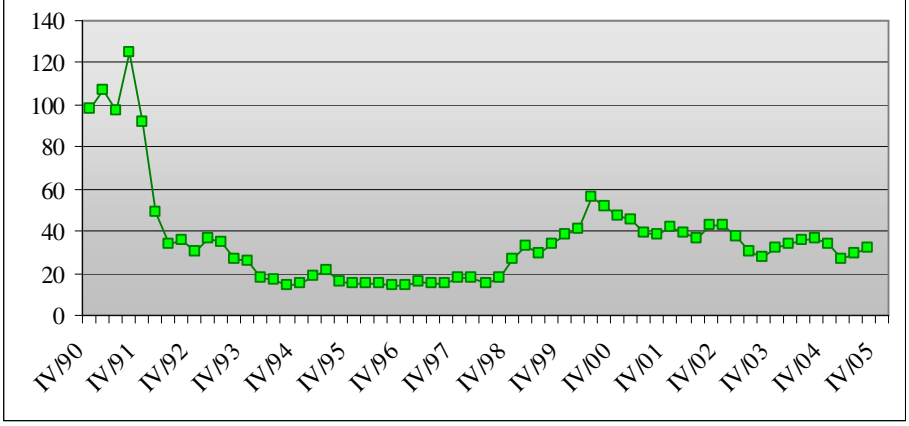


Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil – vários números.

No tratamento dos juros pagos e do serviço da dívida externa (que engloba amortizações e juros sobre a dívida), ambos sendo considerados relativamente às reservas internacionais (Gráficos 4.5 e 4.6), temos uma queda bastante acentuada na relação juros/reservas – de 125% no terceiro trimestre de 1991 passa a oscilar entre 15% e 18% durante todo o ano de 1994 e em praticamente todo o período que se estende do terceiro trimestre de 1995 ao terceiro trimestre de 1998. Este comportamento se justifica com base na grande entrada de capital externo propiciada pelo processo de liberalização financeira externa ocorrida no país e, portanto, numa ampliação das reservas internacionais que crescem em proporção superior ao crescimento dos juros sobre a dívida – as primeiras variam de US$ 7,9 bilhões no terceiro trimestre de 1991 para US$ 46 bilhões no terceiro trimestre de 1995 e para US$ 61,1 no terceiro trimestre de 1998, enquanto que os juros passam de US$ 9,9 bilhões para US$ 7,1 bilhões e US$ 10,8 bilhões nos mesmos períodos considerados respectivamente. Dadas a crise russa em 1998, a crise cambial brasileira em 1999 e a conseqüente fuga de capitais que ambas promovem, o indicador assume uma trajetória ascendente que se estende até a primeira metade de 2000, quando o indicador atinge 57% e 52% nos dois primeiros trimestres. Esta trajetória reflete um esgotamento das reservas internacionais nestes momentos críticos, de modo que seu volume só volta a se recuperar em meados de 2003, atingindo os US$ 57 bilhões no terceiro trimestre de 2005 e promovendo uma melhora da relação juros/reservas, que, com juros mais ou menos estáveis numa média US$ 17 bilhões, atinge seus menores números no início de 2005 – com 26,9 % e 29,3% nos dois primeiros trimestres do referido ano.

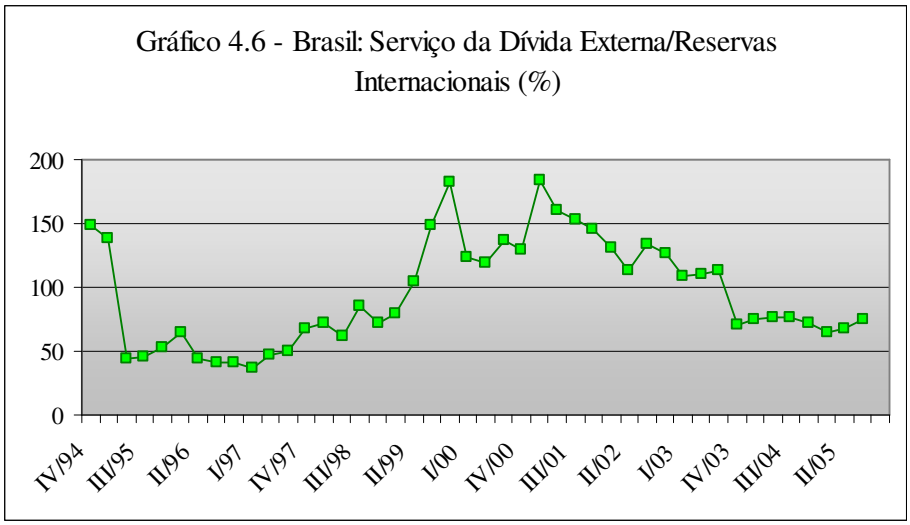
No que tange ao serviço da dívida[63] como proporção das reservas internacionais, houve uma forte redução deste indicador na passagem do primeiro para o segundo trimestre de 1995 – de 138% para 43,9% –, em razão de uma acentuada queda das amortizações – de US$ 49,6 bilhões para US$ 11,8 bilhões – nesse mesmo período, haja vista que o pagamento de juros líquidos apresenta trajetória ascendente. O indicador permanece relativamente estável até a crise asiática em 1997 (apenas com uma súbita e temporária elevação na virada de 1995 para 1996) e torna-se crescente com a eclosão das crises russa e brasileira (chega aos 183% ao final de 99 e no início de 2001), assim como ocorre com a relação juros/reservas. Isto se dá, conforme já dito, em função do colapso das reservas internacionais combinado com um crescimento do serviço da dívida nestes períodos. A relação só volta a decrescer a partir de meados de 2001, depois de passados os efeitos da crise de 1999 – quando se registra queda do serviço da dívida e o início da recuperação do volume de reservas –, e fecha o terceiro trimestre de 2005 aos 75,7%.

Gráfico 4.5 - Brasil: Juros/Reservas Internacionais (%)



Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil – vários números.

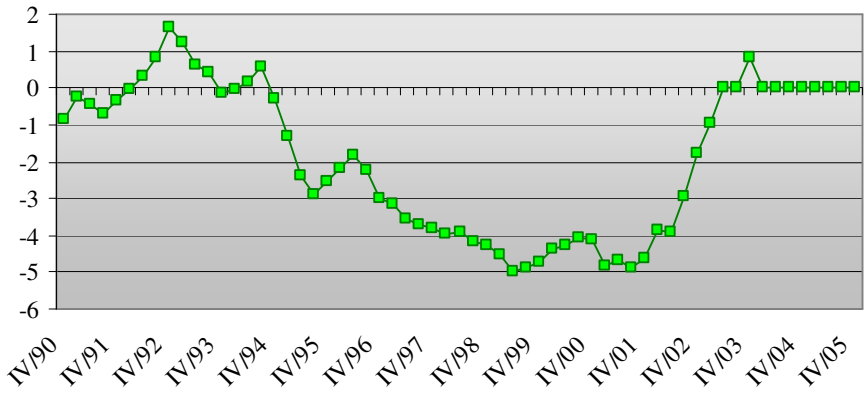
[63] Os dados referentes ao serviço da dívida externa foram levantados, no caso brasileiro, a partir do último trimestre de 1994, de modo que os indicadores que envolvem esta variável – quais sejam, serviço da dívida externa/reservas internacionais (Gráfico 3.6), serviço da dívida externa/exportações (Gráfico 3.8) e serviço da dívida externa/PIB (Gráfico 3.9) – passam pelo inconveniente de serem analisados com esta limitação.



Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil – vários números.

O déficit em transações correntes como porcentagem do PIB (Gráfico 4.7) é formado tanto pelos resultados da balança comercial e da balança de serviços, como pelas transferências unilaterais. Para o caso brasileiro o déficit começa a se apresentar mais fortemente após a implementação do Plano Real em 1994, chegando a 2,9% do PIB no terceiro trimestre de 1995 e enfrentando uma pequena melhora no segundo trimestre de 1996 (1,8% do PIB), momento a partir do qual o índice assume uma trajetória ascendente, atingindo seu ápice no segundo trimestre de 1999, no contexto da crise cambial brasileira, quando o déficit chega aos 5% do PIB. O indicador permanece relativamente estável até o final de 2001, oscilando entre -4% e -4,9%, quando passa a apresentar movimento de queda, de modo que o saldo em transações correntes se apresenta praticamente nulo do segundo trimestre de 2003 ao final de 2005, com apenas um resultado positivo na casa dos 0,8% no último trimestre de 2003. Os resultados negativos apresentados ao longo de quase toda a década de 90 e no início dos anos 2000 se devem às baixas cifras atingidas pela balança comercial e pelo aumento do pagamento dos serviços da dívida, além do crescimento do PIB registrado no período, e foram agravados pelas crises asiática, russa e brasileira. Ademais, estes resultados demonstram a necessidade de financiamento externo do país.

Gráfico 4.7 - Brasil: Déficit em Transações Correntes/PIB (%)



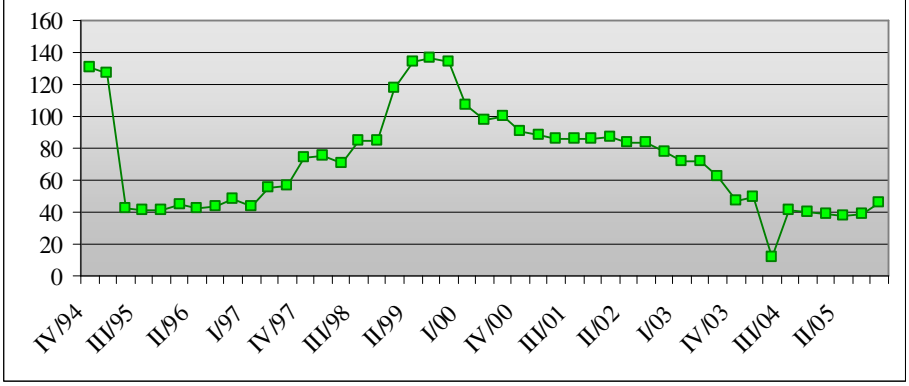
Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil – vários números.

A análise da relação serviço da dívida externa/exportações (Gráfico 4.8) nos permite afirmar que este indicador inicia o ano de 1995 num patamar de 127% em função *"do elevado montante de amortizações do período, no contexto da renegociação da dívida externa nos moldes do Plano Brady*[64]*"* (PAINCEIRA e CARCANHOLO, 2002: 17). A partir do segundo trimestre deste mesmo ano o indicador sofre uma queda abrupta, chegando aos 42% no período e mantendo-se relativamente estável até a eclosão das crises asiática, em 1997, e russa, em 1998. Neste momento a relação volta a crescer e retoma seus níveis originais de meados da década, iniciando o ano de 1999 em 118%, com ápice no terceiro trimestre do mesmo ano aos 136%, já no contexto da crise cambial brasileira. O que explica as cifras relativamente mais baixas registradas no período anterior às crises é o fato de que, muito embora tenha havido um leve crescimento dos juros líquidos e amortizações no período, esta elevação foi compensada pela ampliação das exportações, que saem dos US$ 38 bilhões no início de 1994 e ultrapassam os US$ 49 bilhões em meados de 1997. Com as crises cambiais já mencionadas, o indicador cresce em virtude da elevação do serviço da dívida externa – tanto em função do crescimento dos juros quanto em função do crescimento das amortizações – e de uma leve queda das exportações, especialmente no ano de 1999. A partir do primeiro trimestre de 2000 o índice assume novamente uma trajetória descendente, embora se sustente em proporções ainda elevadas até meados de 2003, com cifras superiores a 60%. Somente ao final de 2003 o indicador sofre uma melhora mais significativa e passa a oscilar entre 47% no

[64] *"Na essência, o Plano Brady provia alívio por meio da reestruturação das dívidas para com os bancos comerciais a taxas de juros mais favoráveis e por meio da possibilidade de securitizar essas dívidas por títulos de renda fixa"* (BOTARO, 2001: 56 apud. CARCANHOLO, 2002: 104).

quarto trimestre deste ano e 38% em meados de 2005, apenas com uma queda abrupta no segundo trimestre de 2004, quando o indicador atinge os 112%, seu nível mais baixo ao longo de todo o período estudado. O que explica esta reversão é uma tendência de ampliação das exportações assumida principalmente a partir de 2000, ao passo que o pagamento do serviço da dívida se estabiliza em torno dos US$ 50 bilhões no período compreendido entre o início de 2000 e o início de 2002 e decresce a partir de então, em função de queda nas amortizações, exceto no quarto trimestre de 2005, quando este componente do serviço da dívida volta a crescer de maneira considerável.

Gráfico 4.8 - Brasil: Serviço da Dívida Externa/Exportações
(%)

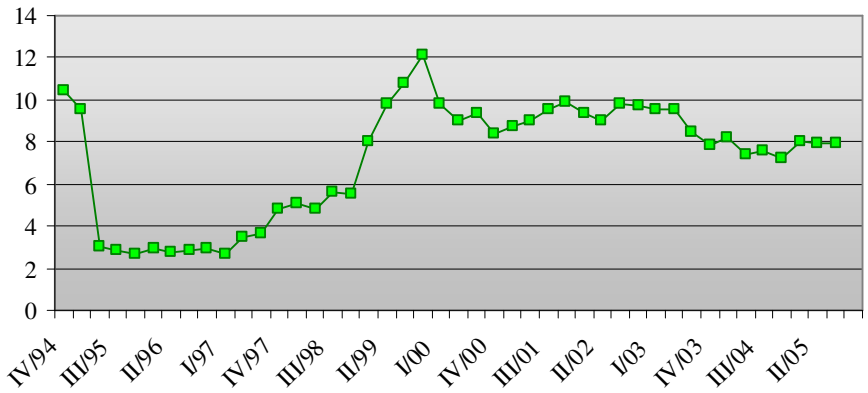


Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil – vários números.

Finalmente, o índice que apresenta o serviço da dívida externa como proporção do PIB (Gráfico 4.9) sofre uma queda bastante significativa na passagem do primeiro para o segundo trimestre de 1995 – de 9,5% para 2,9% – e se mantém mais ou menos estável até a crise asiática em 1997, quando assume uma trajetória de crescimento intensificada a partir do primeiro trimestre de 1999, no quadro desenhado pela crise cambial brasileira. A relação finaliza o ano de 1994 e inicia o ano de 1995 em patamares elevados por conta da forte amortização da dívida ocorrida no período (em torno dos US$ 50 bilhões). A reversão é conseqüência de uma forte redução das amortizações a partir do segundo trimestre de 1995 (as cifras passam para a casa dos US$ 11 bilhões) e da recuperação da atividade econômica interna ocorrida neste momento. Como já dito, em razão da crise asiática o indicador volta a se elevar (4,8% no último trimestre de 1997), intensifica seu ritmo de crescimento durante a crise russa (5,6% no terceiro trimestre de 1998) e atinge seu ponto mais alto (12,1%) no quarto trimestre de 1999, o que é reforçado pela desvalorização cambial ocorrida em função

da crise brasileira e pela conseqüente queda do PIB brasileiro em dólares. Esta piora da atividade econômica se desenha como tendência até o último trimestre de 2005, de modo que os melhores resultados apresentados pelo indicador após esta fase crítica se devem a uma queda do serviço da dívida – muito mais em razão de um decrescimento das amortizações que de uma diminuição dos juros – registrada de maneira mais ou menos uniforme desde então.

Gráfico 4.9 - Brasil: Serviço da Dívida Externa/PIB (%)



Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil – vários números.

A partir desse conjunto de indicadores, é possível perceber que o Brasil tem um comportamento parecido com o da Argentina e sofre uma piora na situação de suas contas externas em vários momentos da década de 90, em função de uma deterioração de muitos dos índices de vulnerabilidade aqui relacionados. Repetindo o que já foi dito para o caso argentino, temos que esta deterioração não se verifica apenas para os índices relacionados com as reservas internacionais – que crescem no período sem que isto tenha impactos positivos em termos de redução do endividamento externo – e para os indicadores relacionados com as exportações, cuja ascensão está calcada num processo de desvalorização cambial estimulado pela crise cambial brasileira de 1999, além de ser fruto também das altas taxas de juros vigentes no país que acabam por desenhar um quadro de estagnação econômica[65]. Este processo (o de elevação das exportações), por sua vez, faz com que se elevem os níveis das reservas internacionais, fechando o círculo de uma pretensa melhora da vulnerabilidade externa, quando, na verdade, o que ocorre é um aprofundamento desta

[65] Como a pauta de exportações brasileira é baseada especialmente em produtos de baixo valor agregado e *commodities*, a elevação dos preços desses produtos em nível externo também contribui com o crescimento das exportações brasileiras.

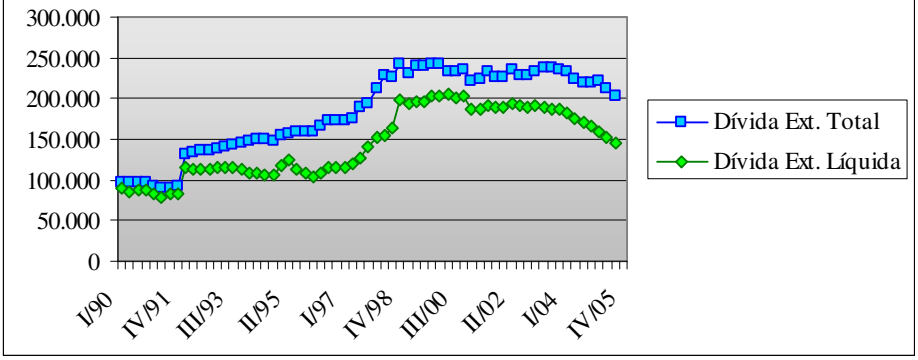
condição justamente em virtude do quadro estrutural de fragilidade que se constrói ao longo da década. Sendo assim, e novamente considerando a lógica cíclica do sistema,

> qualquer leve retomada do crescimento que venha ocorrer irá expandir a demanda por importações, pressionar o saldo da balança comercial e das transações correntes, recolocando a necessidade estrutural de financiamento externo e, portanto, de manutenção de altas taxas de juros e de restrição externa estrutural para o crescimento. (PAINCEIRA e CARCANHOLO, 2004: 22)

Vale ainda ressaltar que, diferentemente do caso argentino, o Brasil não registrou altas taxas de crescimento econômico por conta da intensidade de sua crise. Conforme havíamos afirmado, quanto mais intensa e devastadora é a fase depressiva, mais vigorosa é a fase de recuperação e ascensão. A crise brasileira não foi tão intensa quanto a argentina e, portanto, sua recuperação se dá de maneira mais moderada que no caso daquele outro país.

Os dados do Gráfico 4.10 mostram o crescimento vertiginoso da dívida externa brasileira ao longo da década de 90, em conseqüência da elevação do grau de abertura externa desta economia no período. Com isto, nos parece razoável afirmar que a contínua entrada de IDE e empréstimos externos na economia confirmam o crescimento da dívida e atuam também de modo a fazer face à alta necessidade de atração de capitais externos para seu refinanciamento, o que se percebe a partir da elevação da participação dos juros no serviço da dívida e da remessa de lucros para o exterior – que conduzem a uma balança de serviços sempre deficitária ao longo do período estudado, conforme veremos abaixo.

Gráfico 4.10 - Dívida Externa Brasileira (US$ milhões)

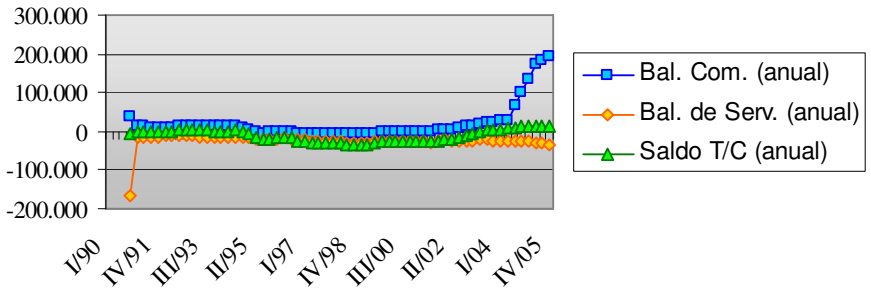


Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil – vários números.

A observação da estrutura do saldo em transações correntes do Brasil (Gráfico 4.11) nos permite verificar que o saldo da balança comercial sofre duas reversões importantes: a

primeira compreende uma queda do saldo na virada de 1990 para 1991, quando passa de US$ 37 bilhões para US$ 12 bilhões, e a sustentação da tendência descendente em quase todos os momentos da década, de modo a tornar-se quase nulo no início de 2000, em razão de um crescimento das importações em proporção superior ao das exportações. A segunda reversão ocorre a partir de 2001, quando o saldo se torna novamente positivo em torno dos US$ 2 bilhões e se exacerba de maneira substanciosa a partir do final de 2004, quando o superávit comercial alcança a cifra dos US$ 102 bilhões, chegando aos US$ 191 bilhões ao final de 2005, sendo aqui válida a argumentação de que o crescimento das exportações segue por meio de uma pauta absolutamente precária.

Gráfico 4.11 - Estrutura do Saldo em Transações Correntes do Brasil (US$ milhões)



Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil – vários números.

No que diz respeito à balança de serviços, o que temos é um crescimento do déficit ao longo da década em função da ampliação de remessa de lucros e dividendos e do pagamento de fretes e seguros, sendo que esta ampliação se sustenta até o final de 2005.

Sendo assim, o que se percebe é que o Brasil ingressa numa dinâmica de intensa transferência de recursos para o exterior (como conseqüência da inserção internacional subordinada) e de conseqüente necessidade de atração capitais externos para fazer face ao déficit em transações correntes, tendo como atrativo as altas taxas de juros, o que, por sua vez, promove a ampliação do seu endividamento externo de forma crescente. Julgamos, então, pertinente reafirmar que é ampliada a fragilidade financeira externa para o caso brasileiro como reflexo de uma opção política de abertura e desregulamentação dos mercados e é, portanto, ampliada sua vulnerabilidade externa e sua incapacidade de fazer face a possíveis choques externos ou fuga de capitais. Mais uma vez, o Estado se vê subjugado pelo grande

capital financeiro internacional e perde em termos de autonomia e da escolha de política alternativas.

4.5 Superexploração da força de trabalho: precarização no mundo do trabalho e distribuição de renda

Tal como fizemos no caso argentino, o objetivo aqui é o de explicitar a condição dependente na qual se encontra a economia brasileira nos termos da teoria marxista da dependência, que vê na superexploração do trabalho a característica estruturante desta condição.

A observação da Tabela 4.1 já nos permite iniciar com algumas considerações a este respeito. Como podemos perceber, ao compararmos os anos de 1991 e 2000, notamos que, embora haja crescimento da renda per capita, cai a porcentagem da renda que é proveniente de rendimentos do trabalho, ampliando-se o componente de renda advindo de transferências governamentais, de modo que uma parcela maior da população passa a depender deste tipo de complementação por parte do Estado.

Tabela 4.1 – Indicadores do Nível e Composição da Renda, 1991 e 2000

	1991	**2000**
Renda per Capita	230,302	297,234
% da renda proveniente de transferências governamentais	10,34	14,663
% da renda proveniente de rendimentos do trabalho	83,281	69,767
% de pessoas com mais de 50% da renda provenientes de transferências governamentais	7,944	13,245

Fonte: PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: http://www.pnud.org.br/.

A Tabela 4.2, que trata da taxa de desemprego por regiões metropolitanas, indica, para quase todas as regiões analisadas, uma tendência à ampliação do desemprego ao longo do período observado, em especial, de 1998 a 2003. Ainda que este indicador apresente melhores resultados a partir de 2004, as taxas ainda se encontram em patamares bastante elevados, não muito distintos daqueles registrados em 1998.

Tabela 4.2 – Taxa de Desemprego Total, por Regiões Metropolitanas (em %)

	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
1998	15,9	19,7	15,9	21,6	24,9	18,2
1999	17,9	22,1	19	22,1	27,7	19,3
2000	17,8	20,2	16,6	20,7	26,6	17,6
2001	18,3	20,5	14,9	21,1	27,5	17,6
2002	18,1	20,7	15,3	20,3	27,3	19
2003	20	22,9	16,7	23,2	28	19,9
2004	19,3	20,9	15,9	23,1	25,5	18,7
2005	16,7	19	14,5	22,3	24,4	16,9
jan/06	15,5	18,6	13,2	21,2	23,7	15,7
fev/06	15,5	19,5	13,6	20,8	23,8	16,3
mar/06	16,2	20,6	14,9	21,4	24,7	16,9
abr/06	15,6	20,7	15,5	21,9	24,4	16,9
mai/06	15,1	19,5	15,4	22,2	24,4	17

Fonte: Dieese. Disponível em: http://www.dieese.org.br/ped/bd/mercadotrab.xml.

No mesmo sentido de evidenciar a precarização do trabalho, a análise da Tabela 4.3 permite notar a elevada porcentagem de trabalhadores ocupados[66] que atuam numa jornada de trabalho superior às 44 horas semanais legais, estipuladas pela Constituição de 1988. Esta proporção cresce ao longo do período estudado em quase todas as regiões e isto confirma uma tendência de ampliação da jornada como mecanismo de exploração da força de trabalho, tal como sugerido pelos teóricos dependentistas marxistas.

[66] De acordo com definições do Dieese, ocupados são os indivíduos que possuem trabalho remunerado exercido regularmente ou de forma irregular, ou indivíduos que possuem trabalho não-remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie/beneficio. Deste modo, todos os trabalhadores assalariados são ocupados, mas nem todos os ocupados são assalariados.

Tabela 4.3 – Proporção de ocupados que trabalham acima de 44 horas semanais, por Regiões Metropolitanas (em %)

	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
1998	43,5	34,9	38,1	50,4	44,3	43,3
1999	44,3	35,1	43	50,4	43,7	44,8
2000	44,2	35,8	43,8	50	45,3	46,6
2001	42	36,1	40,7	49,9	43,3	44,9
2002	41,2	36,1	38,5	49,9	44,2	45,8
2003	39,1	34,3	38,5	52,2	43,6	45,3
2004	36,9	34,4	37,9	52,2	43,1	44,3
2005	36,9	33,7	37,2	52	45	42,4
jan/06	38,8	32,1	36,5	53,4	45,5	44,5
fev/06	39,2	32,2	37,4	53,4	47,6	44,7
mar/06	32,5	30,5	35,6	52,5	46,6	39,9
abr/06	33,3	30,8	34,1	52	45,3	37,5
mai/06	31,6	32	32,9	53,1	42,5	37,9

Fonte: Dieese. Disponível em: http://www.dieese.org.br/ped/bd/mercadotrab.xml.

Ao analisarmos o rendimento médio real de ocupados (Tabela 4.4), a questão da superexploração fica bem evidente, em especial pela via do arrocho salarial. É perfeitamente visível uma redução dos rendimentos de maneira quase ininterrupta ao longo do período analisado para todas as regiões metropolitanas em questão.

Tabela 4.4 – Rendimento Médio Real dos Ocupados, por Regiões Metropolitanas

(em Reais de janeiro de 2006)

	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
1998	956	1601	1088	801	884	1526
1999	902	1629	1052	758	821	1441
2000	884	1535	1055	745	820	1353
2001	886	1541	1020	735	807	1233
2002	891	1503	1008	713	802	1131
2003	812	1317	918	590	719	1059
2004	802	1301	915	568	737	1074
2005	792	1314	927	564	741	1070
dez 05	822	1290	915	567	726	1086
jan/06	854	1309	910	592	741	1088
fev/06	849	1343	919	601	748	1070
mar/06	863	1348	924	604	738	1047
abr/06	850	1354	926	590	735	1033

Fonte: Dieese. Disponível em: http://www.dieese.org.br/ped/bd/mercadotrab.xml.

Cabe ainda destacar, com base nos dados do anuário dos trabalhadores do DIEESE (2005), que mais de 50% dos trabalhadores ocupados ganham no máximo até 3 salários mínimos e que a maioria destes trabalhadores se inclui na faixa salarial entre 1 e 2 salários mínimos. Ainda baseados neste documento, quando consideramos a remuneração real média para o caso brasileiro, notamos uma queda brutal deste índice, que se encontra em 103,6 em 1997 e cai progressivamente até atingir os 75,6 em 2004.

A Tabela 4.5 direciona a análise para a observação da estrutura da distribuição de renda brasileira a partir da porcentagem de renda apropriada por faixas da população. Se, em 1991, os 20% mais pobres se apropriavam de 1,89% da renda nacional, em 2000 este número cai para 1,49%. Além disso, verifica-se que os 80% mais pobres da população não se apropriam sequer de metade da renda nacional – isto vale para o ano de 1991 (32,8%) e se agrava em 2000 (31,9%). São justamente os 10% mais ricos da população que recebem 50,9% e 52,3% da renda total, em 1991 e 2000, respectivamente, e isto retrata os resultados do projeto concentrador aplicado no Brasil na década de 1990.

Tabela 4.5 – Porcentagem da Renda apropriada por Faixas da População, 1991 e 2000

	1991	2000
% da renda apropriada pelos 20% mais pobres	1,896	1,496
% da renda apropriada pelos 40% mais pobres	6,702	6,36
% da renda apropriada pelos 60% mais pobres	15,721	15,352
% da renda apropriada pelos 80% mais pobres	32,888	31,942
% da renda apropriada pelos 20% mais ricos	67,112	68,058
% da renda apropriada pelos 10% mais ricos	50,985	52,358

Fonte: PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: http://www.pnud.org.br/.

Outra forma de chegar às mesmas conclusões é estabelecer uma relação entre pobres e ricos, tal como apresentado na Tabela 4.6. É visível uma ampliação da desigualdade distributiva percebida, inclusive, pelos cálculos do Índice de Gini[67].

Tabela 4.6 – Indicadores Sintéticos da Desigualdade de Renda, 1991 e 2000

	1991	2000
10% mais ricos / 40% mais pobres	30,431	32,927
20% mais ricos / 40% mais pobres	20,028	21,401
Índice de Gini	0,634	0,645

Fonte: PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: http://www.pnud.org.br/.

Para além disto, dados do DIEESE (2005), ao mostrarem a distribuição funcional da renda em termos da repartição do PIB entre trabalho, capital e administrações públicas, deixam evidente uma queda da remuneração dos empregados e dos rendimentos dos autônomos como proporção do PIB – em 1997 ambos correspondiam a 37% e 6%,

[67] O Índice de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição de renda. Seu valor varia de 0 – quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor) – a 1 quando a desigualdade é máxima (apenas um detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

respectivamente, e passam para 35,6% e 4,5% em 2003 –, ao passo que a parte correspondente ao excedente operacional bruto (capital) se mantém constante ao compararmos o ano de 1997 (43%) e o ano de 2000 (os mesmos 43%).

Outro dado assustador divulgado pelo DIEESE neste mesmo documento antes citado refere-se à existência e, pior, à enorme quantidade de trabalhadores escravos no Brasil. Embora Marini (2000) tenha demonstrado a superioridade da exploração do trabalho própria do sistema capitalista em relação à exploração própria do regime escravista no sentido da extração de mais valor, ainda assim trata-se de um mecanismo indiscutível de exploração da mão-de-obra e precarização do trabalho.

Tabela 4.7 – Trabalho Escravo no Brasil – 1997-2003

	Número de Casos	**Número de Pessoas Escravizadas**
1997	17	872
1998	14	614
1999	16	1.099
2000	21	465
2001	45	2.416
2002	147	5.559
2003	238	8.385

Fonte: DIEESE (2005).

Todas estas questões reunidas parecem deixar evidente que a situação ora descrita é fruto da estratégia de desenvolvimento adotada pelo Brasil com mais vigor a partir da década de 90, calcada na liberalização comercial e financeira e na opção por fazer frente aos compromissos externos de endividamento diante dos organismos internacionais. Deste modo, a recorrência à superexploração do trabalho como forma de dar continuidade à acumulação interna de capital interrompida pelas transferências de recursos para o exterior parece se confirmar, tanto pelas vias da extensão da jornada de trabalho e da precarização do trabalho quanto pela via da redução salarial. Isto nos leva a crer – e fizemos esta mesma constatação para a Argentina – que, de fato, não haverá mudanças substanciais na distribuição da renda e no poder aquisitivo da população sem que haja uma modificação drástica nas condições de regulação e intervenção pública sobre o funcionamento da economia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria da teoria da dependência surge, em diferentes vertentes, num contexto histórico de superação do processo de substituição de importações e emergência do processo de integração da economia mundial intermediado pela hegemonia norte-americana, objetivando contrapor as noções de desenvolvimento estabelecidas até então, baseadas na idéia de que o subdesenvolvimento é o ponto inicial de um *continuum* evolutivo pelo qual passam todas as economias até que atinjam uma situação de pleno desenvolvimento.

Sendo assim, esta teoria percebe que o modo de produção capitalista é intrinsecamente desigual e excludente e que desenvolvimento e subdesenvolvimento são fenômenos antagônicos – por se tratarem de situações distintas dentro de uma mesma lógica de acumulação – e, ao mesmo tempo, complementares, dado que a lógica mundial de acumulação capitalista possui características que produzem o desenvolvimento de determinadas economias na mesma medida em que produzem o subdesenvolvimento de outras. Daí conclui-se que a dependência é uma característica estruturante das economias periféricas, ou seja, à medida que prevalece a lógica de acumulação capitalista, uma vez que um país ou região se mostra dependente, será sempre dependente. O desenvolvimento capitalista aprofunda esta condição e não o contrário.

A vertente dependentista representada por Cardoso e Faletto, que chamamos de vertente weberiana da teoria da dependência, defende o desenvolvimento capitalista periférico em associação com o centro do sistema mundial, o que se daria por meio da manutenção, por parte dos países periféricos, de condições favoráveis ao crescimento do fluxo de capitais externos, tanto no sentido de superar sua escassez de divisas, quanto no sentido de garantir, sob a forma de investimentos diretos, o crescimento econômico. E por detrás desta necessidade de atrair capitais externos está a necessidade de abertura e desregulamentação dos mercados e esta proposta e essencialmente neoliberal.

A perspectiva à qual nos filiamos e que adotamos neste trabalho como nosso referencial teórico é a marxista, representada especialmente por Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, que defende a necessidade de estruturação de uma nova forma de organização da produção para que seja superada a condição dependente. O argumento que permeia esta discussão é o de que a dinâmica de acumulação de capital das economias periféricas é interrompida em função da existência de mecanismos de transferência de valor entre as economias periférica e central, levando a que a mais-valia produzida na periferia seja

apropriada e acumulada no centro. Assim, parte do excedente gerado nos países periféricos é enviada para o centro – na forma de lucros, juros, patentes, *royalties*, deterioração dos termos de troca, dentre outras –, não sendo, portanto, realizada internamente. E, para que a acumulação interna de capital nos países dependentes possa ser completada e, para tanto, mais excedente possa ser gerado, recorre-se à superexploração do trabalho no interior dessas nações, ressaltando que estas práticas são reforçadas e facilitadas pela própria lógica de funcionamento do sistema capitalista, que apresenta uma tendência de crescente ampliação dos níveis de produtividade – por meio de incorporação de capital constante ao processo produtivo, em detrimento da força de trabalho que é crescentemente expulsa deste mesmo processo – ao mesmo tempo em que fortalece a formação de um exército industrial de reserva que, por sua vez, pressiona e fortifica os mecanismos de exploração do trabalho.

Isto posto, temos que o sistema capitalista ingressa, a partir da década de 90, numa nova fase caracterizada pela exacerbação do processo de financeirização da economia, ao ponto de que a lógica especulativa se sobrepõe à lógica produtiva. Seria a fase neoliberal, que entendemos como sendo a nova forma histórica da dependência. Sendo assim, nosso argumento é o de que, em sua nova forma histórica, a dependência se estabelece mediante um intenso aprofundamento da vulnerabilidade externa dos países periféricos frente aos centrais, sendo esta a característica ou condição estruturante desta fase da dependência, de modo que podemos identificar a condição dependente de um país a partir de seus níveis de vulnerabilidade externa.

Sendo assim, num contexto de profundo processo de reorientação da ordem econômica internacional que tem como elemento essencial a liberalização das transações econômicas entre as nações (em especial no que diz respeito à esfera financeira), Argentina e Brasil se inserem de maneira subordinada na dinâmica dos fluxos internacionais de capitais através de um intenso processo de abertura financeira e comercial, o que tornou estes países, a um só tempo, receptores de fluxos financeiros de curto prazo e mercados em expansão para a economia norte-americana, concretizando-se a mudança dos padrões de desenvolvimento anteriores – marcados por forte intervenção estatal, protecionismo e diversificação industrial – para um padrão de desenvolvimento baseado na ampliação da integração desses países à economia global.

O resultado deste processo é o de uma profunda instabilidade e uma ampliação nos níveis de fragilidade e vulnerabilidade externa para ambas as nações, tendo em vista que se amplia também a necessidade de financiamento externo no período estudado. O que ocorre é que a liberalização financeira permitiu maior acesso ao capital externo, possibilitando a

renegociação das dívidas externas no início da década de 90. Por outro lado, este mesmo processo provocou uma deterioração nas contas externas desses países em virtude da ampliação do estoque da dívida externa, do fluxo de pagamento de seu serviço e, portanto, da própria necessidade de financiamento externo. Mesmo nos momentos em que há melhoras nos indicadores de vulnerabilidade estudados por conta de ampliações nas exportações e nas reservas internacionais para ambos os países, o caráter estrutural da vulnerabilidade permanece presente, haja vista que tais melhoras se dão em função de uma conjuntura de crise que, ao ser superada (sendo retomado o crescimento econômico), recoloca a necessidade estrutural de financiamento externo, tendo em vista que mais crescimento implica em mais importações e numa conseqüente pressão sobre a balança comercial e o saldo em transações correntes. E a atração de capitais para fazer face a esta necessidade de financiamento só pode se dar pela via da elevação das taxas de juros, evidenciando, mais uma vez, a restrição externa ao crescimento enfrentada por estas economias periféricas.

Desta forma, aprofunda-se a situação de dependência desses países, inclusive porque esta opção de inserção externa passiva implica numa crescente transferência de recursos em direção aos centros capitalistas, o que redunda em superexploração da força de trabalho (traduzida em arrocho salarial e ampliação e intensificação da jornada de trabalho) para que a acumulação interna possa ser garantida, em ampliação do desemprego e numa distribuição regressiva da renda e da riqueza, com o que se restringem ainda mais as possibilidades de desenvolvimento para estes países.

Embora seja fato que, qualquer que seja a administração da política econômica, os problemas estruturais que estão colocados pela situação de dependência não serão solucionados dentro da ordem econômica vigente, defendemos que a política econômica ainda possui papel decisivo nesta conjuntura. Deste modo, mesmo que a supressão da dependência não possa se dar dentro do sistema capitalista de produção – cujas contradições e lógica de acumulação fazem das desigualdades partes distintas de um mesmo todo, ou seja, tornam necessária a existência de desenvolvimento junto com subdesenvolvimento –, é possível minimizar seus efeitos através de políticas que atuem no sentido de aliviar os problemas de restrição e estrangulamento externos dessas economias através da redução do grau de abertura externa, comercial e financeira, aumentando assim a capacidade de controle cambial e revertendo o atual grau de flexibilização e desregulamentação dos mercados. Estas práticas abrem espaço para a atenuação dos índices de vulnerabilidade externa e, portanto, para a redução da necessidade de superexploração da força de trabalho para que se possa alcançar maiores níveis de acumulação interna de capital.

Então, a "margem de manobra" da política econômica pode ser aumentada, mesmo que dentro da condição de país dependente. Entretanto, ao contrário do que foi praticado pelos países dependentes a partir dos anos 70, isto só pode se dar por uma via alternativa à neoliberal, tendo em vista que esta aprofunda a situação que se quer minimizar; exacerba algo que já era próprio do sistema capitalista, reforçando suas contradições e seus malefícios.

Muito embora estas sejam questões relevantes, vale arriscar na assertiva de que este tipo de política reformista só é válido quando se tem como horizonte uma outra forma de organização da sociedade – embora a intensidade de seus efeitos e até sua duração possam ser relativizadas por determinadas conformações sociais/institucionais –, uma vez que o modo de produção capitalista é por si só antagônico e estruturalmente incapaz de superar a dependência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, N. (1994). *Os Limites Estruturais à Política Econômica Brasileira nos Anos 80/90*. Tese de Doutorado. Campinas: IE/UNICAMP.

_____. (2003). Limites à Reversão das Políticas Econômicas Neoliberais: a Recolocação da Problemática da Teoria da Dependência. In: *Anais do VIII Encontro Nacional de Economia Política*, 17 a 20 de junho. Florianópolis: Sociedade Brasileira de Economia Política.

_____. (2004). O Debate Atual Sobre a Dependência. In: *Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política*. 8 a 11 de junho. Uberlândia.

ARAÚJO, E. S. (2001). *A Teoria da Dependência Enquanto Interpretação do Desenvolvimento Capitalista nas Formações Sociais Periféricas: as versões de Cardoso e Marini*. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: IE/UFU.

BARUCO, G. C. C. (2005). *Do Consenso Keynesiano ao Pós-Consenso de Washington*. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: IE/UFU.

BECERRA, L. e MÉNDEZ, A. (2005). Un éxito demasiado caro. In: *Deuda Externa/Eterna*, nº 1, abril. Buenos Aires: EDI – Publicación de los Economistas de Izquierda.

BECERRA, L. et. al. (2004). Documento dos Economistas de Esquerda (EDI). In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº 14, junho, pp. 109-134. Rio de Janeiro.

BIELSCHOWSKY, R. (2000). *Cinqüenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record.

BLOMSTRÖM, M. e HETTNE, B. (1990). *La Teoría Del Desarrollo en Transición*. México. Fondo de Cultura Económica.

BOITO JR., A. (2003). A Hegemonia Neoliberal no Governo Lula. In: *Crítica Marxista*, nº 17, novembro, pp. 10-36.

BOTARO, R. F. (2001) O Mercado de Títulos de Países Emergentes nos anos 90. In: *Finanças Públicas*: V Prêmio Tesouro Nacional, ESAF, Brasília.

CANO. (2000). *Soberania e Política Econômica na América Latina*. São Paulo. Editora UNESP.

CARCANHOLO, M. D. (1996). *Causa e Formas de Manifestação da Crise: uma interpretação do debate marxista*. Dissertação de Mestrado. UFF. Rio de Janeiro.

_____. (1997). Formas, Conteúdo e Causa: Uma Proposta de Interpretação Marxista do Fenômeno Crise. In: *Leituras de Economia Política*, nº 5, pp. 15-31, IE-UNICAMP. Campinas.

_____. (1998). Neoliberalismo e o Consenso de Washington: a verdadeira concepção de desenvolvimento do Governo FHC. In: MALAGUTI, M. L.; CARCANHOLO, R. A. e CARCANHOLO, M. D. (Orgs.). *Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo*. São Paulo. Cortez Editora.

_____. (2002). *Abertura Externa e Liberalização Financeira: Impactos sobre crescimento e distribuição no Brasil dos anos 90*. Tese de Doutorado. IE/UFRJ. Rio de Janeiro.

_____. (2003). Equilíbrio e Crise: Uma Hipótese e um Fato Inconciliáveis. In: *Revista Econômica Textos*, nº 28. Publicação do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (IE/UFU). Uberlândia.

_____. (2004a). Dialética do Desenvolvimento Periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e alternativas de desenvolvimento. In: *Anais do IV Colóquio Latino-americano de Economistas Políticos*, 31 de outubro a 02 de novembro. São Paulo.

_____. (2004b). Neoliberalismo e Desenvolvimento em uma Economia Periférica. In: XAVIER, C. L. (Org.). *Desenvolvimento Desigual*. Edufu. Uberlândia.

_____. (2004c). Abertura e Vulnerabilidade Externa: restrições estruturais para o desenvolvimento em uma economia periférica. In: XAVIER, C. L. (Org.). *Desenvolvimento Desigual*. Edufu. Uberlândia.

CARCANHOLO, R. e NAKATANI, P. (1999). *O Capital Especulativo Parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização*. Disponível em: http://sites.uol.com.br/carcanholo [acesso em 24 ago. 2005].

CARDOSO, F.H. (1963). *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

_____. (1971). *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes: sociologia do empresário industrial argentino e brasileiro*. São Paulo: Zahar Editores.

_____. (1975). *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (1980). *As Idéias e o seu Lugar*, 2ª edição. Petrópolis: Vozes.

_____. (1993). *A Construção da Democracia*. São Paulo: Siciliano.

_____. (1995). Desenvolvimento: O Mais Político dos Temas Econômicos. In: *Revista de Economia Política*, Outubro-Dezembro.

_____. (1996). Relações Norte-Sul no Contexto Atual: uma nova dependência? In: NEVES, R. B. *O Brasil e a Economia Global*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996.

CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. (1981). *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, 6ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

_____. (2000). Dependência e Desenvolvimento na América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinqüenta Anos de Pensamento na CEPAL*, Vol. 2. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

CARNEIRO, R. (2003). *Desenvolvimento em Crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. Ed. Unesp. São Paulo.

DIEESE. (2005). *Anuário dos Trabalhadores 2005*, 6ª Edição. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. Disponível em: http://www.dieese.org.br/anu/anuario2005.pdf [acesso em 23 set. 2006].

DOS SANTOS, T. (1970). The Structure of Dependence. In: *American Economic Review*, maio, pp. 231-236. New York.

_____. (2000). *A Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

FILGUEIRAS, L. A. (2005). Superávit Versus Redução da Dívida. In: *Jornal dos Economistas*, nº 197, pp. 5-6, dezembro. Órgão Oficial do CORECON-RJ e SINDECON-RJ. Rio de Janeiro.

FRANK, A. G. (1970). *Capitalismo e Subdesarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores.

FURTADO, C. (1959). *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

GAMBINA, J. C. (2003). *Reformas Contra los Trabajadores para una Mayor Acumulación del Capital*. Disponível em: http://fisyp.rcc.com.ar/JG.Trab%20yPrecariedad.ago03.pdf [acesso em 12 mai. 2006].

GARCÍA, M. (2005). Kirchner y las Petroleras. In: *Deuda Externa/Eterna*, nº 1, abril. Buenos Aires: EDI – Publicación de los Economistas de Izquierda.

GIGLIANI, G. (2005). Argentina después del canje: se redujo la deuda pero crecieron los pagos. In: *Deuda Externa/Eterna*, nº 1, abril. Buenos Aires: EDI – Publicación de los Economistas de Izquierda.

GONÇALVES, R. (2002). Vagão Descarrilhado – o Brasil e o futuro da economia global. Rio de Janeiro: Record.

HERMANN, J. (2000). A Experiência Argentina de Liberalização Financeira nos anos 90. In: *Texto para Discussão*, n.442, março. Rio de Janeiro: IE/UFRJ.

HUNT, D. (1989). *Economic Theories of Development*. London: Harvester.

INDEC. Instituto Nacional de Estadistica y Censos de la Republica Argentina. Disponível em: http://www.indec.mecon.gov.ar/.

KATZ, C. (2004). Burguesías Imaginarias y Existentes. In: *Deuda Externa/Eterna*, nº 1, abril. Buenos Aires: EDI – Publicación de los Economistas de Izquierda.

_____. (2004a). Quebrantos Públicos. Negocios Privados. In: *Deuda Externa/Eterna*, nº 1, abril. Buenos Aires: EDI – Publicación de los Economistas de Izquierda.

_____. (2004b). Dos Proyectos de Redistribución. In: *Deuda Externa/Eterna*, nº 1, abril. Buenos Aires: EDI – Publicación de los Economistas de Izquierda.

_____. (2005). "¿Quién gana con el canje?". In: *Deuda Externa/Eterna*, nº 1, abril. Buenos Aires: EDI – Publicación de los Economistas de Izquierda.

LOZANO, C. (2005). *Los Problemas de la Distribución del Ingreso y el Crecimiento en la Argentina Actual*. Disponível em: http://www.cta.org.ar/base/article.php3?id_article=1065 [acesso em 15 mai. 2006].

LUCITA, E. (2003). Aportes para uns Propuesta Integral. In: *Deuda Externa/Eterna*, nº 1, abril. Buenos Aires: EDI – Publicación de los Economistas de Izquierda.

_____. (2004). El Problema no es la Pobreza, Sino la Concentración de la Riqueza. In: *Deuda Externa/Eterna*, nº 1, abril. Buenos Aires: EDI – Publicación de los Economistas de Izquierda.

_____. (2004a). Trabajar Menos para Trabajar Todos. In: *Deuda Externa/Eterna*, nº 1, abril. Buenos Aires: EDI – Publicación de los Economistas de Izquierda.

_____. (2005). ¿Qué Campaña por las Seis Horas? – Notas Sobre Forma y Contenido. In: *Deuda Externa/Eterna*, nº 1, abril. Buenos Aires: EDI – Publicación de los Economistas de Izquierda.

_____. (2005a). Argentina: nueva reestructuración de la deuda. In: *Deuda Externa/Eterna*, nº 1, abril. Buenos Aires: EDI – Publicación de los Economistas de Izquierda.

MANDEL, E. (1985). *El Capital: Cien Años de Controvésias en Torno a la Obra de Karl Marx*. Biblioteca del Pensamiento Socialista. Siglo Veintiuno Editores. México.

MARCHINI, J. (2005). Superávit Fiscal. Miseria Mayoritaria y Prioridades Ajenas. In: *Deuda Externa/Eterna*, nº 1, abril. Buenos Aires: EDI – Publicación de los Economistas de Izquierda.

MARINI, R. M. (1991). *Dialéctica de la Dependência*. México. Ediciones Era. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/ [acesso em 8 jul. 2005].

_____. (1992). *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Editora Brasil Urgente.

_____. (2000). *Dialética da Dependência – uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Ed. Vozes.

MARTINS, C. E. (1999). Superexploração do Trabalho e Acumulação de Capital: reflexões teórico-metodológicas para uma economia política da dependência. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº 5, dezembro, pp. 121-138. Rio de Janeiro.

_____. (2003). *Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina*. Tese de Doutorado em Sociologia. São Paulo: USP.

MARX, C. (1971). *Fundamentos de la Critica de la Economía Política (Grundrisse)*. Instituto Cubano del Libro. La Habana.

MARX, K. (1974). *O Capital: crítica da economia política*. 5 volumes. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

MARX, K. (1988). *O Capital: Crítica da Economia Política*. 5 volumes. Terceira Edição. Nova Cultural. São Paulo.

MAZZUCCHELLI, F. (1985). *A Contradição em Processo: o Capitalismo e Suas Crises*. São Paulo. Editora Brasiliense.

MÉNDEZ, A. (2004). Responsabilidad Fiscal: una imposición del FMI. In: *Deuda Externa/Eterna*, nº 1, abril. Buenos Aires: EDI – Publicación de los Economistas de Izquierda.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. (2003). *Política Econômica e Reformas Estruturais*. Disponível em: http://www.fazenda.gov.br/ [acesso em 17 mai. 2006].

OSÓRIO, J. (2004). *Crítica de la Economía Vulgar – Reproducción del Capital y Dependencia*. Grupo Editorial Miguel Angel Porrúa. Julho. México.

PAINCEIRA, J. P. e CARCANHOLO, M. D. (2002). Abertura Financeira e Vulnerabilidade Externa na América Latina: os impactos sobre Brasil, México e Argentina na década de 90. In: *Anais do VII Encontro Nacional de Economia Política*, 28 a 31 de maio. Curitiba: Sociedade Brasileira de Economia Política.

_____. (2004). A Ortodoxia Neo-Companheira: vulnerabilidade externa, política econômica e determinação dos fluxos de capitais. In: *Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política*. 8 a 11 de junho. Uberlândia.

PPA – Plano Plurianual 2004-07. (2003). *Plano Brasil de Todos - Participação e Inclusão*. Disponível em: http://www.planobrasil.gov.br/ [acesso em 17 mai. 2006].

PAULANI, L. M. (2004). Brasil Delivery: razões, contradições e limites da política econômica nos primeiros seis meses do governo Lula. In: DE PAULA, J. A. (2003). *A Economia Política da Mudança – os desafios e os equívocos do início do Governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica.

PREBISCH, R. (1949). El Desarollo Econômico de la América Latina e Algunos de sus Principales Problemas. In: *Boletin Económico de La América Latina*, CEPAL.

RESELS, P. (2004). El Modelo Neoliberal Hoy. In: *Deuda Externa/Eterna*, nº 1, abril. Buenos Aires: EDI – Publicación de los Economistas de Izquierda.

_____. (2005). Propuesta: la sociedad obrera de empresas recuperadas (SOER). In: *Deuda Externa/Eterna*, nº 1, abril. Buenos Aires: EDI – Publicación de los Economistas de Izquierda.

RIBEIRO, N. R. (1988). *A Acumulação do Capital no Brasil: Expansão e Crise*. Dissertação apresentada no Instituto Superior de Economia para a obtenção do Grau de Doutor em Economia. Parte II: *As Crises no Capitalismo: Uma Visão Marxista*. Dezembro. Lisboa.

_____. (1994). A Crise Econômica: Evolução de um Conceito. In: *Revista Economia Ensaios*. Vol. 8, nº 2, julho. Publicação Semestral do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (IE/UFU). Uberlândia.

_____. (2002). A Crise Econômica: Conteúdo e Formas de Manifestação. In: RIBEIRO, E. R. (Org.). *Globalização, Competitividade e Crises*. Editora Universitária, UFPB. João Pessoa.

ROSTOW, W. W. (1978). *Etapas do Desenvolvimento Econômico*. 6ª edição. São Paulo: Ed. Zahar.

RUOCCO, M. (2005). En qué Sentido es Estratégica la Campaña por las Seis Horas. In: *Deuda Externa/Eterna*, nº 1, abril. Buenos Aires: EDI – Publicación de los Economistas de Izquierda.

SORIA-SILVA, S. e BARBOSA, L. (2006). *Anatomia do governo Lula: o governo como condomínio de interesses*. Artigo apresentado na V Semana do Economista da Universidade Estadual de Goiás Unidade – Universitária de Itumbiara. 14 de agosto.

SOTELO VALENCIA, A. (2004). *Desindustrialización y crisis del neoliberalismo*, *maquiladoras y telecomunicaciones*. México. Plaza y Valdés-UOM-ENAT.

_____. (2005). Dependencia y sistema mundial: ¿convergencia o divergencia? Contribución al debate sobre la teoría marxista de la dependencia en el siglo XXI. In: *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº 17, dezembro, pp. 72-91. Rio de Janeiro.

TOUSSAINT, E. (2002). *A Bolsa ou a Vida – A dívida externa do Terceiro Mundo: as finanças contra os povos*. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo.

TRASPADINI, R. S. (1998). *A Perspectiva (Inter)dependentista de Fernando Henrique Cardoso: uma visão particular do desenvolvimento capitalista brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: IE/UFU.

ANEXO 1 – Dados de Origem para a Construção dos Gráficos*

Tabela 1 – Juros/Exportações (%)

Data\US$ milhões	Brasil	Argentina
IV/90	31,03	25,40
I/91	28,42	25,75
II/91	30,41	24,83
III/91	31,19	24,24
IV/91	27,26	24,00
I/92	26,23	20,00
II/92	23,56	16,50
III/92	23,32	13,10
IV/92	20,26	9,40
I/93	21,74	9,22
II/93	22,69	9,10
III/93	18,82	9,09
IV/93	21,47	9,00
I/94	17,64	9,99
II/94	17,34	10,54
III/94	14,90	10,95
IV/94	14,55	11,16
I/95	15,14	11,75
II/95	15,83	12,18
III/95	15,83	12,82
IV/95	16,94	11,94
I/96	17,54	12,91
II/96	18,62	13,22
III/96	17,66	12,98
IV/96	17,84	14,10
I/97	18,75	14,43
II/97	17,11	14,97
III/97	18,03	15,54
IV/97	17,80	15,96
I/98	19,61	16,12
II/98	20,17	16,61
III/98	20,49	17,34
IV/98	22,01	19,35
I/99	23,37	21,10
II/99	26,96	23,27
III/99	30,42	25,33
IV/99	31,79	25,26
I/00	31,74	25,04

* Os dados referentes ao Brasil foram coletados no Banco Central do Brasil e estão disponíveis em: http://www.bacen.gov.br/. Os dados referentes à Argentina foram coletados na Dirección Nacional de Cuentas Internacionales do Ministerio de Economía e Producción de la República Argentina e estão disponíveis em: http://www.mecon.gov.ar/cuentas/internacionales/.

II/00	29,77	24,04
III/00	29,33	23,35
IV/00	28,12	22,61
I/01	27,37	22,71
II/01	25,29	23,58
III/01	26,18	24,73
IV/01	25,55	27,30
I/02	25,55	28,18
II/02	28,07	28,95
III/02	28,50	29,11
IV/02	26,65	27,80
I/03	24,98	27,24
II/03	21,32	25,82
III/03	20,69	25,20
IV/03	21,72	24,15
I/04	22,69	22,85
II/04	21,53	24,52
III/04	20,06	24,24
IV/04	18,35	19,70
I/05	16,44	19,13
II/05	16,47	15,23
III/05	16,32	11,81
IV/05	15,21	–

Tabela 2 – Dívida Externa Líquida/PIB (%)

Data\US$ milhões	**Brasil**	**Argentina**
IV/90	19,41	30,5
I/91	19,35	31,6
II/91	19,11	31,0
III/91	20,63	30,3
IV/91	21,65	29,4
I/92	30,04	29,2
II/92	29,55	28,6
III/92	29,96	28,3
IV/92	29,97	27,8
I/93	29,89	27,7
II/93	28,92	28,0
III/93	27,95	27,3
IV/93	26,38	26,5
I/94	24,08	27,1
II/94	22,70	27,5
III/94	20,78	27,9
IV/94	19,72	27,8
I/95	20,07	31,1
II/95	19,56	32,0
III/95	16,70	32,1
IV/95	15,36	32,9

I/96	14,57	33,1
II/96	14,77	32,3
III/96	15,30	33,9
IV/96	14,90	34,0
I/97	14,66	34,4
II/97	15,04	34,1
III/97	15,77	34,9
IV/97	17,39	35,1
I/98	18,92	37,2
II/98	19,37	38,1
III/98	20,63	39,5
IV/98	25,27	39,2
I/99	26,93	39,5
II/99	29,86	40,1
III/99	33,46	41,4
IV/99	38,15	41,7
I/00	37,50	41,2
II/00	36,54	40,8
III/00	34,80	41,5
IV/00	34,15	41,9
I/01	32,51	45,9
II/01	33,93	41,8
III/01	36,47	46,3
IV/01	37,68	49,7
I/02	36,47	51,2
II/02	36,47	50,8
III/02	38,31	51,3
IV/02	38,81	51,5
I/03	39,64	51,3
II/03	39,96	51,2
III/03	–	–
IV/03	–	–
I/04	–	–

Tabela 3 – Reservas Internacionais/Dívida Externa Total (%)

Data\US$ milhões	**Brasil**	**Argentina**
IV/90	10,33	7,54
I/91	9,41	3,79
II/91	11,57	5,14
III/91	8,77	6,51
IV/91	10,11	9,11
I/92	12,91	9,65
II/92	16,19	11,43
III/92	16,27	12,30
IV/92	17,47	13,83
I/93	16,12	14,33
II/93	17,38	13,38

III/93	18,81	15,48
IV/93	22,10	18,06
I/94	25,93	16,80
II/94	27,33	16,33
III/94	29,00	15,65
IV/94	27,78	16,68
I/95	23,62	9,55
II/95	21,03	11,62
III/95	29,12	11,88
IV/95	31,98	14,41
I/96	34,57	14,29
II/96	35,22	15,47
III/96	33,42	14,31
IV/96	33,53	16,36
I/97	33,37	15,46
II/97	31,99	17,02
III/97	32,78	16,15
IV/97	27,25	17,84
I/98	28,32	16,14
II/98	31,90	16,79
III/98	27,13	16,96
IV/98	17,67	17,44
I/99	15,29	17,70
II/99	18,12	17,66
III/99	17,64	16,30
IV/99	16,37	18,73
I/00	15,82	18,66
II/00	11,72	19,37
III/00	13,26	17,93
IV/00	13,82	18,41
I/01	15,53	15,91
II/01	16,66	15,14
III/01	17,23	14,59
IV/01	15,87	10,64
I/02	16,18	9,67
II/02	17,81	7,44
III/02	16,74	7,18
IV/02	16,61	7,81
I/03	18,12	7,69
II/03	21,21	8,68
III/03	20,21	9,53
IV/03	22,09	9,25
I/04	20,94	10,18
II/04	22,21	10,58
III/04	22,47	10,90
IV/04	24,04	9,38
I/05	27,96	9,96
II/05	28,33	19,38
III/05	28,22	21,86
IV/05	–	–

Tabela 4 – Dívida Externa Líquida/Exportações (anos)

Data\US$ milhões	Brasil	Argentina
IV/90	2,8	4,6
I/91	2,5	5,0
II/91	2,4	5,0
III/91	2,6	5,0
IV/91	2,6	5,0
I/92	3,6	5,0
II/92	3,6	5,0
III/92	3,4	5,1
IV/92	3,1	5,0
I/93	3,1	4,9
II/93	3,1	5,0
III/93	3,0	4,9
IV/93	2,9	4,7
I/94	2,9	4,9
II/94	2,7	4,8
III/94	2,5	4,7
IV/94	2,5	4,5
I/95	2,7	4,6
II/95	2,8	4,2
III/95	2,5	4,0
IV/95	2,3	4,0
I/96	2,2	4,0
II/96	2,3	3,9
III/96	2,4	4,0
IV/96	2,4	3,8
I/97	2,4	3,8
II/97	2,4	3,8
III/97	2,5	3,9
IV/97	2,7	3,9
I/98	2,8	4,1
II/98	2,9	4,2
III/98	3,1	4,3
IV/98	3,9	4,4
I/99	4,0	4,5
II/99	4,1	4,8
III/99	4,2	5,1
IV/99	4,2	5,1
I/00	4,1	4,9
II/00	4,0	4,7
III/00	3,7	4,6
IV/00	3,7	4,5
I/01	3,3	4,6
II/01	3,2	4,5
III/01	3,3	4,6
IV/01	3,3	4,7
I/02	3,4	4,5
II/02	3,6	4,7
III/02	3,3	4,9

IV/02	3,1	4,9
I/03	3,0	4,9
II/03	2,8	4,6
III/03	2,7	4,4
IV/03	2,5	4,5
I/04	2,3	4,3
II/04	2,1	4,7
III/04	1,9	4,5
IV/04	1,7	4,5
I/05	1,57	4,24
II/05	1,42	2,61
III/05	1,28	2,37
IV/05	–	–

Tabela 5 – Serviço da Dívida Externa/Reservas Internacionais (%)

Data\US$ milhões	**Brasil**	**Argentina**
IV/94	148,2	–
I/95	138,0	–
II/95	43,9	–
III/95	45,9	51,7
IV/95	52,3	38,1
I/96	64,0	41,0
II/96	44,5	44,0
III/96	41,6	50,6
IV/96	41,8	51,4
I/97	36,1	51,0
II/97	47,3	43,9
III/97	50,1	48,9
IV/97	67,8	46,7
I/98	72,3	56,4
II/98	62,3	56,2
III/98	85,0	52,7
IV/98	72,0	55,5
I/99	79,9	55,9
II/99	104,8	57,1
III/99	148,7	69,8
IV/99	183,1	57,5
I/00	123,5	58,8
II/00	119,5	56,4
III/00	137,2	65,4
IV/00	129,7	62,7
I/01	183,9	83,6
II/01	160,2	93,3
III/01	153,6	90,2
IV/01	146,1	126,2
I/02	130,8	123,1
II/02	113,6	150,7

III/02	134,0	128,0
IV/02	126,7	133,1
I/03	109,1	162,8
II/03	110,3	136,9
III/03	112,7	134,8
IV/03	70,3	119,2
I/04	74,3	90,4
II/04	75,9	79,4
III/04	76,1	69,6
IV/04	-72,2	74,4
I/05	-64,14	67,93
II/05	-68,20	47,32
III/05	-75,73	39,24
IV/05	–	–

Tabela 6 – Juros/Reservas Internacionais (%)

Data\US$ milhões	**Brasil**	**Argentina**
IV/90	98	68
I/91	107	131
II/91	97	92
III/91	125	70
IV/91	92	48
I/92	49	38
II/92	34	26
III/92	36	18
IV/92	31	12
I/93	36	11
II/93	35	12
III/93	27	10
IV/93	26	9
I/94	18	10
II/94	17	11
III/94	15	13
IV/94	15	12
I/95	18	24
II/95	22	22
III/95	16	24
IV/95	15	18
I/96	15	19
II/96	15	18
III/96	15	20
IV/96	15	19
I/97	16	21
II/97	15	19
III/97	15	21
IV/97	18	19

I/98	18	20
II/98	15	20
III/98	18	20
IV/98	26	21
I/99	33	22
II/99	30	23
III/99	34	25
IV/99	39	22
I/00	41	22
II/00	57	21
III/00	52	23
IV/00	47	22
I/01	45	26
II/01	39	29
III/01	38	31
IV/01	41	49
I/02	39	58
II/02	36	77
III/02	43	77
IV/02	43	67
I/03	37	67
II/03	30	59
III/03	27	54
IV/03	32	53
I/04	34	46
II/04	36	40
III/04	37	37
IV/04	33	42
I/05	26,93	40,77
II/05	29,38	24,30
III/05	32,33	17,85
IV/05	–	–

Tabela 7 – Déficit em Transações Correntes/PIB (%)

Data\US$ milhões	**Brasil**	**Argentina**
IV/90	-0,85	2,47
I/91	-0,24	1,79
II/91	-0,42	1,43
III/91	-0,70	0,75
IV/91	-0,36	-0,32
I/92	-0,05	-0,83
II/92	0,33	-1,40
III/92	0,85	-2,32
IV/92	1,64	-2,47
I/93	1,22	-2,64
II/93	0,60	-2,78
III/93	0,44	-2,97

IV/93	-0,14	-3,40
I/94	-0,02	-4,03
II/94	0,17	-4,29
III/94	0,58	-4,37
IV/94	-0,31	-4,27
I/95	-1,29	-3,93
II/95	-2,39	-3,02
III/95	-2,89	-2,40
IV/95	-2,55	-1,93
I/96	-2,20	-1,76
II/96	-1,83	-1,99
III/96	-2,24	-2,17
IV/96	-2,98	-2,40
I/97	-3,15	-2,63
II/97	-3,55	-3,15
III/97	-3,70	-3,69
IV/97	-3,81	-4,08
I/98	-3,96	-4,55
II/98	-3,93	-4,71
III/98	-4,15	-4,81
IV/98	-4,27	-4,81
I/99	-4,54	-4,55
II/99	-4,98	-4,43
III/99	-4,90	-4,38
IV/99	-4,73	-4,34
I/00	-4,38	-4,23
II/00	-4,26	-4,02
III/00	-4,06	-3,65
IV/00	-4,13	-3,14
I/01	-4,80	-3,32
II/01	-4,68	-2,92
III/01	-4,86	-2,52
IV/01	-4,60	-1,81
I/02	-3,86	-0,02
II/02	-3,93	0,42
III/02	-2,95	1,94
IV/02	-1,76	2,96
I/03	-0,93	3,32
II/03	0,00	2,91
III/03	0,01	2,90
IV/03	0,81	2,48
I/04	0,01	2,09
II/04	0,02	1,13
III/04	0,02	1,20
IV/04	0,03	1,00
I/05	0,03	1,03
II/05	0,03	0,41
III/05	0,03	0,90
IV/05	0,03	–

Tabela 8 – Serviço da Dívida Externa/Exportações (%)

Data\US$ milhões	Brasil	Argentina
IV/94	130	–
I/95	127	–
II/95	42	–
III/95	42	28
IV/95	41	26
I/96	45	28
II/96	43	32
III/96	44	34
IV/96	48	39
I/97	44	36
II/97	55	34
III/97	57	36
IV/97	74	39
I/98	75	45
II/98	71	47
III/98	85	47
IV/98	85	52
I/99	118	55
II/99	135	59
III/99	136	70
IV/99	134	67
I/00	107	66
II/00	98	63
III/00	100	66
IV/00	90	64
I/01	88	72
II/01	85	75
III/01	86	72
IV/01	86	71
I/02	87	60
II/02	84	57
III/02	84	48
IV/02	77	55
I/03	72	66
II/03	71	60
III/03	62	63
IV/03	47	54
I/04	49	44
II/04	12	44
III/04	42	39
IV/04	40	35
I/05	39,16	31,87
II/05	38,22	29,67
III/05	38,24	25,97
IV/05	45,50	–

Tabela 9 – Serviço da Dívida Externa/PIB (%)

Data\US$ milhões	Brasil	Argentina
IV/94	10,45	–
I/95	9,55	–
II/95	2,99	–
III/95	2,82	2,24
IV/95	2,72	2,11
I/96	2,96	2,26
II/96	2,80	2,60
III/96	2,81	2,86
IV/96	2,97	3,42
I/97	2,70	3,21
II/97	3,44	3,07
III/97	3,64	3,29
IV/97	4,84	3,56
I/98	5,06	4,03
II/98	4,80	4,32
III/98	5,62	4,24
IV/98	5,50	4,59
I/99	8,05	4,75
II/99	9,77	4,91
III/99	10,78	5,63
IV/99	12,16	5,52
I/00	9,83	5,55
II/00	8,99	5,53
III/00	9,36	5,93
IV/00	8,35	5,92
I/01	8,74	7,26
II/01	8,97	6,96
III/01	9,50	7,14
IV/01	9,91	7,47
I/02	9,36	6,74
II/02	8,99	6,16
III/02	9,77	5,07
IV/02	9,72	5,81
I/03	9,57	6,96
II/03	9,50	6,66
III/03	8,45	7,15
IV/03	7,81	6,28
I/04	8,21	5,26
II/04	7,40	5,47
III/04	7,62	4,97
IV/04	7,23	4,67
I/05	8,02	4,44
II/05	7,97	4,28
III/05	7,98	3,94
IV/05	–	–

Tabela 10 – Argentina Séries

Data\US$ milhões	Export. (trim.)	Export. (anual)	Import. (trim.)	Import. (anual)	Bal. Comer. (anual)	Juros (trim.)	Juros (anual)	Amortização (trim.)	Amortização (anual)	Serviço da Dívida (anual)
I/90	2.771	–	-836	–	–	–	–	–	–	–
II/90	3.197	–	-777	–	–	–	–	–	–	–
III/90	3.431	–	-875	–	–	–	–	–	–	–
IV/90	2.955	12.354	-1.238	-3.726	8.628	–	-3.138	–	–	–
I/91	2.348	11.931	-1.197	-4.087	7.844	–	-3.072	–	–	–
II/91	3.372	12.106	-1.594	-4.904	7.202	–	-3.006	–	–	–
III/91	3.455	12.130	-2.080	-6.109	6.021	–	-2.941	–	–	–
IV/91	2.803	11.978	-2.688	-7.559	4.419	–	-2.875	–	–	–
I/92	2.609	12.239	-2.678	-9.040	3.199	–	-2.447	–	–	–
II/92	3.376	12.243	-3.327	-10.773	1.470	–	-2.020	–	–	–
III/92	3.370	12.158	-4.052	-12.745	-587	–	-1.593	–	–	–
IV/92	3.044	12.399	-3.738	-13.795	-1.396	–	-1.166	–	–	–
I/93	2.931	12.721	-3.039	-14.156	-1.435	–	-1.173	–	–	–
II/93	3.620	12.965	-3.605	-14.434	-1.469	–	-1.180	–	–	–
III/93	3.468	13.063	-4.347	-14.729	-1.666	–	-1.187	–	–	–
IV/93	3.250	13.269	-4.642	-15.633	-2.364	–	-1.194	–	–	–
I/94	3.109	13.447	-4.579	-17.173	-3.726	-352	-1.343	–	–	–
II/94	4.326	14.153	-4.964	-18.532	-4.379	-391	-1.491	–	–	–
III/94	4.297	14.982	-5.290	-19.475	-4.493	-467	-1.640	–	–	–
IV/94	4.291	16.023	-5.329	-20.162	-4.139	-579	-1.789	-951	–	–
I/95	4.591	17.505	-4.887	-20.470	-2.965	-620	-2.057	-1.148	–	–
II/95	6.370	19.549	-4.459	-19.965	-416	-714	-2.380	-566	–	–
III/95	5.318	20.570	-4.606	-19.281	1.289	-724	-2.637	-474	-3.139	-5.776
IV/95	4.882	21.161	-4.852	-18.804	2.357	-468	-2.526	-730	-2.918	-5.445
I/96	4.803	21.373	-4.680	-18.597	2.776	-854	-2.760	-1.388	-3.158	-5.918
II/96	6.660	21.663	-5.370	-19.508	2.155	-818	-2.864	-1.436	-4.029	-6.893
III/96	6.487	22.832	-6.167	-21.069	1.763	-824	-2.964	-1.171	-4.725	-7.689
IV/96	6.093	24.043	-6.066	-22.283	1.760	-895	-3.391	-1.919	-5.914	-9.305
I/97	5.774	25.014	-6.079	-23.682	1.332	-1.072	-3.609	-756	-5.281	-8.890
II/97	7.248	25.602	-7.053	-25.365	237	-1.042	-3.833	-993	-4.838	-8.671
III/97	6.991	26.106	-7.691	-26.889	-783	-1.047	-4.056	-1.742	-5.410	-9.466
IV/97	6.418	26.431	-7.731	-28.554	-2.123	-1.058	-4.220	-2.707	-6.198	-10.418
I/98	5.890	26.547	-7.089	-29.564	-3.017	-1.130	-4.278	-2.145	-7.587	-11.865
II/98	7.686	26.985	-7.728	-30.239	-3.254	-1.246	-4.482	-1.711	-8.305	-12.788
III/98	7.027	27.021	-7.934	-30.482	-3.461	-1.250	-4.685	-1.373	-7.936	-12.621
IV/98	5.838	26.441	-6.807	-29.558	-3.117	-1.489	-5.115	-3.383	-8.612	-13.727
I/99	5.065	25.616	-5.520	-27.989	-2.373	-1.419	-5.404	-2.140	-8.607	-14.011
II/99	6.395	24.325	-5.688	-25.949	-1.624	-1.502	-5.660	-1.726	-8.621	-14.282
III/99	5.944	23.242	-6.472	-24.487	-1.245	-1.477	-5.888	-3.041	-10.290	-16.178
IV/99	5.929	23.333	-6.435	-24.115	-782	-1.496	-5.895	-2.843	-9.750	-15.645
I/00	5.724	23.992	-5.526	-24.121	-129	-1.533	-6.008	-2.130	-9.739	-15.748
II/00	7.316	24.913	-5.955	-24.388	525	-1.484	-5.990	-1.710	-9.724	-15.713
III/00	6.749	25.718	-6.239	-24.155	1.563	-1.492	-6.004	-4.180	-10.863	-16.867
IV/00	6.620	26.409	-6.103	-23.823	2.585	-1.463	-5.972	-2.878	-10.897	-16.869
I/01	5.896	26.581	-5.418	-23.715	2.865	-1.597	-6.036	-4.450	-13.218	-19.254
II/01	7.499	26.764	-5.454	-23.214	3.550	-1.760	-6.312	-2.306	-13.814	-20.126
III/01	7.067	27.082	-4.730	-21.705	5.377	-1.877	-6.697	-3.040	-12.674	-19.371
IV/01	6.148	26.610	-3.557	-19.159	7.451	-2.030	-7.264	-1.770	-11.566	-18.830
I/02	5.705	26.419	-1.955	-15.696	10.723	-1.779	-7.446	-1.222	-8.338	-15.784
II/02	6.600	25.520	-2.200	-12.442	13.078	-1.703	-7.389	-1.118	-7.150	-14.539
III/02	6.600	25.053	-2.280	-9.992	15.061	-1.782	-7.294	-648	-4.757	-12.051

IV/02	6.370	25.275	-2.460	-8.895	16.380	-1.762	-7.026	-3.950	-6.938	-13.964
I/03	6.370	25.940	-2.500	-9.440	16.500	-1.819	-7.066	-4.381	-10.097	-17.163
II/03	8.500	27.840	-3.330	-10.570	17.270	-1.825	-7.188	-517	-9.496	-16.684
III/03	7.491	28.731	-3.516	-11.806	16.925	-1.834	-7.240	-1.989	-10.837	-18.077
IV/03	7.250	29.611	-4.053	-13.399	16.212	-1.672	-7.150	-2.011	-8.898	-16.048
I/04	7.285	30.526	-4.395	-15.294	15.232	-1.645	-6.976	-2.072	-6.589	-13.565
II/04	9.414	31.440	-5.181	-17.145	14.295	-1.788	-6.939	-893	-6.965	-13.904
III/04	8.911	32.860	-5.677	-19.306	13.554	-1.635	-6.740	-970	-5.946	-12.686
IV/04	8.837	34.447	-5.956	-21.209	13.238	-1.718	-6.786	-1215	-5.150	-11.936
I/05	8.423	35.585	-5.666	-22.480	13.105	-1.666	-6.807	-1456	-4.534	-11.341
II/05	10.599	36.770	-7.210	-24.509	12.261	-582	-5.601	-1668	-5.309	-10.910
III/05	10.843	38.702	-7.084	-25.916	12.786	-606	-4.572	-1141	-5.480	-10.052

Tabela 10 – Argentina Séries (continuação)

Data\US$ milhões	Déf. T/C (trim.)	Bal. de Serv. (anual)	Saldo T/C (anual)	PIB anual	Déf. TC/PIB (%)	Res. Intern.	Dívida Ext. Total	Dívida Ext. Líquida
I/90	922	–	–	–	–	1.215	–	–
II/90	1.070	–	–	–	–	2.950	–	–
III/90	1.703	–	–	–	–	3.257	–	–
IV/90	857	-4.076	4.552	184.505	2,47	4.592	60.887	56.294
I/91	-232	-4.446	3.398	189.394	1,79	2.354	62.143	59.789
II/91	458	-4.416	2.786	194.283	1,43	3.257	63.399	60.142
III/91	405	-4.533	1.488	199.173	0,75	4.211	64.656	60.444
IV/91	-1.278	-5.066	-647	204.062	-0,32	6.005	65.912	59.907
I/92	-1.312	-4.926	-1.727	208.960	-0,83	6.514	67.494	60.980
II/92	-815	-4.470	-3.000	213.857	-1,40	7.892	69.076	61.184
III/92	-1.668	-4.486	-5.073	218.755	-2,32	8.694	70.658	61.964
IV/92	-1.726	-4.125	-5.521	223.652	-2,47	9.990	72.240	62.250
I/93	-1.772	-4.546	-5.981	226.839	-2,64	10.503	73.269	62.766
II/93	-1.239	-4.936	-6.405	230.026	-2,78	9.941	74.298	64.358
III/93	-2.198	-5.269	-6.935	233.213	-2,97	11.659	75.328	63.669
IV/93	-2.821	-5.666	-8.030	236.400	-3,40	13.791	76.357	62.566
I/94	-3.482	-6.014	-9.740	241.660	-4,03	13.227	78.745	65.518
II/94	-2.081	-6.203	-10.582	246.920	-4,29	13.247	81.133	67.886
III/94	-2.641	-6.532	-11.025	252.180	-4,37	13.069	83.520	70.452
IV/94	-2.788	-6.853	-10.992	257.440	-4,27	14.327	85.908	71.581
I/95	-2.613	-7.158	-10.123	257.588	-3,93	8.450	88.493	80.042
II/95	250	-7.376	-7.792	257.736	-3,02	10.844	93.312	82.468
III/95	-1.027	-7.467	-6.178	257.884	-2,40	11.176	94.075	82.899
IV/95	-1.595	-7.342	-4.985	258.032	-1,93	14.288	99.146	84.859
I/96	-2.235	-7.383	-4.607	261.561	-1,76	14.422	100.899	86.477
II/96	-423	-7.435	-5.280	265.091	-1,99	15.654	101.175	85.521
III/96	-1.571	-7.587	-5.824	268.620	-2,17	15.193	106.171	90.979
IV/96	-2.292	-8.281	-6.521	272.150	-2,40	18.104	110.665	92.561
I/97	-3.016	-8.634	-7.302	277.327	-2,63	17.438	112.783	95.345
II/97	-2.008	-9.124	-8.887	282.504	-3,15	19.740	115.959	96.219
III/97	-3.309	-9.842	-10.625	287.682	-3,69	19.364	119.887	100.523
IV/97	-3.621	-9.831	-11.954	292.859	-4,08	22.320	125.096	102.776
I/98	-4.449	-10.370	-13.387	294.381	-4,55	21.055	130.481	109.426
II/98	-2.567	-10.692	-13.946	295.904	-4,71	22.769	135.588	112.819
III/98	-3.679	-10.855	-14.316	297.426	-4,81	23.967	141.349	117.382
IV/98	-3.681	-11.259	-14.376	298.948	-4,81	24.752	141.923	117.171

I/99	-3.495	-11.049	-13.422	295.026	-4,55	25.068	141.596	116.528
II/99	-2.047	-11.278	-12.902	291.104	-4,43	25.019	141.676	116.657
III/99	-3.362	-11.340	-12.585	287.182	-4,38	23.168	142.152	118.984
IV/99	-3.386	-11.508	-12.290	283.260	-4,34	27.207	145.252	118.045
I/00	-3.218	-11.884	-12.013	283.685	-4,23	26.790	143.591	116.801
II/00	-1.449	-11.940	-11.415	284.110	-4,02	27.862	143.857	115.995
III/00	-2.332	-11.947	-10.384	284.535	-3,65	25.779	143.798	118.018
IV/00	-1.952	-11.536	-8.950	284.960	-3,14	26.908	146.172	119.264
I/01	-3.078	-11.676	-8.810	265.258	-3,32	23.036	144.769	121.733
II/01	-1.063	-11.974	-8.424	288.963	-2,92	21.560	142.416	120.856
III/01	-750	-12.220	-6.843	271.367	-2,52	21.478	147.181	125.703
IV/01	341	-12.001	-4.550	252.063	-1,81	14.915	140.190	125.275
I/02	1.398	-12.195	-1.472	234.036	-0,63	12.819	132.566	119.747
II/02	2.860	-12.089	989	236.142	0,42	9.648	129.712	120.064
III/02	2.865	-10.462	4.599	237.559	1,94	9.417	131.167	121.750
IV/02	2.468	-9.257	7.123	240.409	2,96	10.490	134.247	123.757
I/03	1.959	-8.307	8.193	246.420	3,32	10.540	145.504	134.964
II/03	2.914	-9.978	7.292	250.362	2,91	12.184	152.587	140.403
III/03	1.460	-9.584	7.341	252.866	2,90	13.406	140.635	127229
IV/03	1.026	-9.879	6.333	255.394	2,48	13.466	145.583	132.117
I/04	374	-9.832	5.400	257.948	2,09	15.003	147.319	132.316
II/04	1.649	-11.435	2.860	254.143	1,13	17.505	165.432	147.927
III/04	533	-10.505	3.049	255.088	1,20	18.224	167.153	148.929
IV/04	463	-10.682	2.556	255.643	1,00	16.050	171.115	155.065
I/05	51	-10.460	2.645	255.706	1,03	16.695	167.630	150.935
II/05	1779	-11.214	1.047	255.145	0,41	23.054	118.934	95.880
III/05	2105	-10.493	2.293	255.395	0,90	25.614	117.188	91.574

Tabela 11 – Brasil Séries

Data\US$ milhões	Export. (trim.)	Export. (anual)	Import. (trim.)	Import. (anual)	Bal. Com. (anual)	Bal. de Serviços (trim.)	Bal. de Serv. (anual)	Transf. Unilat. (trim.)
I/90	6.486	–	4.576	–	–	-4.769	–	145
II/90	8.300	–	4.266	–	–	-2.440	–	125
III/90	8.736	–	5.474	–	–	-3.936	–	223
IV/90	7.892	468.536	6.345	431.196	37.340	-4.225	-164.692	342
I/91	7.811	32.739	4.330	20.415	12.323	-3.748	-14.349	305
II/91	8.746	33.184	5.034	21.183	12.001	-3.117	-15.026	391
III/91	7.436	31.885	5.614	21.323	10.562	-3.687	-14.777	379
IV/91	7.627	31.620	6.063	21.041	10.579	-2.989	-13.542	481
I/92	7.845	31.654	4.630	21.341	10.313	-2.842	-12.636	882
II/92	8.551	31.459	4.725	21.032	10.427	-2.012	-11.531	628
III/92	9.481	33.504	5.222	20.640	12.864	-4.159	-12.003	363
IV/92	9.916	35.793	5.977	20.554	15.239	-2.324	-11.338	370
I/93	9.220	37.168	5.231	21.155	16.013	-4.476	-12.972	340
II/93	9.151	37.767	6.007	22.437	15.331	-3.403	-14.363	377
III/93	10.371	38.657	7.329	24.543	14.114	-3.587	-13.791	424
IV/93	9.822	38.563	6.690	25.256	13.307	-4.118	-15.585	545
I/94	8.876	38.219	6.048	26.073	12.146	-3.097	-14.205	630
II/94	11.225	40.293	7.276	27.342	12.952	-3.534	-14.336	609
III/94	12.182	42.105	7.931	27.944	14.161	-2.950	-13.699	715
IV/94	11.262	43.545	11.824	33.079	10.467	-5.161	-14.743	633

I/95	9.731	44.400	12.018	39.049	5.351	-4.178	-15.823	878
II/95	11.719	44.894	13.657	45.430	-537	-5.725	-18.015	1.183
III/95	12.729	45.441	12.152	49.651	-4.210	-3.849	-18.914	1.016
IV/95	12.328	46.506	12.031	49.858	-3.351	-4.842	-18.595	897
I/96	10.286	47.061	10.751	48.591	-1.529	-3.764	-18.181	865
II/96	12.617	47.960	12.491	47.424	536	-5.003	-17.459	731
III/96	12.955	48.186	14.217	49.490	-1.304	-5.101	-18.710	641
IV/96	11.889	47.747	15.887	53.346	-5.599	-6.576	-20.443	663
I/97	10.657	48.118	11.488	54.082	-5.964	-4.737	-21.416	613
II/97	14.132	49.633	15.452	57.044	-7.411	-6.951	-23.364	551
III/97	14.902	51.580	16.595	59.422	-7.842	-5.947	-24.211	504
IV/97	13.303	52.994	16.207	59.742	-6.748	-8.643	-26.278	548
I/98	11.907	54.244	13.757	62.012	-7.767	-4.666	-26.208	458
II/98	14.075	54.187	14.065	60.624	-6.438	-7.772	-27.028	417
III/98	13.494	52.779	15.274	59.304	-6.525	-7.362	-28.443	490
IV/98	11.664	51.140	14.647	57.743	-6.604	-9.000	-28.800	413
I/99	10.045	49.279	10.873	54.859	-5.562	-5.040	-29.174	600
II/99	12.210	47.609	12.210	53.004	-5.375	-7.837	-29.239	489
III/99	12.582	46.698	12.735	50.465	-3.749	-5.180	-27.058	478
IV/99	12.978	47.815	13.416	49.234	-1.213	-7.771	-25.829	461
I/00	12.048	49.818	12.031	50.392	-378	-4.468	-25.256	426
II/00	14.105	51.713	13.299	51.481	232	-8.437	-25.857	459
III/00	15.246	54.377	15.352	54.098	279	-4.795	-25.472	426
IV/00	13.687	55.086	15.087	55.816	-698	-8.005	-25.706	502
I/01	13.788	56.826	14.469	58.185	-1.359	-6.379	-27.617	469
II/01	15.139	57.860	14.529	59.414	-1.554	-7.664	-26.844	466
III/01	15.446	58.061	14.117	43.115	-115	-5.830	-27.878	476
IV/01	13.849	58.223	12.459	55.574	2.642	-7.620	-27.493	523
I/02	11.891	56.325	10.864	51.970	4.355	-4.651	-22.594	431
II/02	13.161	54.347	11.582	49.022	5.325	-7.260	-25.361	622
III/02	18.466	57.367	13.214	48.122	9.245	-4.983	-24.514	747
IV/02	16.843	60.361	11.575	47.235	13.126	-6.379	-23.273	826
I/03	15.045	63.515	11.283	47.654	15.861	-4.299	-22.921	616
II/03	17.957	68.311	11.374	47.446	20.865	-6.790	-22.451	611
III/03	19.788	69.633	12.388	46.620	23.013	-4.962	-22.430	879
IV/03	20294	73.084	13263	48.308	24.776	-7526	-23.578	760
I/04	19448	77487	13280	50.305	27.182	-5235	-24.513	750
II/04	23.858	83.388	14.969	53.900	29.488	-6.953	-24.676	852
III/04	26972	90.572	-16887	24.626	65.946	-5562	-25.276	780
IV/04	26197	96.475	-17604	-6.241	102.716	-7468	-25.217	887
I/05	24451	101.478	-16146	-35.667	137.145	-6482	-26.464	838
II/05	29226	106.846	-17882	-68.518	175.364	-9602	-29.114	845
III/05	33042	112.916	-20052	-71.683	184.600	-8140	-31.691	916
IV/05	31589	118.308	-19472	-73.551	191.860	-9892	-34.115	959

Tabela 11 – Brasil Séries (continuação)

Data\US$ milhões	Transferências (anual)	Juros (trim.)	Juros (anual)	Amortização (trim.)	Amortização (anual)	Serv. da dívida (anual)	Déf. T/C (trim.)
I/90	–	-2932	–	–	–	–	-2714
II/90	–	-1166	–	–	–	–	1720
III/90	–	-2605	–	–	–	–	-451
IV/90	23.114	-3045	-9748	–	–	–	-2337
I/91	994	-2490	-9306	–	–	–	37

II/91	1.260	-1952	-10091	–	–	–	986
III/91	1.416	-2460	-9946	–	–	–	-1486
IV/91	1.556	-1720	-8621	–	–	–	-944
I/92	2.133	-2172	-8303	–	–	–	1254
II/92	2.371	-1061	-7413	–	–	–	2442
III/92	2.355	-2861	-7814	–	–	–	463
IV/92	2.243	-1159	-7253	–	–	–	1984
I/93	1.701	-3001	-8081	–	–	–	-147
II/93	1.450	-1549	-8569	–	–	–	118
III/93	1.510	-1566	-7274	–	–	–	-121
IV/93	1.686	-2165	-8280	–	–	–	-441
I/94	1.976	-1463	-6743	–	–	–	361
II/94	2.209	-1794	-6987	–	–	–	1025
III/94	2.500	-851	-6273	–	–	–	2016
IV/94	2.588	-2229	-6337	–	-50411	56748	-5090
I/95	2.835	–	-6722	–	-49656	56379	-5587
II/95	3.409	–	-7108	–	-11847	18955	-6480
III/95	3.710	–	-7194	–	-11722	18916	-2256
IV/95	3.974	–	-7878	–	-11303	19181	-3648
I/96	3.961	–	-8255	–	-12886	21141	-3364
II/96	3.509	–	-8928	–	-11566	20494	-4146
III/96	3.135	–	-8507	–	-12679	21187	-5721
IV/96	2.900	–	-8516	–	-14509	23025	-9911
I/97	2.648	–	-9022	–	-12172	21194	-4955
II/97	2.468	–	-8493	–	-18897	27389	-7721
III/97	2.330	–	-9302	–	-19912	29214	-7137
IV/97	2.216	–	-9431	–	-29678	39109	-10999
I/98	2.061	–	-10635	–	-30136	40771	-6059
II/98	1.927	–	-10932	–	-27566	38498	-7345
III/98	1.914	–	-10813	–	-33953	44766	-8652
IV/98	1.778	–	-11254	–	-32086	43340	-11570
I/99	1.920	–	-11515	–	-46693	58208	-5266
II/99	1.992	–	-12835	–	-51258	64093	-7159
III/99	1.980	–	-14207	–	-49317	63524	-4861
IV/99	2.028	–	-15263	–	-49095	64358	-7776
I/00	1.854	–	-15873	–	-37633	53506	-4066
II/00	1.824	-5048	-15393	–	-35065	50458	-7177
III/00	1.772	-2460	-15950	–	-38281	54231	-4479
IV/00	1.813	-4713	-15488	–	-34296	49784	-8892
I/01	1.856	-3334	-15555	8537	-34510	-50065	-6985
II/01	1.863	-4128	-14635	10630	-34724	-49358	-5390
III/01	1.913	-3026	-15201	6090	-34937	-50138	-4387
IV/01	1.934	-4389	-14877	10013	-35151	-50028	-6451
I/02	1.896	-2849	-14392	5935	-34413	-48805	-3907
II/02	2.052	-4990	-15254	8193	-30231	-37292	-5126
III/02	2.323	-4122	-16350	7573	-31714	-40491	967
IV/02	2.626	-4122	-16083	8748	-30449	-37784	-344
I/03	2.811	-2629	-15863	4833	-29347	-40377	131
II/03	2.800	-3692	-14565	6907	-28061	-35719	404
III/03	2.932	-3964	-14407	7037	-27525	-34895	3317
IV/03	2.867	-5586	-15871	6803	-25580	-34648	265
I/04	3.001	-4342	-17584	6025	-26772	-38331	1683
II/04	3.242	-4.058	-17.950	6.693	-26558	-37815	2.788
III/04	3.142	-4184	-18.170	7797	-27318	-37691	5302
IV/04	3.269	-5120	-17.704	8567	-29082	-38219	2012
I/05	3.357	-3323	-16.685	6878	-29935	-39742	2662

II/05	3.350	-4970	-17.597	9300	-32542	-40839	2587
III/05	3.486	-5017	-18.430	19653	-44398	-43175	5766
IV/05	3.558	-4686	-17.996	19958	-55789	-53827	3184

Tabela 11 – Brasil Séries (continuação)

Data\US$ milhões	Saldo T/C (anual)	PIB (anual)	Res. Intern.	Dívida Ext. Total	Dívida Ext. Líquida
I/90	–	–	7.385	97.687	90.302
II/90	–	–	10.173	96.701	86.528
III/90	–	–	10.171	97.731	87.560
IV/90	-3782	445941	9.973	96.546	86.573
I/91	-1031	430983	8.663	92.062	83.399
II/91	-1765	416025	10.401	89.893	79.492
III/91	-2800	401066	7.956	90.706	82.750
IV/91	-1407	386108	9.406	92.996	83.590
I/92	-190	383161	17.063	132.160	115.097
II/92	1266	380215	21.703	134.055	112.352
III/92	3216	377268	21.964	135.002	113.038
IV/92	6144	374321	23.754	135.949	112.195
I/93	4742	388307	22.309	138.393	116.084
II/93	2418	402293	24.476	140.838	116.362
III/93	1834	416279	26.948	143.282	116.334
IV/93	-592	430265	32.211	145.726	113.515
I/94	-83	454037	38.282	147.616	109.334
II/94	824	478565	40.859	149.506	108.647
III/94	2961	508885	43.175	148.901	105.725
IV/94	-1688	543087	41.196	148.295	107.099
I/95	-7637	590637	36.673	155.233	118.560
II/95	-15142	634455	33.044	157.145	124.102
III/95	-19414	671667	46.066	158.201	112.135
IV/95	-17972	705449	50.931	159.257	108.326
I/96	-15749	714771	55.030	159.172	104.142
II/96	-13414	731159	58.720	166.741	108.021
III/96	-16879	754079	57.901	173.277	115.376
IV/96	-23142	775475	58.292	173.852	115.560
I/97	-24732	786005	57.704	172.912	115.208
II/97	-28307	796603	56.358	176.160	119.802
III/97	-29723	803149	61.780	188.474	126.694
IV/97	-30811	807814	52.641	193.150	140.509
I/98	-31915	805094	60.173	212.489	152.315
II/98	-31539	802381	72.812	228.244	155.432
III/98	-33054	795880	61.133	225.318	164.186
IV/98	-33625	787499	42.723	241.714	198.992
I/99	-32833	723178	35.155	229.875	194.720
II/99	-32647	655720	43.330	239.107	195.777
III/99	-28855	589242	42.217	239.389	197.172
IV/99	-25062	529398	39.524	241.470	201.946
I/00	-23861	544450	38.375	242.536	204.161

II/00	-23880	561194	27.220	232.288	205.068
III/00	-23498	579259	30.814	232.387	201.573
IV/00	-24613	595881	32.647	236.157	203.510
I/01	-27533	542006	34.245	220.560	186.315
II/01	-25746	523380	37.318	224.025	186.707
III/01	-25654	504754	40.054	232.425	192.371
IV/01	-23213	504754	35.866	226.067	190.201
I/02	-20135	521632	36.721	226.962	190.241
II/02	-19871	505980	41.999	235.815	193.816
III/02	-14517	491731	38.381	229.228	190.847
IV/02	-8410	478963	37.823	227.689	189.866
I/03	-4371	478929	42.335	233.692	191.357
II/03	1158	477154	47.956	237.233	189.277
III/03	3509	478929	52.675	238.492	185.817
IV/03	4117	484012	49.296	235.383	186.087
I/04	5669	491756	51.612	233.629	182.017
II/04	8.054	482.963	49.805	224.209	174.404
III/04	10.039	457736	49.496	220.317	170.821
IV/04	11.786	479117	52.935	220.181	167.246
I/05	12.765	477893	61.960	221.609	159.649
II/05	12.564	474427	59.885	211.391	151.506
III/05	13.028	472293	57.008	201.998	144.990
IV/05	14.199	475932	–	–	–